

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A UNIVERSIDADE DE SOROCABA E UMA HISTÓRIA DO SEU**

**CURSO DE HISTÓRIA:**

**1955-1994**

**Joemir Dutra Júnior**

**Sorocaba**

**Março/2005**

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A UNIVERSIDADE DE SOROCABA E UMA HISTÓRIA DO SEU  
CURSO DE HISTÓRIA:  
1955-1994**

**Joemir Dutra Júnior**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Sorocaba, sob orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice.

**Sorocaba**

**Março/2005**

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1. O objetivo da pesquisa.....	1
2. O desenvolvimento da pesquisa.....	3
3. A estrutura final do trabalho.....	5
CAPÍTULO 1	
UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA.....	7
1.1 Breve Histórico da Sociedade Brasileira após 1945.....	7
1.2 Breve Histórico do Ensino Superior no Brasil.....	25
1.2.1 O conflito entre o ensino público e o privado.....	26
1.2.2 A Demanda e a Expansão.....	33
1.2.3 A acumulação de capital via educação.....	43
1.3 - A História de uma Instituição Universitária: A Universidade de Sorocaba (UNISO).....	46
CAPÍTULO 2	
UMA HISTÓRIA DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNISO.....	91
2.1 As Origens do Curso de História - 1954 a 1973.....	91
2.2 O Curso de Estudos Sociais.....	114
2.3 A Reativação do Curso de História - 1979 a 1995.....	122
CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS .....	144
ANEXOS	149

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1.1 - Evolução da Matrícula no Ensino Médio.....	35
Quadro 1.2 - Auxílios e Subvenções Recebidos Dos Governos Federal, Estadual, e Municipal para Aplicação em Bolsas de Estudos e Outras Despesas.....	67
Quadro 2.1 - Quadro de Coordenadores do Departamento de História	136

## ***LISTA DE GRÁFICOS***

Gráfico 1.1 - Percentual de universidades públicas e privadas no Brasil e no Estado de São Paulo em 1986 e 1996	42
Gráfico 1.2 - Percentual de vagas nas universidades públicas e privadas no Brasil e no Estado de São Paulo em 1986 e 1996	43

**A UNIVERSIDADE DE SOROCABA E UMA HISTÓRIA DO SEU  
CURSO DE HISTÓRIA: 1955-1994.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Sorocaba, pela Banca Examinadora, formada pelos seguintes professores:

Orientador:

Prof. Dr. José Luís Sanfelice (presidente)

UNISO – UNICAMP

Examinador:

Prof. Dr. Wilson Sandano

UNISO

Examinador

Prof. Dr. Helio Iveson Passos Medrado

UNISO – UNICAMP

**Sorocaba, março de 2005**

## AGRADECIMENTOS

Ao iniciar uma caminhada, o ser humano nunca pode determinar se conseguirá atingir seus objetivos; nesse caminhar existem possibilidades de que ocorram tropeços, porém a grande virtude é a coragem para se levantar e começar novamente, nunca desistir. Todavia, ao terminar uma jornada, não há prazer no mundo que possa ser comparado àquele momento.

Todas as dificuldades são esquecidas, mesmo que momentaneamente, e após a euforia, novas metas, novos objetivos são traçados e o ser humano recomeça sua caminhada.

Esta dissertação é o retrato de um objetivo alcançado, fruto do esforço que partiu do individual e se transformou em coletivo.

Agradeço às pessoas que, direta ou indiretamente, ajudaram na elaboração desse trabalho:

- primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. Sanfelice, que teve a palavra certa nos momentos em que as dificuldades e o desânimo se avolumavam;
- aos membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. Wilson Sandano e Prof. Dr. Hélio Iveson Passos Medrado, pelos questionamentos e contribuições;
- aos funcionários da Secretaria da Universidade de Sorocaba pela ajuda na coleta de dados;
- aos colegas da 1ª turma do Curso de Mestrado em Educação da UNISO, pela consideração e incentivo durante nossos encontros;
- ao corpo docente do Curso de Mestrado, pelo prazer de partilhar de seu convívio;
- aos amigos Orlando Ortolan e Santo Rei (Xingu), pela paciência e espírito de luta que compartilhamos;
- aos amigos da equipe de História do Centro de Ensino Supletivo de Sorocaba, pelo apoio e incentivo;
- ao amigo Acassil, que acreditou e apostou neste trabalho;
- à minha esposa, amiga e companheira, que sempre esteve ao meu lado;
- ao meu filho, que me inspirou e suportou a ausência do pai;
- à minha mãe, que em nenhum momento deixou de me apoiar.

## RESUMO

Esta dissertação, ao pesquisar alguns aspectos do ensino universitário brasileiro, observa a desproporção existente entre o número de universidades públicas e o de universidades privadas, que somam uma quantidade bem maior.

A UNISO, como uma universidade privada, reflete, em seu contexto micro-histórico, parte do desenvolvimento que estas universidades tiveram dentro das últimas décadas da evolução histórica brasileira.

O curso de História da UNISO, por sua vez, não esteve imune à evolução das características que marcaram as mudanças no ensino superior brasileiro no mesmo período.

No desenvolvimento da pesquisa revelam-se mecanismos que apontam para a expansão da rede privada com recursos públicos, subsídios e isenções fiscais.

O Ensino Superior Brasileiro, historicamente elitizado, acaba também sendo uma forma de concentração de capital.

## ***ABSTRACT***

Researching about some aspects of the Brazilian academic teaching, this dissertation observed the disproportion that exists between the public and private Universities number, where private universities have grown very fast in number.

UNISO being a private University reproduces in its micro-historic context a part of the development that these Universities have had within the last decades of the Brazilian historic evolution.

UNISO History Course has not also been immune to the evolution of the characteristics that determined the changes in Brazilian Superior teaching at the same period.

When developing the research, some mechanisms have indicated the growing of the private teaching using public money, subsidies and fiscal taxes exemption.

The Brazilian superior teaching, historically aimed to the elite, also ends up being a way of capital concentration.



## CAPÍTULO 1

### UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA

#### 1.1 Breve Histórico da Sociedade Brasileira após 1945

Pode-se afirmar que o Brasil, após 1945, vivia um regime democrático restrito, pois a grande maioria dos representantes políticos era composta pelos setores conservadores; continuavam as perseguições políticas, partidos eram considerados ilegais e deputados eram cassados. O período também estava marcado por uma grande inflação. Segundo BASBAUM (1985:181):

O novo regime se iniciava sob o signo da inflação. Era a inflação na sua forma clássica, de papel moeda e créditos crescendo descontroladamente, mais depressa do que a produção, enriquecendo um pequeno número, diminuindo ao mesmo tempo o salário real. Começava a alta assustadora dos preços, que não teria fim. Os anos de 45 a 47 foram típicos, nisso que lembravam a época do encilhamento dos primeiros anos da República. Fundavam-se diariamente novas companhias por ações para explorar petróleo, grandes usinas siderúrgicas, imensas fábricas de alumínio, que desapareciam antes de começar a funcionar, ao mesmo tempo em que os espertos incorporadores começaram a vender ações de porta em porta e cada pequeno funcionário, cada empregado do comércio, cada entregador de pão ou empregada doméstica; já se via recebendo lucros e dividendos por ações que não valiam o papel em que eram impressos. Bancos se multiplicaram tendo como único lastro depósitos a prazo fixo dos Institutos de Aposentadorias conseguidos por apadrinhamentos e protecionismos inconfessáveis. E... a boa fé.

Embora o povo funcionasse como massa de manobra, atendendo aos interesses das classes hegemônicas nacionais e dos interesses do Capitalismo Internacional, o Brasil estava deixando de ser Sociedade Agrária Exportadora e se transformando em Sociedade Urbana, graças à industrialização efetiva, com a expansão de empresas multinacionais, ou seja, o Brasil ingressava no Capitalismo

Industrial, através da importação de tecnologia, aumentando cada vez mais sua dependência em relação aos países desenvolvidos. Esse desenvolvimento urbano acabou por gerar choque de interesses entre os setores agrário-exportadores, a burguesia industrial e a crescente classe média preocupada em manter o status, além das massas operárias que lutavam por melhores condições de vida.

Não se pode esquecer que o mundo estava sendo dividido em dois grandes blocos, o Socialista comandado pela URSS e o Capitalista liderado pelos EUA. O Brasil, que antes da Primeira Guerra (1914-1918) sofria a influência da Inglaterra, transformou-se gradativamente em satélite norte-americano, rompendo assim relações diplomáticas com a URSS durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra. De acordo com BASBAUM (1985:188):

O pretexto foi a ação da polícia soviética contra um funcionário da embaixada brasileira em Moscou, bêbado contumaz que, havendo-se embriagado mais uma vez, pôs-se a cometer desatinos no Hotel Moscou quebrando louças e móveis e agredindo pessoas. Outro pretexto foram alguns comentários, considerados desairosos, de uma revista literária soviética, a respeito da política brasileira.

O P.C.B (Partido Comunista Brasileiro) foi fechado, entrando na clandestinidade, atingindo, assim, os objetivos dos EUA que se transformaram no paladino do mundo capitalista, segundo BASBAUM (1985:189):

Em princípios de 1947, foi o PCB acusado na Câmara de receber dinheiro de Moscou.

Uma comissão fora designada para examinar a contabilidade do Partido e um funcionário da polícia logo indicado para tal fim. Esse funcionário, entrando e saindo livremente da sede do Partido, solicitou os estatutos para compreender seu funcionamento. Exemplares recém-impressos lhe foram cedidos. Mais tarde se verificou que esses estatutos, pelo qual se orientava a vida interna do PCB, diferiam em muitos artigos dos estatutos registrados no Tribunal Eleitoral, feitos pró-forma unicamente para efeitos de registro legal. Esse foi o

principal pretexto invocado. Logo a seguir um deputado, nele baseado, pede o fechamento do mesmo.

Pode-se afirmar que o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra ficou alheio aos problemas nacionais, mesmo o "Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes, Energia)" foi utilizado apenas para a pavimentação da via Presidente Dutra (RJ-SP) e a Companhia Hidroelétrica de São Francisco, que, ainda de acordo com BASBAUM (1985:194):

Alheio aos partidos políticos e às tramas dos negociastas que proliferavam à sua sombra, preocupado apenas com o pavor que lhe causava o PCB, deixou escoar o seu mandato num ritmo tropical, sonolento, do qual não se afastou nem mesmo em 1950 quando começaram as agitações para a eleição do novo presidente, a qual se deveria verificar a 3 de outubro. Ao transferir o cargo ao seu sucessor, afastou-se da vida política com a sensação do dever cumprido.

A partir do momento em que o governo brasileiro se alinhou mais e mais aos EUA em função da Guerra Fria, a influência norte-americana no Brasil se consolidava cada vez mais. BASBAUM (1985:197), relata:

Aproveitando o fato de que os antigos países imperialistas europeus, principalmente a Inglaterra, a França e a Alemanha, não se achavam em condições de competir economicamente e percebendo que em alguns países sul e centro americanos, principalmente o Brasil, uma nova burguesia industrial, surgida da guerra e por ela estimulada, procuravam produzir artigos que eram antes importados, os capitalistas norte-americanos resolveram tomar a única medida que faltava para garantir e perpetuar seu domínio sobre o mundo: investir capitais nessa parte do continente, construindo eles próprios as fábricas que os brasileiros pretendiam construir. Desse modo, começa em nosso

país a grande invasão imperialista americana, não mais sob a forma de exportação simples de capitais, em empréstimos, mas para investimentos industriais. Essa política de investimentos iria tornar-se mais tarde, a partir de 1955, mais agressiva pela aquisição de indústrias já existentes no país. Na ocasião, porém, limitaram-se a criar aqui novas indústrias, o que iria ocasionar o nascimento de uma nova categoria social (a qual se consolidaria a partir de 1955), a dos diretores brasileiros de empresas americanas, a dos advogados administrativos, a dos *public-relations* interessados na política de boa-vizinhança com os bancos e financistas norte-americanos.

Com o término do mandato do Presidente Euríco Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, que após ser deposto em 1945, foi eleito senador por dois estados (SP-RS) já em 1945, foi candidato à Presidência da República em 1950, sendo eleito com 3.849.040 votos, 48.7 % da votação total (SKIDMORE, 1985).

Ao assumir a presidência, em 31.01.1951, Getúlio Vargas procurou fazer redistribuição de renda, aumentando o salário mínimo dos trabalhadores e as taxas de acumulação de capital, visando substituir as importações; essa política adotada pelo Presidente Vargas não deixou de ser contraditória, visto que, com o aumento salarial, e conseqüente aumento das forças de trabalho, ocorreria a limitação no acúmulo de capital, para que o mesmo fosse aplicado em infra-estrutura para substituir as importações.

Em contrapartida, a maior participação política do operariado, via movimento sindical, a partir de 1952, baseada em uma ideologia nacionalista ainda ligada ao populismo era contrária aos interesses das classes hegemônicas (SKIDMORE, 1985).

Getúlio Vargas criou a Petrobrás com capital interno, além de criar, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para a captação de capital, através do aumento de impostos. Demonstrou ser contraditório a partir do momento em que incentivou a entrada do capital estrangeiro no Brasil através da Reforma

Cambial de 1953 e a Lei 2.145 de 1954, objetivando manter o ritmo de desenvolvimento, enquanto que nossa capacidade de importar tecnologia diminuía.

O presidente Getúlio Vargas, segundo SKIDMORE (1985), sofreu pressões do proletariado, que exigia aumento de salário e uma política nacionalista na política econômica e, de outro lado, pressões das classes hegemônicas internas e externas, juntamente com o exército que observava o nacionalismo e o identificava como sendo subversivo e controlado por Moscou. Na realidade, esse choque de interesses representou a luta das classes hegemônicas, efetivando a política baseada no “entreguismo” do Brasil nas mãos do capitalismo internacional.

Por conta dessas pressões e antes de ser deposto pelas Forças Armadas, Getúlio Vargas suicidou-se em 24 de Agosto de 1954; deixou uma Carta Testamento que foi veiculada nos meios de comunicação. Com o suicídio de Vargas, o Vice-Presidente Café Filho assumiu a presidência (1954-1955) os objetivos norte-americanos e os objetivos da UDN (União Democrática Nacional), haviam sido alcançados, Vargas estava fora do poder.

O que eles não contavam era com a repercussão do suicídio e da leitura da Carta Testamento, segundo SKIDMORE (1985:180):

A reação do povo surpreendeu seus oponentes. Uma onda de simpatia por Getúlio envolveu o país. Lacerda, o jornalista da cruzada, cuja coragem havia galvanizado a oposição, precisou esconder-se e pouco depois deixava o país à espera que a fúria do povo amainasse. Caminhões de entrega do jornal oposicionista O Globo foram queimados pela multidão enfurecida, que se lançou ao assalto ao edifício da Embaixada dos Estados Unidos. Durante a sua campanha, os anti-getulistas tinham concentrado o fogo de ataque na pessoa de Getúlio. Através de seu ato final de sacrifício, Getúlio neutralizou as vantagens políticas e psicológicas que seus oponentes haviam acumulado. Na morte, como na vida, os atos de Getúlio foram cuidadosamente calculados para produzir o máximo de efeito político.

A reação popular gerou um sentimento nacionalista e antiamericano que estavam esquecidos em função de problemas mais emergentes, tais como: a inflação e a elevação do custo de vida.

A partir desse momento, forma-se no Brasil dois grupos distintos: os "Nacionalistas", que eram contra o controle do petróleo pelos norte-americanos e, os "Entreguistas" que consideravam os nacionalistas subversivos.

Durante o governo de Café Filho, foi criada a Instrução 113, que permitia às empresas estrangeiras que quisessem operar, no Brasil, concessões de favores cambiais, visando transferir de seus países de origem máquinas usadas arcaicas como sendo novas, enquanto que as empresas nacionais sofriam restrições para importar maquinário.

Esse processo acabou por fazer com que as indústrias brasileiras se associassem ao capital estrangeiro para sobreviver. Cabe relatar que a Instrução 113 foi criada pelo ministro da Fazenda Eugênio Gudim (BASBAUM, 1985).

Quando ocorreu a campanha eleitoral de Juscelino Kubistchek para presidente e João Goulart como vice-presidente, Juscelino Kubistchek usou o slogan "50 anos de progresso em 5 anos de Governo". Durante seu governo, Juscelino incentivou o desenvolvimento econômico, liberando a entrada de capitais estrangeiros na economia, além de não ter um controle rigoroso da remessa de lucros. Seu governo também foi marcado por uma grande entrada de empréstimos, principalmente dos EUA, para serem investidos no setor público.

O maior investimento foi a construção da nova capital, Brasília, no interior do Estado de Goiás e o Plano de Metas, visando o pleno desenvolvimento industrial. Brasília, uma obra faraônica, além de gerar empregos e aumentar a dívida externa, serviu também para desviar as atenções da população de assuntos como: a Reforma Agrária, a Reforma Universitária, e o aumento da inflação.

Juscelino Kubistchek não fez o Brasil crescer 50 anos em cinco, apesar do grande desenvolvimento que ocorreu durante seu governo, ele cometeu erros que vieram a tona com o final de seu governo.

O primeiro desses erros, segundo BASBAUM (1985), foi inverter a proposição que afirma: um povo rico faz uma nação rica. Ele acreditava que uma nação rica é que faz o povo rico. Na realidade, em seu governo o povo ficou mais pobre para que o Brasil pudesse fabricar automóveis para os ricos.

Em segundo lugar, confundiu expansão industrial que foi apenas o que conseguiu, com a industrialização e desenvolvimento nacional. Seu terceiro erro foi aceitar a tese de "desenvolvimento" sustentada durante muito tempo pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e que consistia em abandonar o Nordeste à própria sorte.

A criação tardia da Sudene, fora das metas iniciais, e já no fim do seu governo, por pressão dos grupos econômicos do Norte e Nordeste, que desejavam tirar proveito para sua região e para si próprios, dos planos de expansão industrial, já não pôde produzir seus efeitos econômicos e políticos. A região nordestina empobreceu ainda mais durante seu período presidencial e contribuiu para a derrota do Marechal Lott, que se apresentava na disputa sucessória do período seguinte, como continuador de seus planos político-econômicos para aquelas regiões. De acordo com BASBAUM (1985), os planos de desenvolvimento da SUDENE estão longe de resolver o problema do Nordeste.

O quarto erro, segundo BASBAUM (1985), foi não realizar a reforma agrária que a expansão industrial e o desenvolvimento nacional estavam a exigir. Não realizando a reforma, obteve o apoio dos "coronéis", latifundiários e dos homens de sua classe. E teve ainda à sua disposição dezenas de milhares de braços nordestinos, a preço barato, para construir Brasília. Mas não abriu os mercados que a expansão industrial necessitava.

Finalmente o quinto e o mais grave dos seus erros, na avaliação de BASBAUM (1985), sempre supondo que se tratava de inadvertências e não de atos

conscientes, foi manter a Instrução 113, permitir a entrada do capital estrangeiro em condições privilegiadas com sacrifício do capital nacional.

A entrada de capitais estrangeiros gerou déficit nas trocas cambiais, evasão de dólares, desvalorização do cruzeiro e a miséria da população mais pobre pela desvalorização real do salário e alta do custo de vida, ou seja, os ricos ficavam cada vez mais ricos, enquanto que os pobres ficavam cada vez mais pobres. Sobre o governo de Juscelino, segundo BASBAUM (1985:225): "*ao findar o seu governo, viu-se que ele havia construído um belo edifício com alicerces de barro e vazio por dentro. E completamente hipotecado.*"

Jânio Quadros foi eleito Presidente da República nas eleições de 1960; um populista de direita que recebeu apoio dos setores da burguesia ligados ao capital internacional, embora tenha recebido votos de todas as camadas sociais, graças ao seu discurso moralizador, prometendo acabar com a corrupção, a inflação e o comunismo; como Vice-Presidente foi eleito João Goulart, um dos herdeiros do getulismo.

Ao assumir a presidência, Jânio Quadros adotou uma política de austeridade antiinflacionária; reformando o sistema cambial, simplificando as taxas e desvalorizando o cruzeiro em 100%, reduziu os subsídios para importações, como o do trigo e da gasolina (BASBAUM, 1985). Conseqüentemente dobraram os preços dos pães, dos transportes coletivos e outros transportes; fez investimentos no setor de exportação a fim de diminuir o déficit na balança comercial; restringiu créditos e congelou os salários. Em resumo, o Presidente Jânio Quadros arriscou essas medidas, mesmo sabendo que elas seriam impopulares, principalmente, para a massa proletária.

Por outro lado, essas medidas agradaram e deram credibilidade ao Brasil junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e credores estrangeiros, foram os pré-requisitos para a renegociação da dívida externa brasileira (BASBAUM, 1985).

Tanto o proletariado, como os empresários e a classe média passaram a criticar essa política antiinflacionária do Presidente Jânio Quadros, e observando que



o custo político dessas medidas era bastante elevado, ele começou a tender para os intelectuais "desenvolvimentistas" que argumentavam ser a inflação gerada pelo desequilíbrio estrutural da economia brasileira, e que a estabilidade só se configuraria dentro de um programa de industrialização e maior investimento público.

Na realidade, de acordo com BASBAUM (1985), o Presidente Jânio Quadros não tinha um programa de governo; ele se preocupava em resolver os problemas imediatos, tais como estabilização e renegociação da dívida externa.

Quanto à política externa, o Presidente Jânio Quadros demonstrou ter sido uma pessoa ambivalente; ele apregoava a "política externa independente", relutou em aceitar o boicote imposto pelos EUA a Cuba, começou a manter relações comerciais com o Bloco Socialista. Nos dias de hoje, com a queda do Muro de Berlim, o desmantelamento da URSS e conseqüente fim da Guerra Fria, esse fato seria encarado com naturalidade, porém, em 1961, estava-se no apogeu da Guerra Fria; tais atitudes eram consideradas "suspeitas" (HOBSBAWM, 1998).

A chamada política externa independente tem seu começo no governo Jânio Quadros, quando era ministro das Relações Exteriores o Embaixador Afonso Arinos. Em razão da curta duração desse governo, cerca de seis meses, não é possível configurar-se com exatidão os objetivos que buscava.

É possível, contudo, aventar-se a hipótese de que a perplexidade e surpresa que decorreram da reformulação da nova política exterior brasileira, alinhando-se, embora timidamente, às posições assumidas pelo grupo de países do Terceiro Mundo, foram o produto de uma defasagem entre essa política externa e interna. No que tange a esta última, as medidas de combate à inflação muito se aproximavam dos princípios preconizados pelo Fundo Monetário Internacional, que significavam contenção de consumo, restrição de crédito, uma dúvida "verdade cambial", culminando com uma tentativa de contenção da política de aumento salarial.

Tal política não podia agradar ao povo, ao qual, cabia, em última análise, sustentar em suas próprias costas o decorrente aumento do custo de vida. A política adotada que se opunha vigorosamente à sorridente política desenvolvimentista do presidente Juscelino, por suas implicações no custo de vida, era de molde a causar temores, na medida que parecia contrária a um regime plenamente democrático, onde os grupos de pressão devem se fazer ouvir.

Paralelamente, determinadas decisões governamentais, no âmbito administrativo e político, sua total indiferença em relação ao Poder Legislativo, a composição de seu ministério, cujas origens reforçavam a tendência de transformar a Presidência da República num super poder.

Essa hipertrofia do poder executivo, tão denunciada por deputados e senadores da tribuna do Poder Legislativo, levava a sérias conjeturas quanto a iminência de um golpe político, para a instauração de uma ditadura do tipo nasserista. Os três ministros militares - Grum Moss (Aeronáutica), Sílvio Heck (Marinha) e Odílio Denys (Guerra) - não representavam segurança alguma para a continuidade democrática; muito pelo contrário, acentuavam tais especulações, o que até certo ponto ficou confirmado, de acordo com ODÁLIA (1977) com a atuação desses ministros no episódio da renúncia de Jânio Quadros.

Assistia-se dessa maneira, a uma política presidencial de duas faces: uma voltada para o exterior, preocupada com a situação do Brasil como país subdesenvolvido, cujos interesses se confundiam com os problemas de todos os países subdesenvolvidos, determinando, assim uma atuação marcada por um certo progressismo de esquerda, especialmente no que concerne à luta contra o neocolonialismo; contudo a outra face, voltada para o interior do país, confundia-se

com uma política de fortes laivos reacionários, marcada por grande indiferença frente à reação pública aos planos e medidas de estabilização econômica.

A contradição inerente do governo Jânio Quadros, segundo ODÁLIA (1977), provocou um clima de equilíbrio precário, cuja ruptura esperava-se a qualquer momento. A dramaticidade em que se viveu o período janista era sempre renovada pelas atitudes inesperadas e, às vezes, burlesca do Presidente da República. O episódio da condecoração de "Che" Guevara, então ministro de Castro, com a ordem do Cruzeiro do Sul e o incidente diplomático, de que muito se falou na época, envolvendo o embaixador itinerante dos EUA, Adolfo Berre Júnior, foram momentos capitais desse drama de curta duração.

Incapaz, talvez de se livrar do redil que ele próprio confeccionara, o então apenas um episódio frustrado de sua caminhada para o poder pessoal discricionário, a renúncia de Jânio Quadros à Presidência lança o país num clima de revolução e de suspense que se amaina com a posse de João Goulart como Presidente, dentro de um regime parlamentarista (ODÁLIA, 1977).

A experiência parlamentarista não funcionou, a crise econômica e social aumentava cada vez mais, a população cobrava do Presidente João Goulart (Jango) que ele realmente governasse, alguns jornais veiculavam, em seus editoriais, que o presidente não fazia nada. Obtiveram como resposta do Presidente João Goulart que, segundo BASBAUM (1985:29): *"Não fazia nada, porque no regime parlamentarista, a única coisa que podia se fazer, era dizer "bom-dia" aos seus auxiliares e inaugurar obras, se houvesse"*.

Em 15 de setembro de 1962, foi enviada ao Congresso a Lei Capanema Valadares, que convocava um plebiscito para o dia 07 de janeiro de 1963, no qual o povo escolheria o sistema de governo que lhe interessava : o Parlamentarismo ou o Presidencialismo.

Após o plebiscito, com vitória esmagadora do Presidencialismo, em 23 de janeiro, foi revogado o Ato Adicional nº 04 que instituiu o Parlamentarismo.

O presidente João Goulart incumbiu Celso Furtado de organizar um plano trienal, conforme BASBAUM (1985:34):

O Plano previa principalmente, o aumento de 7% no índice de crescimento e o abaixamento progressivo de 10% da taxa de inflação. O total de investimentos previstos era da ordem de 4 bilhões de dólares dos quais dois terços seriam fornecidos pelo setor privado e o terço restante pelo Estado, o qual deveria reduzir suas despesas, aumentar alguns impostos e suprimir subvenções a determinados bens de consumo.

Um dos objetivos do Presidente João Goulart era realizar a Reforma Agrária, no que foi boicotado. O plano trienal não conseguiu deter a escalada inflacionária, as greves se multiplicavam, o Presidente João Goulart ficou praticamente isolado no poder, e a oposição crescia a cada dia. O Presidente João Goulart acabou por tentar o apoio da população em sua última cartada, de acordo com PAES (1992:43):

Nesse contexto, em meados de março de 1964, o CGT e a assessoria sindical do presidente tentaram reunir as forças sociais que o apoiavam no famoso comício do dia 13, que reuniu 200 mil pessoas no Rio de Janeiro, contando com a presença de ministros, governadores, militares, parlamentares, lideranças sindicais e estudantis. Anunciando dois decretos sobre desapropriação de terras e nacionalização de refinarias de petróleo, Goulart também denunciou a "mistificação do anticomunismo" e atacou a "democracia dos monopólios nacionais e internacionais".

A partir daí, intensificou-se a ofensiva golpista e, dias depois, em São Paulo, aconteceu a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", com cerca de 500 mil pessoas.

Segundo PAES (1992), foi organizada pela CAMDE (Campanha da Mulher em Defesa da Democracia), uma das instituições financiadas pelo IPES, em colaboração com o Governo do Estado de São Paulo, a Igreja, a Fiesp e a Sociedade Rural Brasileira.

Manifestações semelhantes ocorreram em várias capitais, muitas pedindo o impeachment de Goulart. Em final de março, quando a operação militar se desencadeou, Goulart, sabendo que não contava mais com apoio militar, preferiu o exílio, saindo do País a 4 de abril. Dias antes, o Congresso Nacional consumou o golpe declarando vacância da Presidência, que foi assumida pelo Presidente da Câmara Federal. Imediatamente, os Estados Unidos reconheceram o novo governo brasileiro.

O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)<sup>1</sup> se articulava, levando a luta de classes para a esfera de confronto armado. Para ODÁLIA (1977:367):

O golpe militar de 1964 concluiu uma etapa de luta por uma política externa independente, inaugurando a política de interdependência política e de superação das fronteiras físicas em favor das fronteiras ideológicas; a grosso modo, um retorno às teses de uma guerra inevitável, que fora o leit-motiv do governo Dutra. O internacionalismo canhestro e de uma face dessa posição torna a subordinar os interesses especificamente brasileiros aos interesses dos E.U.A., mutilando e deformando o sentimento nacional.

Analisa-se uma revolução como um processo no qual ocorre uma transformação radical na estrutura política, econômica e social, em função de objetivos que, em princípio, atendam aos interesses da maioria da população de um país.

No caso do Brasil, na "revolução" de 1964, observa-se que ao assumir o poder, os militares atenderam a seus interesses, baseados na Doutrina de Segurança Nacional patrocinada pelos EUA, aos interesses das elites nacionais, do capital internacional, em especial do capital norte-americano.

---

<sup>1</sup> O IPES foi fundado, em 1961, por um grupo de empresários de São Paulo e Rio de Janeiro e contou com a participação de profissionais liberais e membros das Forças Armadas. Sua doutrina era baseada na democracia e na empresa privada. O IPES pressionava a aprovação de leis que garantissem os interesses da burguesia nacional. Por trás desse discurso, o IPES foi um dos articuladores do Golpe Militar de 1964.

É preferível denominar esse movimento de 1964 como golpe militar, em função das medidas tomadas pelos militares para se perpetuarem no poder, como é o caso dos Atos Institucionais eliminando o poder do Legislativo e Judiciário e concentrando todo o poder nas mãos do Executivo.

Pode-se citar a Constituição de 1967, que substituiu a de 1946, no qual foi institucionalizada a Doutrina de Segurança Nacional. Em especial o A.I.-5 (Ato Institucional nº 5) de 1968 que castrava todos os direitos e garantias individuais do cidadão, além de transformar o Presidente em um senhor absoluto no País.

Cabe observar que apesar da repressão iniciada no governo do General Castelo Branco (1964-1967) aumentando no governo do General Costa e Silva, houve no período compreendido entre 1967 e 1968 uma grande mobilização articulada pelos setores de oposição, conforme GERMANO (1993:65):

Assim, entre 1967 e 1968, o movimento estudantil realizou grandes mobilizações contra o governo; o movimento sindical dos trabalhadores começou a sofrer um processo de renovação e de resistência à política econômica, culminando com as greves operárias de Contagem (MG) e Osasco (SP) em 1968; setores da Igreja Católica associaram-se à luta oposicionista; golpistas civis de primeira hora, como Carlos Lacerda - que em 1964 era governador da Guanabara - juntaram-se a políticos cassados pelo Regime, como Juscelino Kubitschek e o próprio João Goulart, e fundaram a Frente Ampla que objetivava aglutinar forças oposicionistas.

Contudo, com a assinatura do AI-5 (Ato Institucional nº 5), institucionalizou-se um processo de repressão, perseguições e torturas, tudo em nome da doutrina da Segurança Nacional.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Em sua origem a Segurança Nacional implicava na segurança da pátria contra um provável ataque de um inimigo externo. No Brasil, essa doutrina foi aplicada para um possível movimento revolucionário, ou seja, criou-se uma mobilização pela manutenção da ordem interna, utilizando-se de espionagem torturas e repressão visando evitar o surgimento de focos guerrilheiros.

No aspecto econômico, a ditadura militar interveio diretamente na economia, sempre com a visão de transformar o Brasil em potência. Inicia-se uma fase da história que ficou conhecida como o "Milagre Brasileiro" (1968-1973), marcado basicamente por um grande crescimento técnico nos campos e fábricas, além das construções de obras faraônicas, em detrimento do social. Situação que assim caminhava, segundo GERMANO (1993:86):

A lógica da intervenção do Estado na economia realiza-se, no entanto, em conformidade com a especificidade do desenvolvimento histórico das diversas formações sociais concretas. No Brasil, sobretudo a partir dos anos 30 deste século, o Estado pautou sua atuação por uma acentuada intervenção na esfera econômica. Nessa perspectiva, exerceu um papel decisivo na organização da produção, sendo, ao mesmo tempo, promotor e ator da industrialização. Tal intervenção, contudo, ocorreu de forma mais espetacular durante o Regime Militar instaurado em 1964. Ela decorreu não somente de uma exigência posta pelo patamar de acumulação de capital alcançado no país, mas também de uma notável politização dos investimentos estatais. Os militares no poder tinham em mente construir uma "potência", garantir a "segurança nacional" e obter a "legitimação" através da construção de grandes obras.

Ao ampliar os horizontes da sua atuação econômica, o Estado Militar revelava, ao mesmo tempo, o elevado grau de autonomia com que agia, bem como o seu nítido caráter burguês, uma vez que a sua política econômica visou conter o trabalho e acelerar a acumulação de capital.

Em linhas gerais, a intervenção do Estado na economia abrangeu: gestão de força de trabalho, aumento da sua capacidade extrativa ou de exação tributária, dispêndio de vultosos investimentos em infra-estrutura e na indústria pesada, concessão de créditos, subsídios fiscais e favores a grupos empresariais que, no limite, redundaram em corrupção e negociatas, endividamento externo e interno.

Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, tal intervenção compreendeu a regulação do preço da força de trabalho, disciplina do trabalho e a insegurança no emprego. No tocante ao primeiro aspecto, vale a pena lembrar a lei 4.725 de 13-7-1965. Por meio dessa lei, segundo GERMANO (1993:72):

Retirava-se a fixação do salário profissional, ou salário-piso, (...) da área do mercado, sob arbitragem da Justiça do Trabalho, e colocava-se a delimitação do piso profissional sob arbítrio das autoridades financeiras. Esvaziou-se, com isso, a Justiça do Trabalho e retirou-se de parcela do operariado industrial a sua única forma de obter melhorias relativas na distribuição da renda nacional". No que se refere ao segundo ponto - disciplina do trabalho- basta lembrar a repressão ao movimento sindical com a prisão de líderes, a intervenção em sindicatos e a proibição de greves. Finalmente, no que concerne à segurança no emprego, torna-se significativo mencionar a substituição da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (lei 5.107 de 13-11-1966).

Percebe-se que o FGTS apenas reafirma, talvez de forma brutal, a vinculação da política social à política de acumulação.

As estruturas do Milagre Brasileiro começam a desmoronar a partir da crise do petróleo, quando a O.P.E.P (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) aumentou o preço do barril de 3 para 12 dólares no mercado internacional.

É, nesse momento, que os empresários, a imprensa e políticos neoliberais passam a colocar que a dívida pública, o déficit fiscal e a ineficiência das estatais eram culpados pela crise brasileira, pois repassando capital para a iniciativa privada, esse Estado era o grande devedor.

A verticalização do poder, concentração absoluta das eleições no Executivo e controle da mídia, acabaram por abrir espaços dentro do sistema para a corrupção e negociatas. Imperava a lei do silêncio, de acordo com GERMANO (1993:86):

Em 1978, por exemplo, o Sr. Jacques de Broisia, Diretor Administrativo e de Assuntos Internacionais do "Banque de Credit Commercial de France", denunciou ao coronel Raimundo Saraiva Martins (então adido militar na França) a existência de irregularidades nos negócios de vendas de equipamentos franceses ao Brasil, afirmando inclusive terem sido transferidas várias comissões para o "Grupo Delfim" (trata-se de Delfim Netto, por várias vezes ministro dos Governos Militares e Embaixador do Brasil na França, durante o governo Geisel). Na ocasião, citou o "caso de seis milhões de dólares pagos, como comissão referente ao financiamento de fornecimentos para a Usina de Água Vermelha em São Paulo, e que foram depositadas em conta numerada de um banco suíço em que figuravam os nomes de Antônio Delfim Netto, Vilar de Queiroz". Além desses constava o nome de Carlos Alberto Andrade Pinto. O Sr. Broisia revelou também que o referido grupo havia solicitado uma comissão de sessenta milhões de dólares em troca do financiamento para as obras da hidroelétrica de Tucuruí, o que foi recusado pelo Banco, que considerou a importância muito elevada, como também para evitar um escândalo que poderia ser explorado durante a campanha eleitoral francesa. Apesar disso tudo, o Governo brasileiro não deu um passo para esclarecer o assunto e punir os culpados.

Entre tantos outros escândalos, deve-se citar ainda a negociata entre o Grupo Delfim e o Banco Nacional de Habitação (BNH), que resultou num rombo de 200 milhões de dólares no referido Banco, em decorrência de uma transação ilícita; o caso do Grupo Coroa Brastel, que provocou um estouro de 400 milhões de dólares (GERMANO, 1993).

Os descalabros encontrados, nos altos escalões do poder, refletem a contradição na distribuição de renda no Brasil. Tal concentração de renda foi implementada pelo Estado baseada em alianças entre a tecnoburocracia militar e civil, por sua vez aliada ao capitalismo internacional; tais alianças basearam-se em



um desenvolvimento econômico pautado na modernização da economia e concentração de renda nas mãos das classes altas e médias, marginalizando as classes menos favorecidas do sistema, conforme GERMANO (1993:92-93):

Esta tendência de privilegiar as camadas de rendas mais elevadas e os setores empresariais ocorre, igualmente, nas áreas de saúde, previdência, educação. As verbas para a saúde pública foram minguando ao longo do tempo e, no entanto, o Estado transferia substanciais recursos para o setor privado de saúde. Assim em 1981, 72% do total dos recursos destinados à assistência médica e previdência social (em parte oriundos dos assalariados) foram parar nas mãos dos empresários de saúde (cf. Retrato do Brasil, 1984: 495). Na área educacional, apesar das reformas, o Estado se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública; os recursos estavam comprometidos com o capital privado, repassando, ainda assim, verbas para as escolas particulares. A privatização avança nos setores de saúde e educação que se tornam mercadorias de alto custo. A medicina sofisticada ganha espaço, enquanto doenças de massa, que praticamente haviam desaparecido na década de 50 - como a malária - voltam a surgir nos anos 70 e 80. Na educação, é a iniciativa privada que domina a pré-escola, avança no 2º grau e se torna majoritária no nível superior. Uma pequena fração da população tem acesso aos mais elevados graus de escolarização, enquanto substanciais parcelas do povo sequer têm acesso à escola.

Após atingir seus objetivos, implementando o entreguismo e atendendo aos interesses do capital internacional, a ditadura militar começou a mostrar sinais de desgaste. A mesma burguesia que havia apoiado o golpe de 64 começou a questionar o excesso de centralização exercido pelos militares; ela queria tomar parte mais ativa com relação ao poder central; essa situação acabou por se agravar ainda mais com a crise do petróleo imposta pela OPEP.

É nesse contexto que, durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979) iniciou-se o processo de "abertura lenta, gradual e segura"; fato que representou a passagem de uma política dominada pelos militares para as mãos da sociedade civil, em especial, para as mãos da burguesia, sem no entanto abalar o seu *status quo* de classe dominante, ou seja, o "povo" reassumiria o poder sem perder a linha conservadora imposta pela burguesia.

Tal processo se prolongou do governo Geisel ao do General Figueiredo (1979-1985), não como um presente dos militares, mas como um processo de mobilização das mais diversas classes sociais, que culminou com a eleição indireta de Tancredo Neves e o governo de José Sarney (1985 - 1989). A respeito do assunto, tem-se em HARBERT (1992:46):

Para as classes médias urbanas, a crise atingiu seu padrão de vida com a queda dos salários e do poder aquisitivo, além da ameaça do desemprego. Parcelas cada vez maiores passaram a ver o regime com os olhos críticos e a manifestar a sua oposição à ditadura. Apoiando ou se engajando nos movimentos que tomaram corpo na segunda metade da década de 70 pelas liberdades democráticas, pelos direitos humanos e pela anistia, ampliaram o espaço de discussão, de participação e de oposição ao regime. Para a classe trabalhadora, a crise significou o aprofundamento do arrocho salarial, do desemprego, da miséria; enfim, o agravamento das suas condições de vida e de trabalho. Essa situação, combinada às mudanças da conjuntura política de abertura da segunda metade da década e das importantes transformações ocorridas na classe trabalhadora pós-64, foi ponto de partida para o ressurgimento dos movimentos populares (a partir de 1975) e do movimento operário (a partir de 1977). Os principais acontecimentos dos últimos anos da década estavam ligados ao cenário das ruas tomadas por manifestações de protesto e reivindicações específicas e gerais como as dos estudantes, do Movimento do Custo de Vida, dos movimentos populares dos bairros, das mulheres, da anistia, e, destacadamente, pelo movimento grevista que colocou a classe operária no centro do cenário nacional em 1978.

Não se pode esquecer que a burguesia sempre agiu e age procurando atender a seus interesses; o burguês jamais iria admitir que sua riqueza é resultado da exploração alheia. Sua formação e concepção histórica não conseguem enxergar esse processo. A classe média não se define, pois flutua entre uma consciência da classe burguesa e a consciência do proletariado.

Nos extremos das classes sociais exprime-se a consciência de classe (burguesia e proletariado), nunca defendendo interesses que lhes prejudiquem, sendo que o limite está em olhar os interesses que lhes convenham.

Com a morte do Presidente Tancredo Neves (nem chegou a tomar posse), assumiu o poder o Vice-Presidente José Sarney, que era um dos principais articuladores do regime militar dentro do parlamento representando a burguesia. Mesmo com a "Nova República" o poder das Forças Armadas ainda continuava garantindo a "ordem e o progresso" interno, de acordo com GERMANO (1993:97):

Essa continuidade se projeta na própria Constituição de 1988, que apesar dos inegáveis avanços sociais e políticos, mantém prerrogativas e atribuições das Forças Armadas vigentes no período ditatorial, que constituem uma ameaça permanente de nova intervenção militar na vida política do Brasil. Os acontecimentos de Volta Redonda, em novembro de 1988 - quando o Exército invadiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que estava em greve, matando 3 operários e provocando ferimentos em mais de 40 - constituem um exemplo patente desse intervencionismo.

Com o término do governo Sarney, iniciou-se uma disputa que pode ser exposta como sendo entre a burguesia e o proletariado. De um lado Fernando Collor, representante da burguesia, do outro, Luiz Inácio Lula da Silva, representante do proletariado.

Contando com o apoio de empresários e dos meios de comunicação foi fácil para Fernando Collor se eleger presidente. Seu governo foi marcado por um agravamento da crise econômica e pautado por escândalos de corrupção, nesse quadro, o Presidente Collor foi afastado da presidência e em seu lugar assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco.

Em seu governo, o então Ministro Fernando Henrique Cardoso lançou o plano real e acelerou as privatizações. Foi através do plano real e da divulgada

estabilidade econômica que, ao se lançar como candidato, Fernando Henrique Cardoso se elegeu Presidente, assumindo em 1995.

Seu governo enquadrou o Brasil mais e mais dentro da política neoliberal e da globalização, independentemente dos custos sociais que o povo brasileiro venha a pagar.

## **1.2 Breve histórico do Ensino Superior no Brasil**

Embora o objeto principal dessa pesquisa seja a história de uma Instituição, torna-se necessário abordar a história do ensino universitário brasileiro nesse período. Cabe ressaltar que serão privilegiadas três questões: a) o conflito entre o ensino público contra o ensino privado; b) a demanda e a expansão; c) a acumulação de capital via educação.

**Pela Constituição de 1946, o ensino superior oficial e o médio deveriam ser gratuitos desde que o aluno comprovasse não ter condições financeiras de bancar o curso. Já na Constituição Estadual de São Paulo, promulgada em 1947, constava o ensino como prioridade do Estado e que a iniciativa privada teria o respaldo do poder público quando essas escolas privadas tivessem como objetivo o ensino gratuito das classes "menos favorecidas".**

A Constituição paulista não diferenciava as "camadas menos favorecidas" daquelas com "falta ou insuficiência de recursos". Mesmo o projeto da Lei de Diretrizes e Bases elaborada em 1948 pelo Ministério da Educação, baseada nos "princípios liberais", colocava a gratuidade do ensino superior como desejável, mas não a instituía como na Constituição paulista, prevalecendo, nesse caso, o discurso da isenção para os alunos "insuficientes ou carentes" de recursos financeiros.

Percebe-se que as transformações que ocorreram no Ensino Superior Brasileiro, durante a república populista efetivaram-se independentemente de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como, por exemplo, as Leis de Equivalência

que objetivaram o fim da estrutura dual do ensino, garantindo o ingresso de formandos dos cursos técnicos nas faculdades; as federalizações das universidades surgiram através da Lei nº 1254/50, a criação de novas universidades facilitada pelo Decreto-Lei nº 8457/45; a criação do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) através da Lei nº 1310/51, que concedeu bolsas de estudos no Brasil e no exterior, e a aquisição de equipamentos de pesquisa para institutos de pesquisas especializados e universidades; o COSUPI (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos) foi criado em 1958, a fim de efetuar convênios com Universidades para instalar Institutos e com Faculdades de Engenharia para melhorar a qualidade do ensino.

Embora essas transformações tenham ocorrido, observa-se o choque entre uma facção defensora da expansão, integração e modernização do ensino superior e outra dos defensores de um ensino elitista e arcaico.

### **2.2.1 O conflito entre o ensino público e o privado**

Quando da elaboração da LDB, o Ministro da Educação era o banqueiro Clemente Mariani, que organizou uma comissão composta pelas principais correntes de pensamento educacional, tais como: Almeida Júnior, Joaquim Faria Goes Filho e Celso Kelly; essa comissão tinha a incumbência de redigir um anteprojeto de lei que seria enviado ao Congresso Nacional. Segundo CUNHA (1985:110):

O anteprojeto dizia ser a educação direito de todos, assegurado pela escola pública obrigatória e gratuita. A obrigatoriedade seria da educação primária, gratuita nas escolas públicas, sendo as escolas particulares, ao contrário do que se fazia no tempo do Estado Novo, incentivadas a admitirem alunos gratuitos ou de pagamento reduzido. A gratuidade total das escolas oficiais seria, inicialmente apenas no grau primário; no grau médio e no superior, o ensino seria gratuito para todos os que, revelando aptidão, provassem falta ou insuficiência de recursos. Prometia-se a redução progressiva, até a extinção total das taxas e emolumentos das escolas oficiais. A responsabilidade da oferta de ensino primário era

estendida às empresas industriais, comerciais e agrícolas: as que tivessem mais de 100 empregados deveriam manter ensino primário gratuito para seus funcionários e os filhos destes.

A estrutura da burocracia educacional seria descentralizada. Cada estado manteria um sistema de ensino com escolas de todos os graus, embora devesse dar preferência aos dois primeiros. Os estados e até mesmo os municípios eram aconselhados a organizarem conselhos locais de educação, à semelhança do CNE.

O governo do estado era quem reconheceria e inspecionaria as escolas primárias e médias, as quais teriam a liberdade de fazer a seriação das disciplinas, completando o currículo com disciplinas optativas submetendo o resultado final e os programas ao CNE (CUNHA, 1985)

Observa-se que o anteprojeto colocava a Faculdade de Filosofia como o centro da universidade que deveria ser formada, além dela, por mais dois Institutos escolhidos de uma lista de três: direito, engenharia e medicina.

Referente à autonomia universitária, o anteprojeto propunha a autonomia didática, ou seja, era a capacidade de fixar os currículos, programas, métodos de ensino, os processos e épocas de avaliação, além da liberdade de cátedra, sendo que os concursos de cátedra seriam internos nas universidades e sem recursos por parte do Ministério da Educação.

Quanto à autonomia administrativa, seria permitida a elaboração de estatutos e regimentos. Já a autonomia financeira teria grande flexibilidade no uso das verbas e nos orçamentos. Por outro lado, caberia ao CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovar, ou não, os estatutos dos estabelecimentos de ensino superior, reconhecer, ou não, seus cursos, conceder, ou não, privilégios aos diplomados.

O ensino médio crescia e havia a preocupação com o ensino universitário, em função do discurso da sua qualidade, pois apenas os mais aptos

intelectualmente poderiam cursá-lo. Aumentava a necessidade de afunilar ainda mais o acesso ao ensino superior, alegava-se a inaptidão dos que não fossem aprovados nos exames vestibulares. Quando um elemento vindo das camadas populares conseguia ingressar na universidade, esse fato, por si só, justificava a propaganda liberal de que todos são iguais e têm as mesmas oportunidades.

O anteprojeto foi encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso e foi criticado pelos donos das escolas particulares. É possível observar o interesse da rede privada de ensino, que atentava para seus interesses nas discussões do anteprojeto da Lei de Diretrizes de Bases da Educação, dando apoio à descentralização; por outro lado, não concordavam com as atribuições do Estado quanto à educação escolar.

Defendiam a ampliação de seus negócios, como também, de se aproveitarem de recursos públicos proporcionais ao número de alunos matriculados nas escolas privadas. Dava grande ênfase ao direito dos pais escolherem o "melhor" ensino para seus filhos. Ressaltando que esses princípios foram defendidos no III Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares, em São Paulo, em 1948, tendo na liderança desse Congresso as Escolas Católicas, que não deixavam de ser estabelecimentos privados, também interessadas nos subsídios governamentais.

Entre a apresentação do Anteprojeto de LDB pelo Ministro da Educação Clemente Mariani para o Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1948, e as reações dos defensores da centralização e os donos das escolas particulares, através do parecer do deputado Gustavo Capanema, enviado à Comissão Mista das Leis Complementares do Congresso, foi suficiente para retardar o andamento do anteprojeto, argumentou-se que o anteprojeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação não defendia os princípios de unidade nacional, tais como: a flexibilidade de currículos e a autonomia estadual completando a legislação do ensino (CUNHA:1988).

Pregando a centralização do poder quando se referia ao ensino, o anteprojeto acabou por ficar engavetado até a segunda metade da década de 50, quando as

discussões reiniciaram-se entre o grupo dos defensores da escola pública contra os paladinos da liberdade de ensino.

É bom lembrar que essa idéia de liberdade de ensino era utilizada para escamotear interesses privatistas, que se justificavam por um período de crise pela qual as mesmas estavam passando, essa crise ocorreu pela perda de poder aquisitivo da classe média como conseqüência da inflação, fato que a obrigava matricular seus filhos nas escolas públicas.

A rede privada conseguiu que o governo federal criasse o Fundo Nacional do Ensino Médio cuja função era a de transferir recursos financeiros públicos para as escolas particulares, sustentando, assim, as taxas de lucro: via bolsa de estudos, suplementação de salários de professores e subsídios para renovação de equipamento didático (CUNHA:1988). Em função da demanda, as verbas do Fundo Nacional do Ensino Médio foram diluídas, não atingindo seu objetivo inicial.

As discussões sobre a LDB reiniciaram-se nesse clima e pautadas no discurso do Deputado Padre Fonseca e Silva, efetuado em um Congresso de Educação em Ribeirão Preto no ano de 1956; argumentava ele que as reformas na educação estavam sofrendo forte influência socialista (não nos esquecendo que o Brasil era e ainda é alinhado ao capitalismo norte- americano).

A reação ocorreu no IV Congresso dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, realizado em 1957, onde foi condenado o ensino religioso nas escolas públicas, rejeitava-se a subvenção de escolas religiosas, caso não se dedicassem ao ensino gratuito dos pobres sem discriminação de credo (CUNHA:1985).

Dessa forma estava delineado o quadro ideológico das discussões sobre a LDB, ou seja, os educadores liberais que seguiam o modelo norte-americano de desenvolvimento capitalista autônomo, vislumbrando a escola pública como o degrau para se atingir o progresso, além de redistribuir o cidadão na escala social; e uma outra linha ideológica contra o latifúndio e o imperialismo.



Esse discurso acabou recebendo apoio de estudantes e intelectuais; os liberais conseqüentes que acreditavam na importância do Estado como forma de se efetivar a democratização das oportunidades educativas, eram chamados de extremistas por desejarem subverter a ordem constituída (CUNHA:1985).

Atendendo aos interesses privatistas, os deputados da UDN Carlos Lacerda e Perilo Teixeira apresentaram em novembro de 1958, um substitutivo ao projeto da LDB, onde defendiam o direito das famílias escolherem a melhor escola para seus filhos conforme suas crenças, afirmavam que o Estado agnóstico não tinha crenças. É evidente que o termo "conforme suas crenças" defendia efetivamente aos interesses das escolas católicas, já que a participação das escolas privadas não confessionais era mínima naquele momento.

Quanto ao ensino superior, o substitutivo aumentava a autonomia das instituições, restringindo o poder do Conselho Nacional de Educação, que apenas julgaria os pedidos de reconhecimento a partir de recomendações de universidades.

De acordo com CUNHA (1985), a esse ataque privatista Fernando de Azevedo respondeu com o Manifesto dos Educadores publicado em 1959, no qual defendia a expansão da escola pública, igualdade de oportunidades e o desenvolvimento industrial. Após esse Manifesto surgiu em São Paulo uma campanha em defesa da escola pública, contando com o apoio do jornal O Estado de São Paulo, propriedade de Júlio de Mesquita Filho.

Se pensarmos que, como empresário, ele deveria apoiar os interesses privatistas, posto que no liberalismo o discurso adotado é o de não intervenção do Estado na economia, a abertura ao capital estrangeiro, ênfase no desenvolvimento do plantation, como também a limitação da participação das massas populares na vida política. O que ocorria, na realidade, era o fato de que Júlio de Mesquita Filho via no ensino público o meio de se implementar a expansão capitalista no Brasil, enquanto que Carlos Lacerda legitimava os interesses privatistas utilizando-se da ideologia anticomunista e apoiando a igreja católica.

Na realidade essas duas visões diferentes no processo evidenciava uma disputa no próprio seio da burguesia, demonstrando que ela enquanto classe social

nunca foi homogênea e que cada facção dessa classe defende interesses que lhes convenham no campo educacional. Quando uma das facções assume o poder, ela impõe um determinado tipo de formação escolar que atenda a seus interesses. No caso brasileiro, a disputa foi vencida pela facção defensora do capital internacional e do ensino privado, fato que se evidenciou com o golpe de 64 (CUNHA:1985).

A estratégia utilizada em favor da escola pública constituiu-se em publicar artigos e editoriais em jornais, revistas, organizações de conferências. São Paulo foi o estado onde a campanha contou com a participação de representantes das mais diferentes camadas sociais: professores, estudantes, escritores, jornalistas, proletários e minorias religiosas. Essas camadas se mobilizaram, escreveram, fizeram conferências, convenções, substitutivos, comícios, procuraram senadores. O sindicato dos metalúrgicos patrocinaram três convenções em defesa da escola pública, a UNE e as UEEs faziam comícios relâmpagos.

Em contrapartida, segundo CUNHA (1985), a Associação de Educação Católica (AEC) liderava a luta em defesa dos interesses privatistas. Nessa campanha contra a escola pública, a AEC liderou a Campanha de Defesa e Liberdade do Ensino, conseguiu mobilizar duas mil escolas congregadas e escolas particulares não confessionais.

A AEC participava de debates, não fugia das polêmicas nos jornais, pressionava congressistas, mobilizava associações de pais e mestres, congregados marianos, ação católica, círculos operários etc. Também incentivou a criação de grêmios em colégios católicos que, supervisionados pelos diretores, evitavam a infiltração de idéias que, por ventura, defendessem a escola pública. Essas idéias prevaleceram no legislativo e, em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Base da Educação (nº 4024), a primeira na história do Brasil após 13 anos de tramitações e engavetamentos no legislativo.

Em linhas gerais, essa lei manteve o ensino primário com a duração mínima de quatro anos, poderia ser estendido a seis, e com idade mínima para o ingresso obrigatório a partir dos sete anos de idade. Para ingressar no ensino médio somente através de exame de admissão, além de permanecer a estrutura dual do ensino, ou

seja, um ramo secundário e um ramo técnico, sendo que o concluinte do curso de nível médio adquiria o direito de prestar exames vestibulares em qualquer curso superior.

**O CNE, de acordo com CUNHA (1985), foi substituído pelo Conselho Federal de Educação, composto por 24 membros escolhidos pelo presidente e divididos em câmaras especializadas; os Estados deveriam incentivar o 1º e 2º graus encabeçado pelo Conselho Estadual de Educação. As escolas particulares deveriam ter representação adequada nos Conselhos Federais e Estadual de Educação.**

A partir do golpe militar de 1964, as portas estavam abertas para a iniciativa privada. Essa realidade pode ser demonstrada através do relatório Atcon, que enfatizou a importância da racionalização das universidades, organizando as mesmas seguindo o modelo empresarial, ou seja, a privatização do ensino.

Mesmo com a repressão, havia a necessidade de se adequar o ensino universitário ao modelo imposto pela ditadura e fortalecer os interesses privatistas na educação, para isso o governo criou o GT (Grupo de Trabalho), encarregado de elaborar o projeto da Reforma Universitária, constava em seu texto que as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior, quando oficiais, seriam organizados como autarquias de regime especial ou fundações, fato que não deixou de ser uma prática privatista.

A EAPES (Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior) afirmava que o ensino superior privado deveria ser incentivado, cabendo ao governo auxiliá-la para assegurar vagas aos alunos pobres. E foi sobre essa égide que, em 28-11-1968, foi assinada a Lei nº 5540, mantendo na sua essência os privilégios já adquiridos pelos empresários da educação (CUNHA:1985).

Apesar das vitórias privatistas, o embate entre os defensores do ensino privado contra os defensores do ensino público e gratuito persistiu e persiste até nossos dias. Exemplo desse fato pode ser visto no processo de redemocratização do Brasil na gestão do Presidente José Sarney, onde os membros do CFE foram

reconduzidos ou nomeados pelo presidente, de março de 1985 a março de 1990, ressaltando-se que esses membros eram pessoas ligadas aos interesses privatistas por razões materiais ou ideológicas.

Para CUNHA (1988), durante o governo Sarney a proporção de projetos aprovados das Instituições Privadas foi muito maior do que os projetos das Instituições Públicas, sendo que o valor dos recursos era o mesmo, tanto para as privadas como para as públicas, sendo que as públicas levavam desvantagem por serem maiores.

O maior exemplo de defesa do ensino privado pode ser observado pelas atitudes da Igreja Católica, que buscando obter cada vez mais subsídios governamentais, utilizou na campanha da fraternidade de 1981 o tema "Educação e Fraternidade", mas em nenhum momento citou a gratuidade do ensino. Mesmo na Constituinte de 1986, a Igreja Católica demonstrou sua força, pois para defender seus interesses a CNBB manteve, em Brasília, equipes permanentes de coordenação de sua campanha e de assessoria parlamentar, utilizou 250 telex, lançou boletins, usou freiras, sacerdotes, autoridades eclesiais e estudantes de suas escolas. Todo esse "exército" mobilizado pela Igreja Católica não foi em vão, os subsídios do governo para a rede privada de ensino subsistiu.

### **1.2.2 A Demanda e a Expansão**

Ao abordar o ensino brasileiro a partir de 1940, CUNHA (1985:73) afirma que houve aumento na procura por vagas nas escolas, causado pelo processo de industrialização e como consequência do êxodo rural. Essa procura por vagas foi fruto do interesse do proletariado em usar a escola como forma de ascensão social e também como necessidade imposta pelo cotidiano da vida urbana, por outro lado, as classes médias pensavam em utilizar a escola como instrumento para fugir da proletarização.

Esse aumento na demanda, causado pelo aumento populacional, fez com que o Estado assumisse o papel de grande construtor de escolas, aproveitando-se com isso das vantagens políticas inerentes ao crescimento da rede escolar e aumento da

burocracia, abrindo-se mais espaço para praticar o nepotismo na ocupação de cargos.

O Estado de São Paulo passava pela industrialização e efetivou uma política de construção de escolas do curso ginásial, principalmente em cidades do interior sob forte influência do governo, outros Estados deram ênfase à construção de escolas primárias. CUNHA (1985:77) lembra: *“É interessante notar que a criação de escolas nos Estados brasileiros era uma atribuição do poder executivo, sendo que apenas, no Estado de São Paulo, essa função cabia ao Poder Legislativo, através da Constituição Estadual de 1947”*.

Com relação ao ensino médio, manteve-se uma estrutura dual, ou seja, um ramo secundário conduzindo diretamente seus concluintes a ingressarem no ensino superior, enquanto o ramo profissional não permitia que seus concluintes prosseguissem seus estudos em cursos superiores, salvo se cumprissem exigências de complementação curricular.

Essa barreira de acesso ao ensino superior para os formandos nos ramos profissionais começou a ser eliminada, a partir de 1950, com a assinatura da Lei nº 1076 que, de acordo com CUNHA (1985:79):

(...) assegurava o direito de matrícula nos cursos clássicos e científicos (2º ciclo do ensino médio) aos egressos dos cursos comercial, industrial e agrícola do 1º ciclo, estabelecendo entretanto, como restrição, a aprovação em exames das disciplinas do ginásio não estudadas naqueles cursos. Os concluintes do 1º ciclo do ensino normal continuavam podendo se candidatar apenas ao 2º ciclo do mesmo ramo. A lei ia mais além e determinava a "equivalência" do diploma de conclusão dos cursos técnicos comerciais ao 2º ciclo do secundário. Os portadores daqueles diplomas, até então, somente podiam se candidatar aos cursos superiores tidos como diretamente relacionados ao comercial técnico. A partir dessa lei, podiam se inscrever nos exames vestibulares de quaisquer cursos superiores.

A partir da Lei nº 1821, de março de 1953, ampliaram-se as possibilidades de ingresso no ensino superior, pois o ingresso no 2º ciclo do ensino secundário (clássico ou científico) foi facultado aos formandos do 1º ciclo do ensino normal e aos concluintes de cursos de formação de oficiais das polícias militares estaduais e do Distrito Federal.

Também se estendeu o direito a se inscreverem para o exame vestibular os concluintes do 2º ciclo dos cursos industriais, agrícolas, normais e egressos dos seminários maiores. Desde que satisfizessem as exigências de equivalência que, nesse caso, seria a complementação curricular, podendo o candidato prestar os exames vestibulares e, se aprovado, matricular-se no 1º ano de qualquer curso superior; também foi assinado o Decreto nº 34330, de outubro de 1953, que estabelecia os cursos aos quais os candidatos poderiam se inscrever.

Em 1957, a Lei nº 3104 permitiu que concluintes do curso de formação de oficiais da polícia militar, desde que tivessem o curso ginásial completo, poderiam se inscrever em qualquer curso superior. Esse crescimento do ensino médio no Brasil pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1.1 - Evolução da Matrícula no Ensino Médio

<b>Anos</b>	<b>Ensino Particular</b>	<b>Ensino Público</b>	<b>Total</b>	<b>Índices do ensino particular</b>	<b>Índices do ensino público</b>
<b>1959</b>	703.014	373.187	1.076.201	100	100
<b>1961</b>	856.806	451.238	1.308.044	121	120
<b>1963</b>	1.025.051	694.538	1.719.589	145	186
<b>1965</b>	1.121.158	1.033.272	2.154.430	159	276
<b>1967</b>	1.343.401	1.465.567	2.808.968	191	392
<b>1969</b>	1.572.383	2.056.992	3.629.375	223	551

Fonte: Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas. Estatísticas da Educação Nacional, MEC 1960/71

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961, instituiu a equivalência nos cursos de grau médio, ou seja, os concluintes dos cursos técnicos

de 1º ciclo não necessitariam de exames de adaptação para ingressarem no 2º ciclo do secundário.

De qualquer forma, conforme CUNHA (1985), a discriminação na estrutura educacional brasileira se perpetuou no segundo grau, dividido em ensino secundário que preparava discentes para o ensino superior, atendendo dessa maneira aos interesses das elites e, em contrapartida, o ensino profissionalizante que objetivava a formação da grande maioria da população.

Embora o discurso fosse de que a escola média era para todos, como explicitado no Parecer 121/63, e mesmo com a pressão das massas populares visando aumentar o número de escolas e de vagas para o 2º grau, observou-se que as escolas, embora compartilhassem de disciplinas comuns, não tinham o mesmo currículo, como também não havia um ensino com a mesma qualidade entre elas.

Dessa forma, o certificado de conclusão do 2º grau permitia que todos se inscrevessem para os exames vestibulares, assim o exame vestibular transformou-se na grande muralha que obstruía a luta pela ascensão profissional e social das camadas médias, e é dentro dessa realidade que se propõe a utilização dos cursinhos pré-vestibulares para preparar candidatos "menos qualificados" aos exames vestibulares. Um exemplo é o Parecer nº 58/62 de Valmir Chagas, que ao propor tal medida acabava por tentar uma retomada dos exames de adaptação (CUNHA:1985).

De qualquer forma, os candidatos teriam apenas algumas horas para conseguir, ou não, uma vaga para cursar o ensino superior. Também propôs um exame vestibular classificatório, segundo as notas obtidas até o total preenchimento das vagas, e o processo seletivo continuaria através da criação de curso básico aberto a várias opções profissionais, segundo CUNHA (1985:85):

Divisava grandes vantagens do ponto de vista pedagógico, pois a seleção seria continuada e progressiva, podendo os professores observar os alunos por um ano ou mais; e do ponto de vista prático, pois seria evitada a dispersão de recursos materiais e humanos. Além

disso, o parecer retomava antiga proposta de Anísio Teixeira, de que o curso básico poderia servir para evitar a proliferação desordenada de escolas superiores de baixa qualidade. As escolas isoladas poderiam ser criadas para oferecer apenas cursos básicos; outras apenas cursos profissionais de certas especializações. Essa diversificação lhes propiciaria oferecer ensino de melhor qualidade.

Assim, ainda de acordo com CUNHA (1985), o Conselho Federal de Educação aprovou dentro da proposta do Parecer 58/62 apenas o caráter classificatório dos exames vestibulares, calou-se com relação ao curso básico. Esse sistema de classificação dos exames vestibulares gerou reação por parte do MEC, em função dos pedidos de matrícula dos vestibulandos que haviam obtido notas zero nos exames, mas com a existência de vagas não preenchidas; o próprio Valmir Chagas defendia o critério de habilitação com classificação.

Enquanto procurava-se um caminho para facilitar o ingresso das classes médias nas universidades, diminuindo as barreiras impostas pelos exames vestibulares, encontrava-se nesse período, propostas que visavam eliminar os exames vestibulares, expostas nos seminários de Reforma Universitária organizados pela UNE no projeto de lei do Deputado Federal Carvalho Netto, conforme CUNHA (1985:87).

O projeto previa que nos três primeiros anos, as vagas das escolas superiores seriam preenchidas pelos candidatos que tivessem obtido as melhores médias nas três séries do 2º ciclo da escola de 2º grau. Enquanto isso, o governo federal ficava "autorizado e obrigado" a instalar novas escolas a fim de poder atender à procura de todos os candidatos, indistintamente.

Esse projeto de lei sofreu resistência por parte do poder executivo que o achava antidemocrático, além de aumentar as despesas com o ensino superior.



‘Dentro das tentativas de aumentar o número de vagas para o ensino superior, cabe citar o projeto do Plano Trienal (1963-1965), que programava investimentos objetivando a criação de cursos paralelos aos já existentes nas escolas, aproveitando os livre docenteS e instituindo o tempo integral, duplicando as matrículas nas primeiras séries.

O Presidente João Goulart acabou por assinar o Decreto nº 53642 em fevereiro de 1964, a apenas um mês antes do golpe militar, e os militares, após assumirem o poder, fizeram com que o programa fosse suspenso. Em linhas gerais, o decreto previa a expansão da matrícula, a duplicação de vagas no primeiro ano das escolas superiores nas áreas de saúde e tecnologia, e que o MEC deveria incentivar as escolas superiores com vagas ociosas a realizarem vestibulares em 1964 com critério classificatório, sem exigência de nota mínima (CUNHA:1985).

Nessa mesma época, começaram a ser implementados os exames vestibulares unificados em escolas do Estado de São Paulo de "currículo biológico"; foram elas: a "Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo; Faculdade de Farmácia e Bioquímica, da Universidade de São Paulo; Faculdade de Medicina Veterinária, da Universidade de São Paulo; Escola Paulista de Medicina; Faculdade de Medicina de Sorocaba, da PUC/ SP; Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas; Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu". Essas Faculdades se associaram ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCC) e organizaram o Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas (CESCEM).

Em 1964, foi realizado o primeiro vestibular unificado que, em razão do sucesso, levou à criação da Fundação Carlos Chagas, objetivando manter o CESCEM. Foram apontadas como vantagens nesse vestibular unificado: a diminuição de despesas com viagens do candidato e as datas dos exames, que não coincidiam; em contrapartida, as escolas diminuíram seus gastos com as provas, aperfeiçoamento das mesmas e aproveitamento dos melhores alunos.

Esse vestibular unificado resolveria o problema das vagas ociosas em faculdades menos concorridas, se bem que nas faculdades de medicina tal problema não acontecia naquela época, como também não acontece na atualidade.

As federalizações das Faculdades, que ocorriam desde 1950, começaram a sofrer resistência por parte do Conselho Federal de Educação - CFE, criado em 1962. Justificava sua resistência com a falta de recursos; o CFE não poderia efetuar novas federalizações se as despesas com o ensino superior fossem maiores do que os recursos destinados para o mesmo.

Suspensas as federalizações através da argumentação utilizada pelo CFE, esse mesmo Conselho, de acordo com CUNHA (1985), elaborou um Plano de Educação abrangendo o período de 1963 a 1970, sendo que 1970 era o ano limite para que o Brasil cumprisse os compromissos internacionais assumidos no acordo da Aliança para o Progresso, que em termos de educação tinha como objetivo matricular 50% dos concluintes do 2º grau no ensino superior e pelo menos 30% dos professores em regime de tempo integral.

O plano alertava que os recursos para o Fundo Nacional do Ensino Superior não eram suficientes para que o sistema funcionasse, tornando impossível atingir as metas acima citadas. Foi recomendado pelo CFE que os recursos fossem melhor utilizados, e que não fossem criadas novas escolas ou universidades federais, e que se procurasse aumentar as matrículas com ganhos de produtividade, lembrando que a Constituição e a LDB garantiam a gratuidade de estudos apenas para aqueles alunos que provassem a falta ou insuficiência de recursos.

Essa expansão do ensino universitário e as federalizações fizeram com que, em algumas capitais, o número de escolas isoladas mantidas pelo governo federal fossem sendo aglutinadas, transformando-se em universidades; essa aglutinação foi facilitada pelo Decreto Lei nº 8457 de 26 de dezembro de 1945. Tal processo de aglutinação das escolas isoladas fez com que, em 1964, o Brasil contasse com 39 universidades (CUNHA:1985).

Nesse sentido, aumentou o número de excedentes no ensino superior após o golpe militar de 1964. Sem esquecer de que os canais de acesso conduzindo ao ensino universitário estavam sendo abertos graças à eliminação da dualidade do ensino médio, implementado dentro da política populista, porém dentro dessa mesma política encontrava-se o restabelecimento da dualidade, só que desta vez através da criação da Universidade do Trabalho (durante o governo Quadros) que tinha como objetivo a formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. A idéia era a de formar técnicos em nível superior, utilizando-se para isso as instalações de escolas técnicas.

Esses "técnicos de alto padrão" seriam os engenheiros subordinados aos "engenheiros doutores". Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o projeto foi engavetado e só ressurgiu com a Reforma Universitária de 1968, que mudou a denominação de engenheiro para a de tecnólogo, este seria um intermediário entre o operário e o engenheiro, era a forma de se evidenciar a diferença (CUNHA:1985).

Com relação à manutenção do ensino superior por parte do Estado, houve um aumento da participação da União na gratuidade do ensino via federalizações e o aumento de vagas no ensino oficial, e também acabava por reconhecer o pagamento do ensino superior, além de limitar a proliferação das federalizações via CFE.

É na República Populista que se pode observar a criação das primeiras Cidades Universitárias, inspiradas nos campus das universidades norte-americanas. Essa transferência das universidades para o campus implicava em reunir diversas Faculdades, vários Institutos e serviços auxiliares, exigindo grandes espaços, encontrados apenas nas periferias das cidades. A própria estrutura arquitetônica dos campus nem sempre eram orientadas para que se atingisse a integração, apenas se limitavam a justapô-las até fragmentando o que estava integrado (CUNHA:1985).

Não se pode afirmar que nos anos 50 houve, ou não, interesses políticos na fragmentação das Faculdades de Filosofia, onde o movimento estudantil era extremamente articulado; por outro lado, a partir do golpe militar de 1964, essa política de fragmentação interna do ensino superior, a segregação das universidades

em campus e a privatização do ensino explicitaram os interesses alienantes dos militares, visando eliminar qualquer resistência e que a modernização do ensino superior implementado pelo Estado visou atender aos interesses criados em nome da segurança e do desenvolvimento.

A influência norte-americana na educação brasileira, afetando a organização e a expansão do ensino universitário, previa reformar, estender e melhorar o ensino superior, aumentando a proporção de jovens ao ensino superior, incentivar o ensino no campo das ciências e pesquisa científica, além de promover o controle político e ideológico, é claro que esse controle era para evitar a prática "subversiva" na universidade; reitores foram afastados, professores foram demitidos (CUNHA:1985).

Após o golpe de 64, a mesma classe média que o havia apoiado, percebeu que o governo militar não conseguia aumentar o número de vagas na universidade proporcionalmente ao aumento da demanda. O próprio regime ditatorial estava interessado em refrear os cursos de formação profissional, através do plano de ação econômica (1965), descartando o critério de demanda social para a expansão do ensino superior e utilizando o critério econômico regionalizado, levando-se em conta os três setores da produção.

Em contrapartida, não negava o déficit de vagas e arbitrou que havia a necessidade de um aumento de 180 mil matriculados até 1970, prevendo a matrícula de 300 mil alunos no ensino superior em 1970, cerca de três alunos por mil habitantes. No discurso afirmava-se a utilização dos três setores da produção, porém na prática calculava-se o crescimento do número de vagas pela demanda social. O próprio MEC incentivava as universidades federais a aumentar o número de vagas, principalmente nos cursos de Engenharia e Medicina, cursos em que a relação de candidatos por vagas era muito grande.

Além disso, havia o problema com os excedentes que, com nota igual ou superior a cinco, entravam com mandatos de segurança, que obrigava as escolas a aceitarem as matrículas, gerando a improvisação de recursos humanos e materiais que, juntamente com o corte de verbas do governo para as universidades públicas,

acabavam por diminuir a qualidade do ensino, fazendo com que as mesmas fossem sendo sucataadas (CUNHA:1988).

Após a promulgação da Lei 5.540/68 (reforma do ensino universitário), observa-se a expansão do ensino superior, via abertura indiscriminada de escolas isoladas privadas com a autorização do Conselho Federal de Educação, a exceção se transformou em regra. Porém, foi durante o governo de José Sarney que ocorreu uma expansão da rede privada conforme transcreve CUNHA (1988:296):

(...), as universidades federais permaneceram em número de 35, assim como as duas universidades municipais. No setor público foram as universidades estaduais que cresceram em número; elas passaram de 10 para 15. As privadas, de 20 para 35, sendo que só em 1986 passaram de 20 para 27. Assim, o número de universidades privadas se igualou ao de universidades federais. Quanto ao número de estudantes de graduação, no entanto, as universidades privadas ultrapassaram as universidades federais já em 1988 (319 mil contra 305 mil).

Esse aumento das universidades privadas se explica pela capacidade dos empresários da educação em utilizar os espaços não cobertos pela rede pública, juntamente com um forte lobby privatista no governo e no Ministério da Educação.

Esta realidade, de acordo com CUNHA (1988), alterou-se a partir da promulgação da Constituição de 1988, que dando status de norma constitucional à autonomia universitária, acarretou a corrida dos empresários em educação. Pode-se observar o crescimento das Universidades privadas ao verificar que, em 1986, de um total de 76 universidades, 49 (64,5%) eram públicas e 27 (35,5%) privadas; entre 1986 e 1996 ocorreu um crescimento em torno de 118,5%, ou seja, em 1996 havia 64 universidades, sendo 72 (53%) públicas e 64 (47%) privadas.

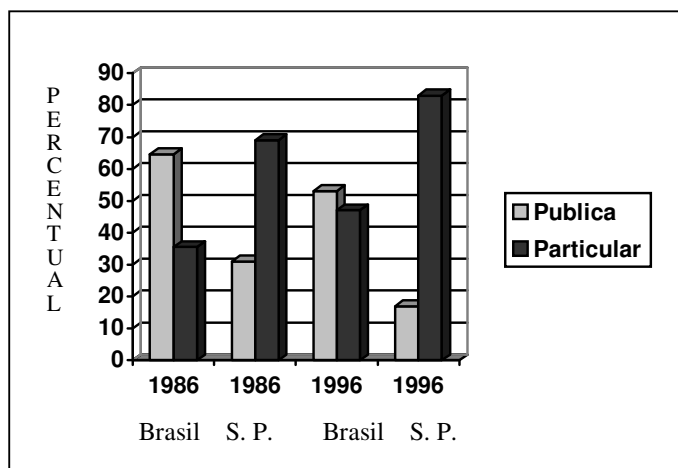
No Estado de São Paulo, em 1986, das 16 universidades, 5 (31%) eram públicas e 11 (68%) privadas; em 1996 de um total de 43 universidades no Estado

de São Paulo 6 (17%) eram públicas e 28 (82%) privadas. Verificando-se o Gráfico 1.1, se percebe o crescimento das universidades privadas: só no Estado de São Paulo o crescimento entre 1986 e 1996 foi de 300%.

Também se pode observar o crescimento das universidades privadas, avaliando-se o número de vagas oferecidas entre as universidades públicas e as privadas no mesmo período, ou seja, no Brasil, em 1986 eram oferecidas 186.674 vagas, desse montante 52,5% eram oferecidas pelas universidades públicas e 47,5% pelas universidades privadas.

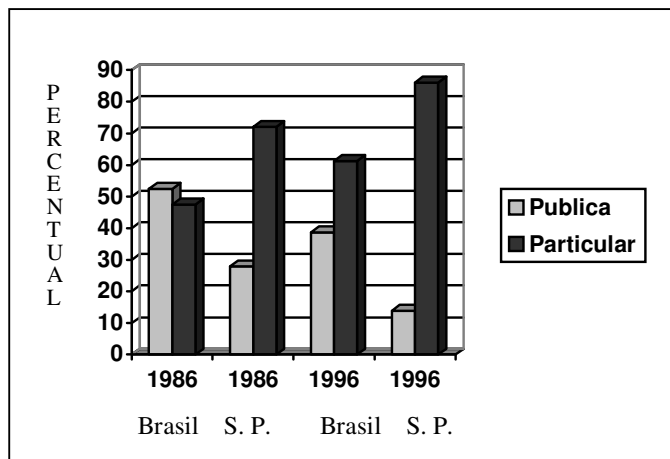
Em 1986, no Estado de São Paulo, 28% das vagas eram oferecidas pelas universidades públicas e 71,5% pelas universidades privadas. Em 1996 eram oferecidas no Brasil um total de 373.565 vagas, com 38,7% das vagas oferecidas pelas universidades públicas e 61,3% oferecidas pelas universidades privadas. No Estado de São Paulo, de um total de 82.735 vagas, 14% eram oferecidas pelas universidades públicas e 86% eram oferecidas pelas universidades privadas, representando um aumento de 60% nesse período, como pode ser observado através do Gráfico 1.2.

Gráfico 1.1 - Percentual de universidades públicas e privadas no Brasil e no Estado de São Paulo em 1986 e 1996



**Fonte: MEC (1999)**

Gráfico 1.2 - Percentual de vagas nas universidades públicas e privadas no Brasil e no Estado de São Paulo em 1986 e 1996



Fonte MEC (1999)

### 1.2.3 A acumulação de capital via educação

A partir do momento em que ocorreu o embate entre os defensores do ensino público contra os defensores do ensino privado, verifica-se a luta pela acumulação de capital dos donos de escolas privadas, pois foi a partir das discussões sobre a LDB em 1948 que os interesses privatistas na educação se afluaram; havia uma preocupação em garantir recursos estatais, principalmente por parte da Igreja Católica. Um exemplo desse interesse em verbas públicas foi a criação do Fundo Nacional do Ensino Médio (1954), que tinha por objetivo transferir recursos financeiros públicos às escolas particulares, sustentando, assim, sua margem de lucro (CUNHA:1988).

Essa busca por verbas públicas efetuada pelas escolas privadas pode ser observada no Plano Nacional de Educação de 1962 e revisto pelo CFE em 1965, onde 4% dos recursos do fundo foram destinados à bolsa de estudos e residência de estudantes, e 5% para subvenção às universidades e escolas isoladas; esses subsídios chegaram a 39% em 1973.

O governo federal, quando precisou de recursos para modernizar sua burocracia e subsidiar o setor privado e investir capital, cortou verbas das universidades, além de retardar a entrega de verbas orçamentárias. Quer dizer, enquanto o governo deliberadamente desqualificava as Universidades Estatais, patrocinava o enriquecimento e a acumulação de capital do setor privado.

A emenda constitucional nº 18, de 1965, de acordo com CUNHA (1988), vetava a cobrança de impostos sobre instituições de ensino público, tais como o salário-educação (1964), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) de 1982, as bolsas do MEC/MPAS (Ministério de Previdência e Assistência Social), o Crédito Educativo e outros; acabaram por atender aos interesses dos empresários da educação, através de bolsas de estudos, isenções de impostos, empréstimos, subsídios para a construção e equipamentos escolares, etc.

Essa transferência de recursos públicos para o privado, observado na "Nova República" com a criação do projeto Nova Universidade (1985), tinha por objetivo liberar verbas para serem aplicadas nas universidades, visando uma melhora qualitativa do ensino universitário. Projetos foram agrupados em 04 áreas: "aprimoramento do ensino de graduação, relacionamento da universidade com a faculdade, comprometimento com o desafio da educação e acompanhamento e avaliação institucional".

Como crítica ao Programa Nova Universidade, observou-se uma distribuição aleatória de recursos entre os vários projetos; as instituições mais bem aparelhadas para apresentar projetos e com melhores conhecimentos da burocracia do MEC, foram mais contempladas; apesar do Programa destinar-se às universidades, também foram contempladas faculdades isoladas; a proporção de projetos de instituições privadas foi bem maior do que as instituições públicas, em linhas gerais, o capital que deveria ser aplicado no ensino público, foi distribuído para a rede privada (CUNHA:1988).

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) que tinha por objetivo reunir recursos e financiar projetos de ensino e pesquisa, foi utilizado pelos empresários de educação para financiar a construção de escolas privadas, o



reembolso seria feito através da reserva de bolsas de estudos, bolsas de manutenção ou de estágio, distribuídos pela própria FNDE. CUNHA (1988:332) afirma:

Assim estabelecimentos de ensino precariamente instalados em prédios residenciais puderam acumular capital suficiente para a organização de redes e a construção de grandes edifícios. Escolas primárias estenderam seus cursos até o superior, cursinhos preparatórios aos exames vestibulares transformaram-se em escolas secundárias e faculdades; escolas superiores abriram cursos de 1º e 2º graus, e outras, ainda, transformaram-se em universidades, num processo de integração vertical típica da concentração de capital.

A partir de 1983, o programa passou a ser administrado pela FAE (Fundação de Assistência ao Educando), porém as bolsas eram distribuídas pelo Gabinete do Ministro da Educação.

Em 1973, foi baixado o Decreto 72.495 de 19 de Julho de 1973, estabelecendo normas para a concessão de amparo técnico e financeiro às escolas particulares com recursos da FNDE, conforme CUNHA (1988:334):

Os estados, o Distrito Federal e os territórios, ao elaborarem os seus planos de educação, visando eliminar a duplicação de esforços, levarão em conta a existência de instituições particulares de ensino, evitando a criação de estabelecimentos públicos onde o atendimento da escola particular for considerado suficiente para absorver a demanda efetiva ou suscetível de expandir a oferta para atender à demanda contida. No cumprimento do que dispõe este artigo, o Poder Público poderá oferecer bolsas de estudos a alunos comprovadamente carentes de meios, a critério da respectiva administração de ensino.

O próprio crédito educativo garantia os lucros do setor privado, os bancos por obterem renda de um dinheiro que anteriormente não poderiam emprestar e as

escolas privadas que mantinham suas receitas. A Fundação Bradesco articulou os incentivos fiscais com objetivos éticos e religiosos, além de preparar mão-de-obra para o Grupo Bradesco.

Não se esquecendo que as universidades comunitárias, embora privadas, acabavam por receber apoio do Governo federal; leve-se em consideração que, nessas universidades, o pagamento dos estudantes cobria de 50% a 60% das despesas, o restante era bancado pelo governo, e que a maioria das universidades comunitárias era controlada pela burocracia religiosa, nesse caso a Igreja Católica. Mesmo a Constituição de 1988 garantia o recebimento de recursos públicos para as escolas confessionais, além de isenções fiscais.

Graças aos subsídios federais, os estabelecimentos privados confessionais e os não confessionais criaram verdadeiros impérios. Os empresários da educação argumentavam que não havia lucro nos estabelecimentos de ensino, que estavam empatando capital, porém mesmo que quisesse comprovar, isso seria muito difícil, pois esses empresários transferiam rendas para si e seus familiares sob a forma de salários, para outras Instituições, inclusive às "mantenedoras", etc.

### **1.3 - A História de uma Instituição Universitária: A Universidade de Sorocaba (UNISO)**

Durante sua criação, em 1951, portanto no período em que este trabalho vem se detendo, a Faculdade de Filosofia Municipal de Ciências e Letras de Sorocaba, foi estruturada seguindo as diretrizes da Constituição de 1946, que não diferia grandemente, no que diz respeito à educação, da estrutura vigente no Estado Novo, no entender de CUNHA (1985:31):

A organização educacional erigida pelo Estado Novo permaneceu a mesma, só se revogando os aspectos mais visivelmente autoritários da legislação, como a Educação Moral e Cívica e a instrução pré-militar nas escolas. Por outro lado, a nova Constituição continha dispositivos que visavam garantir, pelo menos formalmente, os direitos

individuais de expressão, reunião e pensamento. No ensino superior, foi recuperado o dispositivo da Constituição de 1934, inexistente na de 1937, que garantia liberdade da cátedra. Os analfabetos, entretanto, continuaram sem direito de voto.

Em função dos dispositivos constitucionais, foi organizada uma comissão pelo ministro Clemente Mariani em 1948, encarregada da elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que só foi aprovada em 1961, sob o nº 4.024.

O anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sofreu pressões tanto por parte da linha estadonovista, como por parte dos donos de escolas.

De um lado, os estadonovistas lutando contra a descentralização do ensino, enquanto que os interesses privatistas, representados pelos donos de escolas católicas, defendiam que caberia às famílias escolher que tipo de educação deveriam receber seus filhos. Sendo assim, seus interesses seriam atendidos através da ampliação de seus negócios, também se utilizando de verbas públicas, conforme CUNHA (1985:117):

Se os remanescentes do Estado Novo defendiam maior centralização, os dirigentes das escolas particulares se lhes opunham, apoiando a descentralização do anteprojeto e tentando ampliá-la. Mas discordavam do seu conteúdo quanto ao papel atribuído ao Estado no campo da educação escolar. Recusavam-lhe a função de ser o principal provedor das oportunidades escolares para que se viabilizasse o direito de todos à educação. Defendiam o direito das famílias de escolherem a educação que desejassem dar aos filhos e, em função disso, o Estado deveria se restringir ao papel de assegurar meios às escolas e às famílias de modo que pudessem se encontrar oferta e demanda num mercado livre de interferências monopolistas e perturbadoras, admitindo a existência de estabelecimentos de ensino oficiais apenas quando e onde a iniciativa privada não fosse suficiente ou, então, para setores muito especializados e de interesse exclusivo, como o de formação de pessoal

militar. Para garantir a igualdade de condições entre escolas governamentais e particulares, os representantes destas deveriam ter representação "adequada" nos conselhos de ensino, assim como deveria haver distribuição dos recursos financeiros públicos proporcionalmente ao número de alunos matriculados nelas.

Praticamente, de 1948 até a segunda metade da década de 50, o anteprojeto ficou engavetado no congresso, e a partir daí voltou a ser discutido entre os defensores da escola pública e os paladinos da liberdade de ensino.

É nesse contexto que surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba através da mobilização das forças políticas locais, com grande apoio da Igreja Católica na década de 50. Era o início da atual Universidade de Sorocaba (UNISO).

Os membros que começaram os trabalhos para a criação da Faculdade de Filosofia foram: Mons. Francisco Antônio Cangro vigário geral da Diocese e Cura da Sé Catedral, Cônego André Pieroni Sobrinho, o então Prefeito Municipal Dr. Gualberto Moreira, o Bispo Diocesano D. José Carlos de Aguirre, o Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e Dom Helder Câmara, Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional de Educação.

Em 10 de agosto de 1951, foi enviado à Câmara Municipal projeto de lei pelo poder executivo municipal, sob número 79/51 com o Parecer 64/51 da Comissão de Justiça, Parecer número 33/51 da Comissão de Finanças e o parecer número 7/51 da Comissão de Cultura, Saúde e Recreação. O referido projeto foi aprovado em três (03) sessões da Câmara Municipal. O Prefeito Municipal Armínio Vasconcellos Leite sancionou a Lei número 233 <sup>3</sup> criando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, como segue:

---

<sup>3</sup> Prefeitura Municipal de Sorocaba. Lei n. 233, 23/08/51, Livro de Arquivo da Prefeitura Municipal de Sorocaba, p. 37

Prefeitura Municipal de Sorocaba Lei número 233, de 23 de agosto de 1951.

Dispõe sobre a criação da Faculdade de Filosofia de Sorocaba e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei;

Artigo Primeiro: Fica criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Único – O Prefeito Municipal providenciará junto às autoridades do ensino competentes no sentido de obter imediata legalização da Faculdade ora criada, para o seu funcionamento, nos moldes estabelecidos pelas leis vigentes com relação a estabelecimentos dessa natureza.

Artigo Segundo: Os corpos administrativos e docentes serão organizados pelo Prefeito Municipal de acordo com as necessidades do funcionamento do estabelecimento.

Único – Os professores serão contratados e perceberão por aula, de conformidade com a tabela que constar do respectivo Regimento Interno, aprovado pelo Prefeito Municipal.

Artigo Terceiro: Serão oportunamente fixados, por crédito especial ou dotação orçamentária, os recursos necessários para atender despesas com a execução desta Lei

Artigo Quarto: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 23 de agosto de 1951.

a) Armínio Vasconcellos Leite – Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 23 de agosto de 1951.

b) Doracy Amaral – Diretor Administrativo.

Pode-se observar que, na sua origem, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba objetivou, em um primeiro momento, a formação de uma Instituição Municipal, mas gradativamente caminhou para as mãos da iniciativa privada. Nesse caso, o primeiro passo foi a entrega do gerenciamento da Faculdade para a Igreja Católica, representada pela Cúria Diocesana de Sorocaba.

Também não se pode deixar de levar em consideração o fato de que o processo de implantação da Faculdade foi quase todo articulado pelas lideranças religiosas locais, estaduais e até federais, como citado acima.

Através da Portaria 1733, de 25 de setembro de 1951, o Prefeito Municipal nomeou os senhores Monsenhor Francisco Antônio Cangro e o Padre André Pieroni Sobrinho como Diretor e Vice-Diretor, respectivamente, da nova Faculdade<sup>4</sup>.

Portaria n. 1.733

O Prefeito Municipal de Sorocaba, no uso de suas atribuições legais, resolve nomear os srs. Monsenhor Francisco Antônio Cangro e prof. Carlos Golomioti de Oliveira nos cargos de Diretor e secretário Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, respectivamente.

Sorocaba, 25 de setembro de 1951.

Em 27 de novembro de 1951, foi debatido na Câmara Municipal o projeto de Lei 115/51 que entregaria para a Cúria Diocesana a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

O projeto foi aprovado e, em 04 de dezembro de 1951, a Prefeitura Municipal sancionou a Lei número 251, dispondo sobre a entrega da administração da Faculdade à Cúria Diocesana de Sorocaba. Como segue abaixo<sup>5</sup>:

Prefeitura Municipal de Sorocaba Lei número 251, de 04 de dezembro de 1951.

Entrega à Cúria Diocesana de Sorocaba a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba. A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:  
Artigo Primeiro- Fica entregue a Cúria Diocesana de Sorocaba a Administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, criada pela lei número 233; de 23 de agosto de 1951.

Artigo Segundo- Competirá à Cúria Diocesana de Sorocaba por intermédio do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade, a contratação de lentes e pessoal administrativo estritamente necessário ao funcionamento da Faculdade.

Artigo Terceiro- As despesas com a administração e manutenção da Faculdade correrão por conta da municipalidade, nos limites das verbas consignadas em orçamentos.

Artigo Quarto- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 04 de dezembro de 1951.

a) Armínio Vasconcellos Leite- Prefeito Municipal.

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 04 de dezembro de 1951.

b) Doracy Amaral - Diretor Administrativo.

<sup>4</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Portaria n. 1.733, 25/09/51.

<sup>5</sup> Livro de Arquivo da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Lei n. 251, 04/12/51, p. 61.

A partir do momento em que a Lei Municipal 251/51 foi aprovada, formalizou-se a passagem da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, que era pública, para uma Instituição semipública, cabendo ao setor público arcar com as despesas e, toda a administração à Igreja Católica.

Com a assinatura da Lei 251/51, a Prefeitura Municipal enviou um ofício pedindo formalmente para que a Cúria Diocesana aceitasse assumir a administração da Faculdade.

A resposta foi enviada pelo Bispo Diocesano de Sorocaba, Dom José Carlos de Aguirre, aceitando o encargo administrativo da Faculdade, porém com algumas reservas, que se transcreve abaixo<sup>6</sup>:

- 1) A Diocese ficará na sua administração alheia a qualquer injunção política ou vínculo de sujeição;
- 2) A Diocese terá toda a liberdade na escolha dos corpos docentes, discentes e administrativos da Faculdade.

Ao assumir a responsabilidade pela administração da Faculdade, a autoridade eclesiástica demonstrava uma perfeita harmonia com o Executivo Municipal. A Igreja, representada na figura do Bispo Diocesano D. José Carlos de Aguirre, em nenhum momento, abriu mão de possuir total autonomia nas questões relacionadas ao gerenciamento da Faculdade.

Pode-se até levantar uma questão: Quem realmente levou vantagem com essa situação? O Professor José Carlos de Araújo Neves<sup>7</sup>, secretário da Faculdade, escreveu no histórico da Faculdade de Filosofia que:

Os poderes Legislativo e Executivo desta cidade, ciosos de sua obrigação e responsabilidade, e querendo que na recém-criada Faculdade fosse ministrado um ensino verdadeiramente universitário e que a juventude fosse formada para as lutas do magistério

---

<sup>6</sup> Arquivo UNISO – Histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, p. 02

<sup>7</sup> Arquivo UNISO – Histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. p. 02

secundário, moral e espiritualmente, resolveram entregar à Diocese de Sorocaba a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, cientes de que ninguém melhor do que a Igreja Católica para administrar um estabelecimento de ensino e formar a mocidade.

Em 01/10/1951, o Monsenhor Francisco Antônio Cangro, em nome da Prefeitura Municipal, entrou com o pedido de autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba junto ao MEC, atendendo o Decreto Lei número 421 de 11 de maio de 1938. O pedido foi protocolado sob o número 87.090/51. Conforme o parecer 430/51, a conclusão da comissão de ensino superior foi a seguinte<sup>8</sup>:

- 1) Que o julgamento seja transformado em diligência para que a entidade mantenedora complete os seguintes pontos:
  - a) Relativamente à outorga da administração da Faculdade à Diocese de Sorocaba, mediante documento expresso dessa natureza;
  - b) Relativamente ao equipamento administrativo, mediante as providências já tomadas sobre a montagem da secretaria da Faculdade com o necessário material para o seu funcionamento;
  - c) Relativamente aos professores sob os números 01,13,15 e 20 e 25 (neste parecer), juntando documentos acaso existentes, que permitam ao conselho apreciar a sua habilitação técnica para o exercício do magistério das disciplinas para as quais foram indicados;
- 2) Que seja o projeto de regimento submetido ao exame da douta Comissão de Estatutos, Regulamentos e Regimento.  
Sala de sessões, 17 de dezembro de 1951.  
Ass. Josué C. d'Affonseca, relator  
Cesário de Andrade. A. Almeida Júnior, P. Parreiras Horta.

Novo pedido foi enviado ao C.E.S. (Conselho de Ensino Superior), a fim de expor as medidas tomadas em função das solicitações do Parecer 430/51 já citado. Foi apresentada a Lei 251, de 4 de dezembro de 1951, referente à entrega da administração da Faculdade à Cúria Diocesana, juntamente com uma declaração da Prefeitura Municipal sobre a compra do material para a montagem da secretaria da Faculdade. Com relação aos professores números 01, 13, 15, 20 e 25, foram

---

<sup>8</sup> Arquivo da Universidade de Sorocaba - UNISO



substituídos, porém cabe relacionar os professores indicados no Parecer 430/51, assim como a relação dos professores indicados para substituí-los<sup>9</sup>:

- 01- Psicologia Educacional e Filosofia da Educação – Pe. Pedro Schumacher – Bacharel e licenciado em Letras Clássicas, curso de Direito Canônico e Teologia;
- 02- Filosofia – Monsenhor Antônio Miziara – Licenciado em Filosofia pela Faculdade Gregoriana de Roma, também em Direito Canônico e Teologia;
- 03- Filologia Românica – Ciro de Carvalho Lemos – Bacharel e Licenciado em Letras Clássicas – diploma com registro em andamento (proc. n. 51.297/51);
- 04- Língua e Literatura Latina – Dino Fausto Fontana – Licenciado em Letras Clássicas – diploma registrado;
- 05- Literatura Portuguesa e Brasileira – Carlos de Assis Pereira – Bacharel e Licenciado em Letras Clássicas – diploma registrado;
- 06- Filologia e Língua Portuguesa – João Tortello – Licenciado em Letras Clássicas – Curso de Especialização em Filologia Portuguesa;
- 07- Língua e Literatura Francesa – Teresinha Gomes – Licenciada em Línguas Neo-Latinas – diploma registrado. Curso de Civilização Francesa (Sorbonne);
- 08- Língua e Literatura Italiana – Pe. Tortello Augusto Nocioni – Curso de Filosofia e Teologia no Instituto Pontifício Internacional Angelicum, de Roma;
- 09- Língua e Literatura Espanhola – Idel Becker – Médico – diploma registrado;
- 10- História da Filosofia – Pe. João Garbolnio – Doutor em Filosofia e licenciado em Teologia;
- 11- Psicologia – Pe. Lúcio Floro Graziosi – Licenciado em Direito Canônico;
- 12- Filosofia Moral – Pe. André Pieroni – cursos completos de Filosofia, Teologia e Direito Canônico no Seminário Maior da Imaculada Conceição dos Padres Seculares do Estado de S. Paulo. Reg. de prof. De Latim e Matemática;

---

<sup>9</sup> Arquivo da Universidade de Sorocaba - UNISO

- 13- História Moderna e Contemporânea – José Carlos Castilho de Andrade – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – diploma registrado;
- 14- Geografia Humana – Joaquim Alfredo da Fonseca – Bacharel em Letras Clássicas – diploma registrado;
- 15- História da Antigüidade e da Idade Média – Adolpho Carlos Lindemberg – engenheiro;
- 16- Antropologia e Etnografia – Egon Schaden – Licenciado em Filosofia pela Universidade de São Paulo – Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo;
- 17- Geografia Física e Geografia do Brasil – Alfredo Gisso – Licenciado em Geografia e História – diploma registrado;
- 18- História do Brasil – Arthur Fonseca – Bacharel em Ciências Econômicas – diploma registrado;
- 19- História da América – Orlando de Alvarenga Gaudio – Bacharel em Direito – diploma registrado – prof. Registrado em Geografia Geral e do Brasil e História Geral e do Brasil;
- 20- Biologia Geral – Lineu Matos Silveira – Médico – diploma registrado;
- 21- Didática Geral e Especial – Vera Lagoa – Licenciada em Pedagogia – diploma registrado;
- 22- Complementos de Matemática – Victor Eiseumann – Licenciado em Matemática – diploma registrado;
- 23- Sociologia - Alberto da Rocha Azevedo – Bacharel em Direito;
- 24- Administração Escolar e Educação Comparada – Antônio Gaspar Ruas – Licenciado em Pedagogia;
- 25- Estatística Educacional - Vicente Caputto Sobrinho – Diplomado em Odontologia – diploma registrado;
- 26- Religião – Monsenhor Francisco Antônio Congo – Curso Completo de Filosofia, Teologia e Direito Econômico.

O professor de Psicologia Educacional e Filosofia da Educação Pe. Pedro Shumacher foi substituído por D. Norberto O.S.B.; na disciplina de História Moderna e Contemporânea, o Prof. José Carlos Castilho de Andrade foi substituído pela professora Isabel Soares Gomes; História da Antigüidade e da Idade Média, Adolpho Carlos Lindemberg foi substituído pela Professora Marina Rizzi; Em Biologia Geral,

Lineu Matos Silveira foi substituída pela Professora Laís de Oliveira e em Estatística Educacional, Vicente Caputto Sobrinho foi substituído pelo Professor Hélio Ítalo Serafino.

O Parecer 49/52, de 23 de março de 1952, foi aprovado pelos relatores Samuel Labânio, Paulo Pereira Horta, Cesário de Andrade. O Conselheiro A. Almeida Júnior foi contrário a autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. Mesmo sendo “voto vencido”, ele enfatizou em sua argumentação a não formação superior dos candidatos às cadeiras de Psicologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Sociologia e Biologia Geral, que um número razoável de professores não residia em Sorocaba, e que outros ocupavam duas, três e até quatro cátedras.

Ele também expôs que certas escolas superiores, autorizadas pela União, faziam constar de suas listas oficiais professores apenas para valorizarem o corpo docente; seriam congregações “de fachada”. As discussões foram encerradas e o Parecer 49/52 não foi votado.

Em 19 de setembro de 1952, a Comissão de Ensino Superior reuniu-se e aprovou o Parecer 49/52 assim como o Parecer 207/52, assinado pelo relator Isaías Alves. Consta do referido parecer, a relação de professores indicados para substituir os professores citados nas listas anteriores conforme divergiu o Conselheiro Almeida Júnior. Os professores eram:

- Sociologia – Pe. João Garbolim;
- Complementos de Matemática – Dr. Ewaldo Couto Campelo;
- Psicologia Educacional – Professora Odette Lourenção;
- Estatística Educacional – Professora Nadyr Resende Nascimento;
- Administração Escolar e Educação Comparada – Professora Enid Castelo Martins;
- Filosofia da Educação – Dom Norberto Antunes Vieira;
- História da Educação – Professor José Camarinha Nascimento;
- Língua e Literatura Latina – Dom Aloísio Severino Kilgus, O.S.A.;

- Língua e Literatura Portuguesa – Professora D. Elvira Josefina Reale;
- Literatura Portuguesa e Brasileira – Professor João Tortello;
- Filologia Românica – Professora Ana Ferreira Leão;
- Língua e Literatura Francesa – Professora Terezinha Gomes;
- Língua e Literatura Italiana – Pe. Eugênio Bolzanello;
- Língua e Literatura Espanhola – Professora Guiomar Carom;
- Literaturas Híbero-Americanas – Professora Lucy Ribeiro Moura.

Com a aprovação desse parecer, ficou autorizado o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História e o de Letras Neolatinas.

O Presidente Getúlio Vargas promulgou, em 30 de dezembro de 1952, o Decreto número 32.038. Consta no decreto a autorização para o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História e Letras NeoLatinas (Diário Oficial da União,24/02/1953) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Em 23 de março de 1953 foi nomeado o Sr. Vergílio Montizzo Filho, pela portaria número 34 do Diretor de Ensino Superior Dr. Jurandir Leodi, como responsável pela Inspeção Federal na Faculdade. Como o Sr. Vergílio Montizzo Filho não tomou posse, foi designado o Sr. Prof. Dr. Agostinho Piquet Perestrello em 1954.

O Diretor Mons. Francisco Antônio Cangro e o Vice-Diretor Côn. André Pieroni Sobrinho renunciaram aos cargos, e em seus lugares foram nomeados pelo Bispo Diocesano Dom. José Carlos de Aguirre, em 17 de dezembro de 1953, para assumirem a direção da Faculdade o Mons. Antônio Pedro Missiara como diretor e o Côn. Francisco Lyrio de Almeida como Vice-Diretor. O Bispo Diocesano também nomeou como secretário o Prof. Geraldo Madureira. A nova direção iniciou, em 18 de dezembro de 1953, os trabalhos do Conselho Técnico Administrativo (C.T.A) que tinha como objetivo a estruturação e organização da Faculdade.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba começou a funcionar efetivamente no prédio do Colégio e Escola Normal Municipal “Dr. Getúlio Vargas”,

cedido pela Prefeitura Municipal, com os exames vestibulares em 15 de fevereiro de 1954; contando com 31 vestibulandos: sendo 13 para o curso de Pedagogia (que ainda não havia sido aprovado) e 18 para o curso de Letras Neolatinas.

Cabe observar que o funcionamento dessa Instituição não pôde ocorrer em 1953 por falta de verbas no orçamento do Município para a Faculdade.

Os trabalhos de instalação da Faculdade contaram com a presença do Governador do Estado, o Sr. Prof. Lucas Nogueira Garcez; Dom Carlos Carmello de Vasconcellos Motta, Cardeal Arcebispo de São Paulo; Dr. Jurandir Leodi, Diretor do Ensino Superior representando o Ministro da Educação e Secretário do Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo; Dom José Carlos de Aguirre, Bispo Diocesano de Sorocaba; Sr. Emerenciano Prestes de Barros, Prefeito Municipal; o Vereador Wenceslau Corrêa de Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba; de autoridades civis, militares e religiosas de Sorocaba e do Estado, o corpo docente e administrativo da Faculdade e a população.

A fita simbólica foi desatada pelo então Governador do Estado, Prof. Lucas Nogueira Garcez e pelo Bispo Diocesano Dom José Carlos de Aguirre<sup>10</sup>.

O Professor Mons. Antônio Pedro Missiara presidiu a sessão solene, falou sobre “O valor de uma Faculdade de Filosofia e o seu papel na formação moral e espiritual da mocidade brasileira”. A aula inaugural foi ministrada pelo Professor Dr. Dom. Beda Kruse OSP, titular da disciplina de Psicologia Educacional, tendo como tema a “Faculdade de Filosofia, fator imprescindível de Cultura”. Houve também uma exposição de Literatura Infantil. Essa solenidade ocorreu no dia 07 de março de 1954, no salão nobre do Instituto de Educação “Dr. Júlio Prestes de Albuquerque”.

Através do Parecer 221/54 tratou-se de alterações nas cadeiras de Línguas Neolatinas, mudança de prédio, aumento de verbas e do vestibular para o curso de Pedagogia, que não havia sido aprovado, assim como a formação do corpo docente deste curso.

---

<sup>10</sup> Arquivo da Universidade de Sorocaba - UNISO

Mais uma vez o relator Sr. A. Almeida Júnior expôs o acúmulo de cadeiras por parte dos professores, e que três candidatos não residiam em Sorocaba. O mesmo propôs que fosse ouvida a direção do Instituto, por intermédio do Sr. Diretor do Ensino Superior<sup>11</sup>.

Em sua resposta sobre o Parecer 221/54, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba argumentou que, mesmo morando em outras cidades, os professores eram freqüentes e que o acúmulo de cadeiras existia em outras Instituições. Essa argumentação foi feita através do parecer 551/56 que teve como relator o Sr. Isaias Alves, opinou-se pelo Reconhecimento dos cursos de Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia, História e Pedagogia.

No dia 07 de agosto de 1954, foi criada a Fundação Scarpa, oficializada juridicamente no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Sorocaba em 10 de setembro de 1954. Essa foi a solução encontrada em função da crise econômica pela qual passava a Prefeitura Municipal.

A Fundação Scarpa, nas figuras dos Srs. Francisco e Nicolau Scarpa, subsidiou a Faculdade entre os anos de 1954 a 1956. Essa Fundação foi articulada e organizada pelo então diretor da Instituição Mons. Antônio P. Missiara.

A Família Scarpa reformou o imóvel da Prefeitura Municipal de Sorocaba onde foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, patrocinou a montagem da biblioteca da Faculdade, construiu o prédio na Avenida General Osório, nº 35 e comprou todos os móveis e equipamentos para a Faculdade. Foi investido pela família Scarpa na forma de auxílios e subvenções, um total de Cr\$ 3.374.032,30 (três milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trinta e dois cruzeiros e trinta centavos), e a Prefeitura Municipal de Sorocaba enviou na forma de subvenção um total de Cr\$ 2.333.333,00 (dois milhões, trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três cruzeiros) NEVES (19??):

---

<sup>11</sup> Arquivo da Universidade de Sorocaba - UNISO

Em função do desinteresse da Família Scarpa em continuar como mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, a Prefeitura Municipal de Sorocaba enviou o projeto de Lei número 120/56 para a Presidência da Câmara Municipal de Sorocaba, passava-se novamente a responsabilidade da Instituição para a municipalidade; aprovada como Lei número 458 de 01/12/1956 como segue<sup>12</sup>:

Prefeitura Municipal de Sorocaba, Projeto de Lei 458 /56 – (dispõe sobre a volta da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba à responsabilidade da municipalidade.)

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, com a extinção da Fundação Scarpa, volta a pertencer à municipalidade -

Art. 2º - Fica revertido ao patrimônio municipal, com as benfeitorias existentes, independente de qualquer indenização, o imóvel que havia sido doado pela Prefeitura Municipal à Fundação Scarpa.

Art. 3º – A administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba fica entregue à Cúria Diocesana de Sorocaba.

Art. 4º – Competirá à Cúria Diocesana de Sorocaba por intermédio do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, a contratação dos lentes e do pessoal administrativo estritamente necessários ao funcionamento do estabelecimento.

Art. 5º – As despesas com a administração e manutenção da Faculdade correrão por conta da municipalidade, no limite das verbas próprias consignadas em seus orçamentos, e de outras contribuições que lhe forem destinadas.

Art. 6º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Dr. Gualberto Moreira, Pref. Municipal. V. art. 5º deste projeto recebeu emenda em 28 de novembro de 1956, da autoria do Sr. Ver. Otto Wey Netto nos seguintes termos.: suplementada se necessário... A mencionada emenda foi votada e aprovada, por unanimidade, aos 30 de novembro de 1956, sendo que o referido artigo 5º passou à seguinte redação: art. 5º – As despesas com a administração e manutenção da Faculdade correrão por conta da municipalidade, no limite das verbas próprias consignadas em seus orçamentos, suplementadas se necessário e de outras contribuições que lhe forem destinadas.

A partir de 1956, a Faculdade passou por lutas intestinas entre direção e alguns membros do corpo docente, além dos salários atrasados. Essas discussões não ficaram claras nas atas de reuniões consultadas; pode-se afirmar que

---

<sup>12</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Lei n. 458, 01/12/1956.

extrapolaram as paredes da Faculdade, pois alguns professores veicularam críticas à Instituição via imprensa.

Nessa mesma época foi assinado, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, o Decreto 41.366, de 23 de abril de 1957, publicado no Diário Oficial da União em 27/04/1957, reconhecendo os cursos de Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia, História e Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

O embate entre privatistas e defensores do ensino público continuava na própria Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba. Na ata da 29ª reunião do C.T.A, realizada em 25 de junho de 1957, que foram os professores José Gomes Caetano e Júlio Garcia Morejon os estopins do movimento pela estadualização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, pois os mesmos tornaram públicos assuntos internos da Faculdade.

Vários vereadores da Câmara Municipal de Sorocaba aderiram ao movimento e, em 22 de agosto de 1957, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, em primeira discussão, o projeto de Lei 773/57, de autoria do Deputado Estadual Osny Silveira, que visava a estadualização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Como forma de evitar a estadualização da Faculdade, a direção conseguiu através dos deputados Pe. Benedito Mário Calazans e Paes de Barros, um substitutivo propondo que o Estado firmasse convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba via Secretaria da Educação, em vez de estadualizá-la.

O projeto de Lei número 773/57 foi rejeitado em 03/01/1958, e foi aprovado o substitutivo do Deputado Estadual Paes de Barros, na forma da Lei número 4.614/58.

Em 02/09/1958, o representante do Governo, Sr. Prof. Alípio Corrêa Neto, e o representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, Prof. Pe.



Antônio de Oliveira Godinho, assinaram o convênio fundamentado na Lei número 4.614/58, no qual o Governo do Estado via Secretaria da Educação subvencionaria a Faculdade pelo período de 10 anos a partir de 1959, com o valor de dez milhões de cruzeiros anuais. Em Sorocaba, foi uma vitória dos defensores do ensino privado, e nesse caso específico, a vitória foi da Igreja Católica.

Em nível macro, a defesa do ensino privado se evidenciava, principalmente, através de um substitutivo ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação em tramitação e enviado pelos deputados Carlos Lacerda e Perilo Teixeira já citado anteriormente que basicamente, segundo CUNHA (1988:123) :

Defendiam o direito primordial das famílias escolherem a escola para os filhos conforme suas crenças, logo escolas particulares, já que o Estado, "agnóstico", não teria crenças. Este deveria transferir recursos às famílias e às escolas para proporcionar o encontro de ambas as partes. Teria, também, o papel de suplementar a iniciativa privada, instalando e mantendo escolas onde ela não estivesse presente. Os substitutivos diziam pouco do ensino superior. Estendiam ao máximo a autonomia dos estabelecimentos de ensino e restringia o poder do Conselho Nacional de Educação ao seu reconhecimento, fazendo-o julgar os pedidos a partir de recomendações de universidades.

Em contrapartida, cabe reafirmar que a reação a esse substitutivo foi publicado em São Paulo, no dia 1<sup>o</sup> de julho de 1959, o chamado Manifesto dos Educadores, redigido por Fernando de Azevedo que defendia o crescimento do ensino público para o desenvolvimento da democracia, a igualdade de oportunidade e o desenvolvimento econômico fundamentado na industrialização.

A partir do Manifesto dos Educadores, iniciou-se um grande movimento em favor da escola pública, com amplo apoio do Jornal "O Estado de São Paulo" propriedade de Júlio de Mesquita CUNHA (1988:124-125):

É interessante mencionar, também, o fato de que o liberalismo é uma doutrina propiciadora de múltiplos arranjos ideológicos. Assim enquanto Mesquita (e seu jornal) lutavam por objetivos muitos semelhantes aos de Lacerda no plano da economia (não intervenção do Estado, abertura ao capital estrangeiro, ênfase na agricultura de exportação) e no plano da política stricto sensu (limitação dos meios e modos de organização e expressão dos interesses das classes populares) divergiam no tocante à educação. Enquanto Mesquita via no ensino, predominantemente estatal (por não haver alternativa), meio de criar condições para a expansão do capitalismo, modernizando suas instituições e produzindo sua legitimidade, Lacerda via na mobilização da Igreja, segundo a ideologia do anticomunismo, a principal barreira para conter as ameaças à livre iniciativa, isto é, ao domínio do capital. Eram dois caminhos para se atingir o mesmo fim. Isso aconteceu porque a burguesia não era - como não é - homogênea. Cada fração dessa classe tem políticas diferentes e espera coisas diferentes da escola. Quando uma fração da burguesia torna-se dominante no âmbito da classe, procura assegurar a posição conquistada através de um determinado tipo de formação escolar imposta às demais frações. Foi só nos fins do governo Goulart, diante da ameaça da radicalização, que uma fração da burguesia brasileira, a ligada ao capital internacional" obteve hegemonia sobre toda a classe. Desde então, os conflitos entre os setores dessa classe que defendiam a escola pública e a liberdade de ensino foram absorvidos num projeto hegemônico elaborado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES.

Internamente, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba havia passado por uma sindicância presidida pelo Revmo. Mons. Antônio Pedro Missiara que expôs ao C.T.A a decisão do Bispo Diocesano na reunião de 25 de junho de 1957, de acordo com o Arquivo UNISO (Ata CTA : 62):

(...) quanto a demissão de ambos os professores, sendo que a atitude tomada pela autoridade Diocesana, tem por base a efetivação de um inquérito feito por S. Excia., entre alunos, professores e funcionários da Faculdade, tendo S. Excia. chegando a conclusão de que as principais pessoas que levaram assuntos internos da Faculdade a público, foram José Gomes Caetano e Júlio Garcia Morejon que contribuíram assim, para exploração política, dando margem para a imprensa livre formular críticas levianas ao clero e até mesmo a pessoa de S. Excia. o Sr. Bispo Diocesano.

Após a exposição do Revmo. Mons. Antônio Pedro Missiara, o Conselheiro Aziz Nacib Ab Saber e o Conselheiro Valério Gozzano observaram a necessidade da apresentação de um inquérito feito por escrito, como também ressaltaram a inconveniência para os membros do C.T.A em deliberarem sobre assuntos pertinentes a seus pares. Tais conselheiros propuseram a demissão de todos os membros do C.T.A, como forma de se resolver da melhor maneira o impasse em questão.

D. Beda Kruse<sup>13</sup> consultou o procurador jurídico da Prefeitura e recebeu como resposta o parecer com o seguinte teor que transcreve-se abaixo:

Sorocaba, 18 de junho de 1957. Ao Exmo. Revdo. Dr. Beda Kruse. D.D. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba. Em resposta à consulta verbal formulada por V. Excia. sobre a rescisão de contratos de professores contratados dessa Faculdade, tenho a dizer que tal rescisão pode ser feita, desde que seja cumprida a disposição constante dos mesmos contratos sobre o aviso prévio de 30 (trinta) dias. De acordo com a lei municipal numero 458, de 01 de dezembro de 1956, artigo 4º desde que compete à Cúria Diocesana de Sorocaba, por intermédio do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, a contratação dos lentes e do pessoal administrativo, também a ela compete, do mesmo modo, promover a rescisão dos contratos feitos. Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. os meus protestos da mais elevada e distinta consideração. Respeitosamente. (a) Álvaro Baddini. Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

---

<sup>13</sup> Arquivo UNISO - Ata Reunião do C.T.A - pp. 62, 63.

O Professor José Gomes Caetano pediu a realização de uma sindicância interna com maior rigor, assim como o Professor Júlio Garcia Morejón solicitou uma outra reunião, em outro dia, visto que ambos foram surpreendidos com o assunto em questão.

D. Beda Kruse colocou em votação a demissão coletiva dos membros do C.T.A e os Professores José Gomes Caetano, Júlio Garcia Morejón se retiraram da reunião. O resultado da votação foi a favor da demissão (03 votos), como também foi deliberado por propositura do Conselheiro Aziz Ab Saber o encaminhamento de um ofício ao Sr. Bispo Diocesano, abaixo transcrito<sup>14</sup>:

Of. 57/57. Sorocaba, 25 de junho de 1957. Exmo. e Revmo. D. José Carlos de Aguirre.

DD. Bispo Diocesano. Sorocaba. Em reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo por mim convocada ao 25 de junho, fiz exposição de motivos que se relacionam com o ofício da Cúria Diocesana com data de 24 de junho, a respeito da rescisão de contratos de professores que sistematicamente vêm se incompatibilizando com a Faculdade. Após apresentação por Mons. Antônio Pedro Missiara do resultado da sindicância feita por V. Excia. Revma., propus a rescisão de contrato dos professores José Gomes Caetano e Júlio Garcia Morejón, principais implicados nos acontecimentos que ultimamente vêm perturbando a boa marcha da vida Universitária desta Casa.

Em aberta discussão da proposta de rescisão de contratos tomou a palavra o Conselheiro Aziz Nacib Ab Sáber, para em nome próprio e também do Cons. Valério Gozzano, tecer as seguintes considerações que redundaram na rejeição da proposição inicial: 1) Estando implicados dois membros do próprio C.T.A. na proposição do Sr. Diretor, ficava absolutamente fora de propósito e de ética, o seu julgamento pelos seus próprios pares; 2) Seria leviandade e uma incoerência com seu passado universitário julgar dois colegas e ratificar seu afastamento sem uma competente sindicância formal; 3) Em face da ausência do relatório da sindicância preliminar efetuada pelo Sr. Bispo Diocesano. Os aludidos Conselheiros não podem avaliar a extensão da culpa e da incompatibilidade dos referidos professores.

Em face desses argumentos o Conselheiro Aziz Nacib Ab Sáber respondendo por si e pelo colega Valério Gozzano optou pela

---

<sup>14</sup> Arquivo UNISO – Ata C.T.A- pp. 63, 64.

rejeição da proposta inicial do Sr. Diretor, e, dado o impasse, propõe, agora, falando em caráter pessoal, uma demissão coletiva do Conselho Técnico Administrativo e da Direção atuais da Faculdade, a fim de que V. Excia. Revma. possa tomar novas medidas administrativas, que possibilitem a continuidade da vida administrativa e universitária desta nossa mui querida Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Tal proposição que visou salvaguardar os altos interesses universitários deste Instituto Superior de Ensino, não foi bem recebida pelos Srs. Conselheiros José Gomes Caetano e Júlio Garcia Morejón, sendo que o primeiro se retirou bruscamente da reunião em processo e, o segundo, pretendeu protelar para outra reunião a solução aprovada pela maioria “ad referendum” do Conselheiro ausente Valério Gozzano. A votação se desenvolveu da seguinte forma: 2 votos a favor; uma abstenção por retirada sob protesto e outra sob alegação de que era favorável a uma protelação do assunto.

O Diretor demissionário deu voto de qualidade a favor da demissão coletiva do C.T.A. e da Direção como acima ficou exposto, visando deixar V. Excia. Revma. plenamente à vontade para traçar novos rumos administrativos para esta Faculdade, que é o principal objetivo de todos nós.

Ficou deliberado, outrossim, que através do Diretor demissionário fosse encaminhada a V. Excia. Revma. as decisões tomadas na reunião do C.T.A., e que ao aludido Diretor ficasse a responsabilidade de exercer as funções e os encargos administrativos da Casa até o pronunciamento de V. Excia. Revma. sobre o impasse criado.

Confiando no alto espírito de justiça que sempre presidiu os atos de V. Excia. Revma., respeitosa e nos subscrevemos, eu e os demais Conselheiros.

(a) Mons. Antônio Pedro Missiara.

(a) Aziz Nacib Ab Sáber.

(a) D. Beda Kruse, OS.B.

(a) Valério Gozzano.

A demissão coletiva foi aceita: Em 14 de Setembro de 1957, ocorreu a solenidade de posse do novo C.T.A, nomeados pelo Sr. D. José Carlos de Aguirre DD. Bispo Diocesano os Srs. Professores: Pe. João Dias Ramalho para um período de 03 anos; Arthur Fonseca, para um período de 02 anos e Ruy Afonso da Costa Nunes, para um período de 01 ano.

Dessa maneira, solucionou-se o processo da não estadualização da Faculdade, assim como se resolveu o problema com os professores descontentes com a Instituição.

O Conselho Técnico Administrativo enviou agradecimentos aos deputados que se articularam para a aprovação do projeto substitutivo de lei que garantia a subvenção do Governo do Estado à Faculdade. São eles os Deputados: Padre Calasans, Paes de Barros Netto, Abreu Sodré, Antônio Mastrocola, Hilário Torloni, Leonidas Camarinha, Martinho Di Cícero, Araripe Serpa, Narciso Pieroni e Conceição da Costa Neves.

Em 26 de outubro de 1958, no prédio de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ocorreu uma reunião do C.T.A, para discutir a situação financeira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, justificando a falta de recursos como motivo de atraso do pagamento salarial dos professores e a liberação de verbas por parte do Governo do Estado que beneficiaria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba com a quantia de oito milhões de cruzeiros, visando suprir o convênio entre o Estado de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba que só entraria em vigor durante o ano de 1959; dessa forma sanaria o orçamento da Faculdade até o final do ano de 1958.

A Prefeitura Municipal de Sorocaba, que tinha a obrigação de contribuir com 5% da arrecadação dos seus impostos conforme Lei Municipal número 531 de iniciativa do próprio poder executivo, deveria ter depositado aproximadamente cinco milhões de cruzeiros, mas só depositara setecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros e cinqüenta centavos. A solução encontrada para sanar as finanças foram as operações financeiras efetuadas pela direção da Faculdade junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A e Banco Comercial do Estado de São Paulo S.A.

Nessa mesma reunião, o Conselheiro Antônio Gaspar Ruas propôs o estudo, por parte do C.T.A, da criação de uma Fundação, visando manter a Faculdade autônoma, isenta de injunções políticas e independente do Poder Executivo Municipal.

Em 13 de agosto de 1959, o Presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou o Decreto número 46.583 concedendo o reconhecimento ao curso de Didática da Faculdade de Filosofia de Sorocaba. Tal

reconhecimento teve o apoio dos Senadores Pe. Benedito Mário Calasans, Victorino Freire e Lino de Mathos.<sup>15</sup>

Na reunião do C.T.A., do dia 20 de setembro de 1960, ocorreu a sugestão dos membros do Centro Acadêmico para incluir o culto protestante no convite oficial da Semana da Faculdade. Foi negado o pedido pelos membros do C.T.A, sendo que o Sr. Prof. Dr. Arthur Fonseca argumentou sobre a petulância dos diretores do Centro Acadêmico por não respeitarem a orientação católica que administrava a Faculdade. A atitude demonstrava o poder da Igreja Católica na sociedade sorocabana da época.

Em 21 de Janeiro de 1961, foi discutido, na reunião do C.T.A, que a diretoria da Faculdade estava empenhada em obter do Governador do Estado um aumento na quota do convênio existente entre a Faculdade e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, como também pleitear junto ao Governo Federal subsídios financeiros, como ocorria com muitas instituições particulares.

O presidente do C.T.A Pe. João Dias Ramalho comunicou aos membros presentes na reunião, do dia 23 de fevereiro de 1961, que a partir do corrente ano letivo, haveria a obrigatoriedade dos exames vestibulares mesmo para os que possuíssem Diploma de curso superior devidamente registrado na Diretoria do Ensino Superior.<sup>16</sup>

Em função de ofício enviado pelo Conselho Nacional de Educação, em agosto de 1961, referente à “Reforma Universitária”, o C.T.A pediu para que os professores estudassem o assunto e que apresentassem sugestões e idéias para que as mesmas fossem discutidas e as conclusões enviadas para o C.N.E. (Conselho Nacional de Educação). Naqueles anos, apesar da mobilização dos meios de comunicação de diversos setores da sociedade civil em favor do ensino público, a L.D.B. no. 4024/ 61 não deixou de ser privatista em sua essência, posto que as

---

<sup>15</sup> Conforme o Decreto Lei nº 1.190, de 4/4/1939, a formação de Professores para as disciplinas da Escola Secundária compreendia duas etapas: 1. Bacharelado em Filosofia em Ciências ou em Letras com duração de 3 anos. 2. A preparação pedagógica ministrada em um ano, no chamado curso de Didática, o qual conferia o diploma de licenciado, habilitado legalmente ao magistério da escola secundária.

<sup>16</sup> Ata do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, p. 99.

escolas privadas teriam os mesmos direitos das escolas públicas ROMANELLI (1988:182):

Art. 95 - A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

- a) subvenção, de acordo com as leis em vigor;
- c) financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios e particulares, (grifo meu) para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos, de acordo com as leis especiais em vigor.

Aproveitando-se dessa Lei é que, a partir de 1962, ampliaram-se e foram criados grandes impérios de escolas particulares. A direção da Faculdade, por exemplo, na pessoa do Deputado Pe. Antônio de Oliveira Godinho, presidente do C.T.A, esclareceu, em 22 de fevereiro de 1962, que já tramitava na Assembléia Legislativa o projeto de Lei número 954/61 de sua autoria, que objetivava o convênio entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e o Governo do Estado de São Paulo, elevando o valor da subvenção de 10 milhões de cruzeiros para o montante de 20 milhões de cruzeiros.

Adiantou que o projeto seria discutido e aprovado em 1962 e entraria em vigor a partir de 1963, uma amostra de que verbas públicas foram utilizadas no ensino privado. Pela relação abaixo se pode observar os "Auxílios e Subvenções Recebidos Dos Governos Federal, Estadual, e Municipal Para Aplicação Em Bolsas De Estudos E Outras Despesas" (NEVES:1998):

Quadro 1.2 - Auxílios e Subvenções Recebidos\_Dos Governos Federal, Estadual, e Municipal para Aplicação em Bolsas de Estudos e Outras Despesas.

<b>Ano</b>	<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Federal</b>	<b>Total</b>
1961	-	10.000.000,00	-	10.000.000,00
1962	-	10.000.000,00	-	10.000.000,00
1963	-	30.000.000,00	-	30.000.000,00
1964	-	54.789.396,20	-	54.789.396,20
1965	-	50.100.000,00	350.000,00	50.450.000,00
1966	35.851,28	50.000.000,00	2.200.000,00	88.051.285,00
1967	23.548,20	50.000,00	4.100,00	77.648,20
1968	21.875,00	50.000,00	4.000,00	75.875,00



1969	68.797,46	31.000,00	6.000,00	105.797,46
1970	111.865,25	50.000,00	10.000,00	171.865,25
1971	140.000,00	25.000,00	-	165.000,00
1972	32.600,00	23.200,00	-	55.800,00
1973	161.280,00	-	-	161.280,00
1974	226.207,00	-	-	226.207,00
1975	321.067,00	-	-	321.067,00
1976	467.000,00	-	-	467.000,00
1983	14.570.000,58	-	2.460.000,00	17.030.000,58
1984	43.258.700,00	-	1.300.000,00	43.260.000,00
1985	138.448.000,00	-	3.665.000,00	142.163.000,00
1986	450.240,00	-	36.427,34	486.667,34
1987	800.000,00	-	30.000,00	830.000,00
1988	3.940.000,00	-	4.433.557,00	8.373.557,00
1989	32.500,00	-	7.522,00	40.022,00
1990	4.671.311,75	-	156.076,95	4.686.915,40
1991	12.396.415,50	-	280.015,00	12.676.450,50
1992	287.296.754,50	-	-	287.296.754,50
1993	2.028.177,92	-	-	2.028.177,92
1994	20.320,81	-	-	20.320,81
1995	38.450,00	-	-	38.450,00
1996	42.424,96	-	-	42.424,96
1997	25.920,35	-	-	25.920,35

*Observações:*

*de 1º/01/61 a 12/02/67 - valor da moeda - Cr\$ (cruzeiro);  
de 13/02/67 a 14/04/70 - valor da moeda - Ncr\$ (cruzeiro novo);  
de 05/05/70 a 27/02/86 - valor da moeda - Cr\$ (cruzeiro);  
de 28/02/86 a 15/01/89 - valor da moeda - Cz\$ (cruzado);  
de 16/01/89 a 15/03/90 - valor da moeda - Ncz\$ (cruzeiro novo);  
de 16/03/90 a 31/07/93 - valor da moeda - Cr\$ (cruzeiro);  
de 1º/08/93 a 30/06/94 - valor da moeda - CR\$ (cruzeiro real);  
desde 1º/07/94 - valor da moeda - R\$ (real)*

Em 1º de dezembro de 1962, na 60ª reunião ordinária do C.T.A da Faculdade, o então Conselheiro Côn. Aldo Vannuccchi expôs a necessidade de transformar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba em Fundação, visando atender aos “preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação”. Tal exposição ficou de ser discutida posteriormente pelo C.T.A.

Embora não conste em Ata do C.T.A o fato causador, o Diretor Padre Antônio de Oliveira Godinho e o Vice-Diretor Padre João Dias Ramalho pediram demissão de seus cargos em 14 de maio de 1963, conforme ofício 104<sup>17</sup>:

Ofício 104. Sorocaba, 14 de maio de 1963. Exmo. Sr. D. José Carlos de Aguirre. DD. Bispo Diocesano. Atenciosas saudações.  
Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que em razão do clima de irrespeito à autoridade nesta escola por parte do Centro Acadêmico, a partir desta data nos consideramos desligados de qualquer atividade de direção nesta Faculdade de maneira irrevogável. Agradecendo a V. Excia. o apoio recebido nestes seis anos de direção, servimo-nos da oportunidade para protestar nosso profundo respeito e consideração. a) Pe. João Dias Ramalho – vice-diretor em exercício. a) Pe. João Dias Ramalho p/ Pe. Dr. Antônio de Oliveira Godinho – Diretor.

A demissão foi aceita por D. Aguirre que nomeou como novo diretor o Professor Côn. Aldo Vannucchi. Durante o ano letivo de 1963, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba criou e implantou um curso de pós-graduação sem a aprovação da Congregação e sem uma devida regulamentação. Alguns professores aceitaram as matrículas dos candidatos, outros se recusavam, argumentando não estarem capacitados a ministrar um curso improvisado, e que a Faculdade não estava em condições; eram 56 candidatos esperando uma decisão da Faculdade.

O Professor Aldo Vannucchi enviou um funcionário a São Paulo para visitar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a São Bento e “Sedes Sapientiae” a fim de conseguir informações sobre o regulamento dos cursos de pós-graduação.

A resposta das Faculdades foi a de que ainda estavam esperando a aprovação de seus Regimentos Internos por parte do Conselho Nacional de Educação para depois efetuarem a regulamentação nos diversos Departamentos. Após essa resposta, o Professor Ruy Afonso da Costa Nunes propôs que os Departamentos determinassem quais cadeiras poderiam servir para o curso de pós-graduação.

---

<sup>17</sup> Arquivo UNISO. Ata da reunião do C.T.A. do dia 08 de junho de 1963.

Todos os Conselheiros afirmaram a necessidade de que o curso de pós-graduação deveria ser bem regulamentado, a fim de se evitar a transformação do curso em curso avulso para a distribuição de diplomas e certificados.

Nessa época, a Faculdade estava sofrendo um processo trabalhista movido por Dona Ismênia Godoy de Mello<sup>18</sup>, ex-conselheira da Faculdade, que por não receber seu 13º salário e não obter resposta junto ao Pe. João Dias Ramalho (então vice-diretor) entrou com uma ação onde receberia após a sentença final o valor de aproximadamente trezentos e cinquenta mil cruzeiros. A fim de não expor o nome da Faculdade, a direção entrou em acordo com a reclamante, pagando-lhe duzentos e cinquenta mil cruzeiros em parcelas de trinta mil cruzeiros.

Outra derrota em juízo por parte da Faculdade, foi o processo judiciário movido pelo I.A.P.C. (Instituto de Aposentadorias e Pensões) pelo não recolhimento das contribuições; a Faculdade deveria recolher ao Instituto perto de um milhão de cruzeiros e os bens da Faculdade deveriam ir à praça. A direção da Faculdade conseguiu que o processo fosse sustado até que o processo movido pela Faculdade contra a Prefeitura Municipal de Sorocaba pelo não pagamento das subvenções garantidas por lei a ela se decidisse, a Faculdade já havia ganho a causa no Fórum de Sorocaba, porém a Prefeitura apelara da decisão judicial.

Essa situação se tornou mais indigesta quando o Conselheiro Wilson Guedes informou sobre o interesse de alguns vereadores que a verba de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) do convênio entre a Faculdade e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo fosse paga através da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

O então presidente do C.T.A Côn. Aldo Vannucchi explicou que a direção da Faculdade já estava estudando a efetivação de uma nova Fundação Mantenedora, conforme determinou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de que os estabelecimentos isolados deveriam se constituir sob a forma de autarquias, fundações ou associações. Logicamente esse impasse entre a Prefeitura e a

---

<sup>18</sup> Arquivo UNISO.

Faculdade deixaria de existir, já que com a criação da Fundação, toda a administração e responsabilidade referentes às finanças e aos bens móveis e imóveis da Faculdade ficariam ao encargo da Igreja na figura da Fundação.

O Conselho Técnico Administrativo encerrou seus trabalhos de implantação e organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, sendo extinto no dia 08 de junho de 1963; em seu lugar iniciou os trabalhos, em 03 de agosto de 1963, o Conselho Departamental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, tendo como presidente o Professor Côn. Aldo Vannucchi que juntamente com os Conselheiros João Tortello, Rosalvo Florentino de Souza, Ruy Afonso da Costa Nunes e Valério Gozzano discutiram a situação dos professores auxiliares de ensino, pois havia monitores que recebiam por aula dada enquanto que outros nada recebiam, como também havia casos de monitores que recebiam diretamente do professor titular da cadeira na forma de pró-labore.

Conforme proposta do Professor João Tortello, o pagamento de professores auxiliares para 1964 deveria constar do orçamento da Faculdade.

Discutiu-se, no dia 28 de setembro de 1963, a possibilidade de que o curso de Pedagogia funcionasse no período noturno. Essa proposta foi defendida pelo Professor Ruy Afonso da Costa Nunes que acreditava no aumento do número de alunos com o curso noturno. Em contrapartida, o Professor João Tortello argumentou que a Faculdade não poderia arcar com maiores despesas, não via possibilidade de um mesmo curso funcionando em dois períodos, como também apontou os cursos noturnos como sendo deficitários.

A direção do Instituto Educacional Santa Escolástica colocou suas instalações à disposição da Faculdade para que nele funcionasse o curso de Orientação Educacional e para que suas religiosas pudessem freqüentá-lo. Segundo o Prof. Côn. Aldo Vannucchi, o curso de Orientação Educacional era condição impreterível para que o Regimento Interno da Faculdade fosse aprovado pelo Conselho Federal de Educação.

Por sua vez, a criação de uma Fundação como órgão mantenedor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba ocorreu em 12 de outubro de 1963 e recebeu o nome de Fundação Dom Aguirre, em homenagem ao primeiro Bispo Diocesano de Sorocaba e um dos responsáveis pela criação da Faculdade de Filosofia. Conforme consta em Ata:

Ata da criação da Fundação D. Aguirre

Aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e três, às dez horas, na sala da Diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, sob a Presidência do Senhor Cônego Aldo Vannucchi, Diretor da Faculdade de Filosofia, que designou a mim, José Carlos de Araújo Neves, para secretariar essa reunião, presentes os senhores Dom. José Carlos de Aguirre, Bispo Diocesano, Dr. Artidoro Rangel, Presidente da Câmara Municipal e Prof. João Tortello, Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia de Sorocaba, pelo senhor Presidente foi apresentada a idéia de se constituir uma Fundação para a manutenção e desenvolvimento da Faculdade de Filosofia desta cidade, com a denominação de Fundação Dom. Aguirre, como homenagem ao primeiro Bispo Diocesano de Sorocaba, grande incentivador do Ensino Superior local. Exposta e debatida a idéia, contou ela com a aprovação unânime de todos os presentes, declarando-se então constituída Fundação Dom Aguirre.

A seguir o senhor Presidente apresentou o projeto dos Estatutos da Fundação que, após leitura e considerações a respeito, foram aprovados e que vão abaixo transcritos.

Estatutos da Fundação Dom Aguirre.

Capítulo I- Da denominação, sede, duração e fins

Artigo 1º – Sob a denominação de Fundação Dom Aguirre, fica instituída uma Fundação de caráter não lucrativo, que se regerá pelos presentes Estatutos e pelas instruções do Conselho Superior da Fundação, respeitadas as exigências legais

Parágrafo único – O nome da Fundação visa a render homenagem de gratidão ao Exmo. Sr. Dom José Carlos de Aguirre, primeiro Bispo Diocesano de Sorocaba e insigne incentivador do Ensino Superior Sorocabano...

Na mesma reunião, também foi aprovado o Estatuto da Fundação Dom Aguirre, como uma Instituição de caráter não lucrativa, objetivando manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, criar e manter Institutos ligados à cultura como interessasse.

A Fundação Dom Aguirre foi registrada no 2º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Sorocaba no livro A. de Registro de Pessoas Jurídicas na página 65, número de ordem – 95, do dia 25 de novembro de 1963.

O patrimônio da Fundação se constituiu através de doação efetuada pela Prefeitura Municipal, conforme a Lei Municipal número 1.153, de 29 de outubro de 1963<sup>19</sup>:

Lei 1.153, de 29 de outubro de 1963  
(Autoriza a Prefeitura Municipal de Sorocaba a transferir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, e a doar imóvel à entidade de que menciona, e dá outras providências.)

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o poder Executivo Municipal de Sorocaba autorizado a transferir a “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba” criada pela Lei 233, de 23 de agosto de 1951, para a “Fundação Dom Aguirre”, entidade com sede nesta cidade, que terá responsabilidade da administração, manutenção e outros encargos decorrentes do funcionamento da referida Faculdade, na forma de seus estatutos.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal de Sorocaba autorizado a doar à “Fundação Dom Aguirre”, o imóvel de propriedade da municipalidade abaixo caracterizado, inclusive o prédio nele existente e demais benfeitorias: um terreno de forma mais ou menos triangular, com área de 7.765 m<sup>2</sup> (sete mil, setecentos e sessenta e cinco metros quadrados), confrontando pela frente, na extensão de 126,00 m, com a Avenida Magalhães, e de 68,00 m, com a rua Virgílio de Mello Franco, antiga rua Marília; de um lado, na extensão de 68,00 m, com quem de direito; e pelos fundos, na extensão de 177,00 m, com a Avenida General Osório, antiga Ademar de Barros, destinado às instalações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

---

<sup>19</sup> Arquivo Uniso – Anexo I, Condições Jurídicas da Mantenedora; p.15

Sorocaba, e outros institutos afins de acordo com as finalidades da Fundação donatária.

Parágrafo único – No caso de ser aproveitado para fim diverso daquele a que está destinado, ou no caso de extinção da Fundação donatária, o imóvel com todas as benfeitorias, inclusive o prédio, e outras que forem acrescidas, reverterão ao patrimônio do Município, independente de qualquer indenização.

Artigo 3º - Fica ainda, o poder Executivo Municipal de Sorocaba autorizado a doar à referida Fundação, todos os móveis e utensílios e pertences a mesma Faculdade.

Artigo 4º - A transferência e a doação autorizadas por esta lei, somente se farão mediante a condição de pertencerem, obrigatoriamente, ao Conselho Superior da Fundação, o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba.

Parágrafo 1º – Outrossim, fica assegurado à Faculdade de Direito de Sorocaba, criada pela Lei Municipal n. 424, de 16 de abril de 1956, o uso do prédio e instalações ora doados, enquanto não dispuser de prédio próprio.

Parágrafo 2º – A continuidade do ensino gratuito e a ausência de qualquer discriminação, seja racial, social, política ou religiosa, serão assegurados a todos os alunos, indistintamente, e constituem condição para a transferência e doação autorizadas por esta lei.

Artigo 5º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 29 de outubro de 1963.

(a) – Artidoro Mascarenhas

Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 29 de outubro de 1963.

(a) – Fuad Abou Nasser

P/ Diretor Administrativo

A doação efetuada pelo poder público municipal foi registrada no Cartório “Renato”, 2º Ofício, no Livro número 405, folha 172 em 06 de julho de 1964.

Apesar de não constar nas atas de reuniões o momento histórico brasileiro, esse período foi marcado por agitações, instabilidade política, econômica e social. Aumentaram consideravelmente as reivindicações referentes às Reformas de Base, nas quais cada setor da sociedade passou a propor soluções visando resolver seus problemas.

Foi entre fazer a Reforma de Base ou atender aos interesses do capital internacional que as elites optaram pelo segundo. Não se brincava mais de democracia, pois para as elites o que interessava era o máximo de lucro no menor espaço de tempo. É, nesse contexto, que os militares efetivaram o golpe de 1964 e a burguesia respirou aliviada.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, o golpe se refletiu na prisão do Côn. Aldo Vanucchi e na preocupação dos professores em não comprometer o nome da Faculdade e os seus próprios com o Governo; instituiu-se no país o regime do medo. Por ser uma Instituição Católica e o Golpe Militar ter sido apoiado pela cúpula da Igreja Católica Brasileira contra o "perigo vermelho", a administração da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba procurou não se envolver.

Esse fato não ocorreu apenas na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, pois é sabido que os governos militares adotaram na educação uma política de expurgo sobre todos os que fossem contra a sua doutrina de Segurança Nacional, através da repressão a professores e alunos "perigosos" ao regime, eliminando a crítica social e política. Pregava-se o anticomunismo exacerbado, o antiintelectualismo, o terrorismo cultural e uma educação de caráter Liberal (GERMANO, 1993:105-106):

Em síntese, a política educacional se desenvolveu em torno dos seguintes eixos: 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência, o Estado militar e ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle acontece, sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política. Daí os elementos de "reestruturação" e de "renovação" contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, com base no saber da tecnocracia, aos apelos "participacionistas" das classes subalternas. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a "teoria do capital humano", entre educação e produção capitalista e que aparece de forma evidente na reforma do ensino de 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo.

Finalmente, entendemos que a política educacional resulta da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto



histórico. No Brasil pós-1964 podemos afirmar que, no essencial, ela foi uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação política dos militares.

A desarticulação de qualquer resistência se efetivou de uma forma gradual, conforme ia ocorrendo o endurecimento do regime; os Movimentos de Educação Popular foram fechados, várias Universidades passaram por intervenção militar (Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo); foram nomeados interventores pró-tempore; militares ocupavam cargos que antes eram ocupados por civis, (Coronel Jarbas Passarinho, General Ney Braga, General Rubem Ludwig como Ministros da Educação, por exemplo).

Esse endurecimento do regime pode ser constatado através da Ata da Reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, realizada em 11/04/1964, observando-se que o aparelho repressor imposto pela ditadura militar estava funcionando. Como já citado acima, o Côn. Aldo Vannucchi havia sido preso e esse fato gerou a reação de toda a Cúria Diocesana, da Direção, Corpo Docente e discente da Faculdade.

O Côn. Aldo Vannucchi acabou por pedir demissão, fato que não foi aceito pelo Bispo Diocesano D. Aguirre, conforme comunicado oficial enviado à Congregação<sup>20</sup>:

Sorocaba 09/04/1964. Membros da Congregação da "Faculdade de Filosofia". Saudações.

Cumpro com o dever de comunicar que não aceitei a renúncia do Cônego Aldo Vannucchi ao cargo de reitor da Faculdade, onde vem prestando valiosos trabalhos universitários.

Também comunico que meu Bispo Coadjutor Dom Thuler entrou em entendimento com o Secretário da Educação Dr. Ataliba Nogueira sobre a liberação das verbas do Governo em favor da Faculdade, encontrando a melhor disposição de S. Excia. Com estima e consideração a + José Carlos de Aguirre.

---

<sup>20</sup> Ata da Reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba - 11/04/64 - Arquivo UNISO

Também foi enviado à imprensa local um pronunciamento da Cúria Diocesana, visando esclarecer a opinião pública, veiculado na primeira página do Jornal Folha Popular em 08/04/1964, como transcrito abaixo<sup>21</sup>:

**A Cúria Diocesana de Sorocaba. Comunicado. Ninguém poderá desconhecer a grande dor de nossos corações de bispos pela prisão (que lamentamos) de um dos nossos membros apostólicos sacerdotes o Revmo. Sr. Côn. Aldo Vannucchi, suspeitado como Comunista em virtude de suas pregações, fato que, em sã consciência jamais poderíamos admitir.**

Cientificados de que o mesmo deverá continuar detido em sua residência, seja esta nossa palavra de solidariedade, um gesto de conforto postável a este sacerdote que sempre tem sido, autêntico ministro de Cristo e fiel pregador do Evangelho e da Doutrina da Justiça Social da Igreja. Expressando os sentimentos de solidariedade de todos de nossa diocese para com a pessoa do Côn. Aldo Vannucchi, pedimos a Deus que o conforte nessa dura prova que foi submetido, enquanto, aguardamos que se faça justiça. Cúria Diocesana de Sorocaba, 07/04/1964. A) + José Carlos, Bispo Diocesano + José Thurlle, Bispo Coadjutor.

Os alunos, representados na pessoa da aluna Maria Nilza Stecca que pediu autorização e leu um ofício para a Congregação, demonstravam solidariedade para com o Diretor Côn. Aldo Vannucchi<sup>22</sup>:

Sorocaba 08 de Abril de 1964. Aos membros da Egrégia Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Vimos, por meio deste, expressar a V.V.Excias. o sentimento de solidariedade do corpo discente de nossa escola para com a pessoa do exmo. Diretor, amigo Aldo Vannucchi, nesta dura prova a que está sendo submetido. Atenciosamente nossas cordiais saudações universitárias.

Esse ofício foi acompanhado por 153 assinaturas dos alunos. O Professor Augusto Humberto Vairo Titarelli propôs que a Autoridade Diocesana enviasse um ofício ao Diretor do Deops lamentando a prisão do Côn. Aldo Vannucchi e que apresentasse sua solidariedade.

<sup>21</sup> Ata Reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba - 11/04/64 - Arquivo UNISO

<sup>22</sup> Ata Reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba - 11/04/64 - Arquivo UNISO

**A Professora Francisca Cavalli se mostrou "temerosa" com um pronunciamento oficial da Congregação, argumentando que essa atitude poderia prejudicar ainda mais a pessoa do Côn. Aldo Vannucchi em vez de beneficiá-lo. Tanto a Professora Vera Lagoa como o Professor Arthur Fonseca argumentaram pela necessidade de um pronunciamento da Congregação, além de que se enviassem ofícios às autoridades competentes.**

**Foi comentado pelo Professor Rosalvo Florentino de Souza a reportagem publicada no Jornal Folha Popular do dia 04 de abril, ele lamentou algumas expressões utilizadas que poderiam comprometer ainda mais "a Faculdade perante o Governo do Estado". Já o Professor Valério Gozzano falou que até aquele momento nenhum aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba havia sido preso, o que comprovava que a linha ideológica da Faculdade não contrariava os interesses da Pátria.**

A Professora Vera Lagoa sugeriu que os formandos de 1963 esclarecessem por que haviam escolhido o Deputado Paulo de Tarso como patrono da Formatura e que tal escolha havia sido única e exclusivamente feita pelos alunos e que não existiu interferência da Faculdade nesse sentido; a professora observou que essa escolha havia causado um mal entendido com autoridades estaduais.

Foi perguntado pelo Professor Augusto Humberto Vairo Titarelli ao Bispo D. Aguirre se a prisão do Côn. Aldo Vannucchi traria problemas para a Faculdade com o Governo do Estado. D. Aguirre informou que ao saber da prisão do Côn. Aldo Vannucchi foi para São Paulo no dia 05 de abril e manteve contato com o Delegado do Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), onde obteve a ordem verbal de soltura.

Ao retornar para Sorocaba procurou o Delegado Regional solicitando o cumprimento da ordem. Depois de solto, o Côn. Aldo Vannucchi recebeu a ordem do Delegado Regional para que o mesmo ficasse detido em sua residência. Esse fato surpreendeu o Bispo Coadjutor Thurler e fez com que D. Aguirre se comprometesse a acompanhar uma comissão de professores a São Paulo para entrarem em entendimentos com as autoridades policiais e militares, visando maiores informações e pedir a soltura do Côn. Aldo Vannucchi.

O Professor Rosalvo Florentino de Souza foi indicado pelo plenário da Congregação para redigir o ofício que deveria ser encaminhado ao Delegado do Deops em São Paulo, como se transcreve abaixo<sup>23</sup>:

Sorocaba, 11 de Abril de 1964. Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo. A Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba reunida em 11/4/64, em sessão extraordinária, convocada pela maioria de seus membros, por ter conhecimento da prisão de seu Diretor, Cônego Aldo Vannucchi, deliberou, por unanimidade, dirigir-se a V. Exa., para expor e solicitar o seguinte: - Sem entrar no mérito dos motivos que teriam determinado a prisão do Cônego Aldo Vannucchi, a Congregação da Faculdade vem, mui respeitosamente, manifestar a V. Exa. a má surpresa pela prisão desse Cônego, tendo em vista que repudiando, como sempre repudiamos, toda ideologia que contraria os princípios cristãos e democráticos de nossa gente, podemos testemunhar que o Cônego Aldo Vannucchi, desta Faculdade, jamais se manifestou de maneira que pudesse comprometê-lo com a orientação democrática e cristã que sempre mostrou esta Casa de Ensino, desde os primeiros dias de sua fundação.

Deste modo, e, considerando ainda o eficiente trabalho que o Cônego Aldo Vannucchi vem desenvolvendo à frente desta Faculdade, e reforçando a solicitação já feita anteriormente pela autoridade eclesiástica, vimos mui respeitosamente, solicitar a V. Exa. que se digne determinar a libertação do Cônego Aldo Vannucchi.

Sem mais para o momento, apresentamos a V. Exa. os protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente. A) João Tortello - Vice-Diretor em exercício.

Foram indicados pela Congregação para entregar o ofício ao Diretor do Deops juntamente com Dom José Thurler, os Professores: João Tortello, Lucy Ribeiro de Moura e Rosalvo Florentino de Souza. A partir desse momento não se encontram

---

<sup>23</sup> Ata Reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba -11/04/64 - Arquivo UNISO

nas atas de reuniões da Faculdade discussões referentes ao período da ditadura militar.

Adequando-se ao sistema implantado, a Faculdade continuou seus trabalhos e em 24/10/64 o Professor Côn. Aldo Vannucchi colocou em pauta, na reunião do Conselho Departamental, a possibilidade de funcionamento de um dos cursos da Faculdade no período noturno; a aluna Emília Carmo Rodrigues foi contrária a essa proposta, argumentando que não haveria união e integração dos alunos que não conviveriam com os problemas da Faculdade, além dos alunos que viajavam diariamente. O Professor Ruy Afonso da Costa Nunes foi favorável a tal proposta, desde que permanecessem os critérios e o rigor exigidos no período diurno.

Nessa mesma reunião, o Prof. Côn. Aldo Vannucchi informou que, no dia 08 de dezembro de 1964, o Bispo Diocesano e Presidente da Fundação Dom Aguirre faria 60 anos de sacerdócio, como as entidades religiosas e particulares estavam lhe presenteando com Bolsas de Estudos para o Seminário Diocesano no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), a Faculdade deveria oferecer uma bolsa de estudos em nome de seus professores, alunos e funcionários. Essa doação foi aprovada pelos conselheiros.

Em 20 de março de 1965, o Professor Rosalvo Florentino de Souza sugeriu um convênio com a Secretaria da Educação, visando o comissionamento de professores, prática já utilizada em Faculdades particulares; a Faculdade apenas arcaria com um pró-labore aos professores comissionados.

O Professor Côn. Aldo Vannucchi apresentou, em 13/11/65, as fontes de recursos possíveis a partir de 1966; recursos compostos de uma verba de Cr\$ 50.000.000,00 já consignada ao orçamento do Estado; subvenção da Prefeitura conforme Lei 1.360 de 15/10/65, naquele momento de Cr\$ 40.000.000,00 e o pagamento de anuidade pelos alunos em um valor aproximado de Cr\$ 30.000.000,00, além de taxas diversas pagas pelos alunos, com receita prevista de aproximadamente Cr\$ 132.000.000,00.

Em reunião do Conselho Departamental do dia 26/11/1966, o Prof. Côn. Aldo Vannucchi informou que o convênio com o Governo do Estado não estava sendo pago e as finanças da Faculdade estavam sendo sanadas pelo convênio com a Prefeitura e as contribuições dos alunos. A proposta do Mons. Antonio Pedro Missiara foi de que a Prefeitura deveria aumentar o auxílio de 2,5% de arrecadação para 5% como era em 1957. O Professor Côn. Aldo Vannucchi enviou ofício a diversas Prefeituras da região solicitando bolsas de estudos. As respostas foram negativas.

O Professor Rosalvo Florentino de Souza sugeriu conseguir-se, junto ao Governo do Estado, a colocação de professores em disponibilidade para prestar serviços às Instituições como forma de conseguir recursos, enquanto que o Prof. Antônio Gaspar Ruas propôs fazer um pedido de verbas ao Governo Federal e obteve como resposta, por parte do Prof. Côn. Aldo Vannucchi, que o presidente da Fundação Dom Aguirre e o Prefeito Municipal estavam estudando a possibilidade da criação da Universidade de Sorocaba, agrupando, as Faculdades de Medicina, Direito, Filosofia, Ciências Contábeis e de Enfermagem. Afirmou que, como universidade, seria mais fácil de se obter verbas federais.<sup>24</sup>

A partir de 1967 começou a funcionar o Ginásio de Aplicação da Faculdade no prédio do Seminário Diocesano. A Faculdade, na figura do Prof. Aldo Vannucchi, oficiou ao diretor geral do Departamento de Educação propondo um convênio com a Secretaria de Educação, pelo qual a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba manteria um curso ginasial gratuito em dois períodos no prédio do Seminário Diocesano, e a responsabilidade com relação à nomeação e remuneração de professores e pessoal administrativo correriam por conta do Governo do Estado, porém esse ginásio seria o Ginásio de Aplicação da Faculdade. Nada consta nas Atas sobre a efetivação desse projeto.

Na reunião de 16/08/1968, foi aprovado pelos conselheiros o pedido de licença sem vencimentos por dois anos do Prof. Côn. Aldo Vannucchi de suas

---

<sup>24</sup> A Faculdade de Medicina de Sorocaba e a Faculdade de Enfermagem eram instaladas em Sorocaba pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e começaram a funcionar a partir de 1950. A Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba começou a funcionar em 1966 tendo como mantenedora a Fundação Dom Aguirre. A Faculdade de Direito de Sorocaba começou a funcionar em 1957.

funções de diretor e professor da Faculdade. Cabe observar que as perseguições políticas eram uma constante contra os cidadãos e o Professor Aldo Vannucchi optou pelo auto-exílio.<sup>25</sup>

Por outro lado, foi em 1968 que o Movimento Estudantil atingiu o seu apogeu, contando com a adesão das classes médias e professores, e é nesse momento que a repressão também aumentou.

A Professora Maria Helena Bonadio, que em 1968 estudava no curso de Filosofia, afirmou que a mobilização estudantil em Sorocaba era grande; lembrou-se da mobilização que ocorreu na cidade como protesto pelo assassinato do estudante Edson Luiz e também expôs o seu medo, mesmo não sendo da liderança do Movimento Estudantil em Sorocaba.<sup>26</sup> Enquanto ocorriam as manifestações na cidade e a pressão por parte dos estudantes aumentava, o Professor Côn. Aldo Vannucchi viajou para o exterior com o objetivo de escapar das perseguições impostas pelo regime ditatorial, conforme GERMANO (1993:115-116):

A UNE, apesar de toda a repressão, atua na ilegalidade e consegue realizar, até 1968, os seus congressos na clandestinidade. Na verdade, 1968 foi um ano particularmente agitado desde o início. Em 9 de janeiro realiza-se a primeira passeata do ano: a dos estudantes do Restaurante "Calabouço" no Rio de Janeiro. Em fevereiro, têm início as manifestações dos excedentes do vestibular que realizam, a partir daí, passeatas em quase toda as principais cidades do país. Em março, a polícia invade o Restaurante "Calabouço" e mata o estudante Edson Luiz. No dia seguinte (28-3-1968), 60 mil pessoas compareceram ao sepultamento na primeira grande manifestação do ano. Sucodem-se mobilizações no país inteiro. Não há uma semana em que não ocorra uma passeata, uma mobilização, um acontecimento de grande repercussão.

Assim, em abril, os metalúrgicos de Contagem- MG, entram em greve. Os protestos estudantis contra o aniversário do golpe rastreiam o país de Norte a Sul. Em 1º de maio, o Governador de São Paulo, Abreu Sodré, é apedrejado no ato público realizado na Praça da Sé. Em 20 de junho, a polícia cerca a reitoria da UFRJ e prende cem estudantes no estádio do Botafogo. No dia seguinte, uma passeata de protesto conta com acentuada participação popular. Ocorrem conflitos entre os participantes e a polícia, resultando em cerca de mil presos, 57 feridos e 3 mortos. No dia 26 de junho realiza-se a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. No dia 4 de julho, outra passeata no Rio: a de 50 mil. O movimento sofre um

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida pelo professor Aldo Vannucchi ao autor desta dissertação em 01/ 12/ 1998.

<sup>26</sup> Entrevista concedida pela professora Maria Helena Bonadio ao autor desta dissertação em 10/12/1998.

refluxo no 2º semestre; mesmo assim, ocorrem greves em várias universidades do país. Em setembro, dia 29, a UnB é invadida pela terceira vez, com muitos feridos graves, espancamento de parlamentares e a prisão do estudante Honestino Guimarães, que seria assassinado pela polícia em 1973. Elementos do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), com apoio da polícia, invadem a Faculdade de Filosofia da USP e assassinam o estudante José Guimarães em 3-10-1968. Ainda no mês de outubro, a polícia estourou o XXX Congresso da UNE em Ibiúna - SP e prende cerca de 800 estudantes. As manifestações de protesto voltam a ocorrer nas principais cidades: Rio, São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Belém, Curitiba, Natal, Aracaju etc.

Combatendo essa realidade, em dezembro de 1968, foi assinado o AI-5 e em fevereiro de 1969 o Decreto Lei 477, que proibia os protestos estudantis SANFELICE (1986). Foi nesse clima que a Ditadura implementou a Reforma Universitária que, na realidade, foi a efetivação de um processo que se iniciou no populismo através do discurso desenvolvimentista, objetivando enquadrar o ensino às necessidades do mercado. De fato, quando ocorreu o acordo MEC-USAID a estrutura do Ensino Superior no Brasil já estava organizada.

Por esse acordo uma equipe de técnicos norte- americanos pertencentes ao quadro da USAID veio ao Brasil para desenvolver um estudo sobre a conveniência de se organizar um programa específico para o ensino superior, conforme CUNHA (1985:170):

As razões político-ideológicas para o maior envolvimento da USAID com o ensino superior foram claramente apontadas, no contexto do conflito leste-oeste: "the cold war is a battle for men's minds". A chave para que o Brasil permanecesse uma "sociedade livre" e um "amigo próximo" dos EUA estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que formam os dirigentes do país e os próprios mestres.

Diante disso, o grupo recomendava que a assistência ao ensino superior não se subordinasse a outro programa, mas constituísse ela própria um programa, em frontal rejeição dos próprios termos de referência da missão recebida. Esse novo programa deveria ter como objetivo maior "o desenvolvimento da mão-de-obra especializada brasileira" mais do que a produção industrial ou agrícola: é mais importante produzir engenheiros do que dobrar a produção de fertilizantes químicos".

Na realidade, a USAID propunha e "patrocinava" projetos localizados, não havia uma proposta de reforma institucional, além do mais o acordo elaborado pela



USAID fugia da realidade brasileira, pois o mesmo foi montado e pautado na realidade norte-americana.

Entre 1965 e 1968, manifestava-se a influência de Rudolph P. Atcon, grego naturalizado norte-americano, que se auto denominava "especialista em planejamento de universidade" (CUNHA:1985). Basicamente, propunha a estruturação da universidade seguindo o modelo empresarial de organização e eficiência, defendia que o Estado pela sua estrutura burocrática não deveria administrar as universidades, e que os alunos necessitavam de uma disciplina mais rigorosa, além de afastá-los do Conselho Universitário.

Esses princípios básicos foram utilizados no acordo MEC-USAID, ou seja, privatizar as universidades e desmobilizar o movimento estudantil, de acordo com CUNHA (1985:270):

Dizia ele: "A política não tem nada que ver com a reforma estrutural e administrativa da universidade, assuntos estes que são técnicos da pesquisa educacional ou sociológica e não matéria inflamável para alimentar a demagogia. Os que querem a sua pátria, os que desejam o seu progresso, crescimento e melhoria das condições humanas de toda a Nação - independentemente de suas ambições pessoais - reconhecerão que a reforma estrutural pode ser decretada, permitida ou forçada por pressões políticas, mas jamais por estas definidas. Isso só cabe aos técnicos e não aos promotores". Os problemas fundamentais e gerais das universidades de todos os países, inclusive do Brasil, seriam a melhoria da qualidade do corpo docente, a modificação dos currículos, a ampliação da pesquisa e a atualização do conteúdo das matérias ensinadas. "Passeatas não resolvem isto! Mas sim, planos e antecipação". O único elemento de politização admitido seria a decisão da "comunidade" de ensinar São Tomáz de Aquino, Karl Marx ou ambos. A partir daí, o problema seria dos "técnicos", os únicos capazes de traçar os caminhos mais adequados para se atingir os objetivos traçados.

Nessa onda de avaliação do ensino universitário também atuou a Comissão Meira Mattos, que em suas sugestões balizadas pela ótica militar, defendia a idéia da construção da grande potência, o combate à subversão, a educação como instrumento de desenvolvimento, sendo necessária a reforma universitária como forma de desarticulação do movimento estudantil, conforme GERMANO (1993:127-128):

Além de incorporar as idéias básicas necessárias à expansão e racionalização da universidade, como a adoção do ciclo básico, ciclo profissional, matrícula por semestre, alteração no regime de trabalho dos professores, inclusive com melhoria salarial etc. o relatório concedeu particular atenção aos itens referentes à ordem e à disciplina. Esse Relatório enfatizou a necessidade de restaurar a autoridade, no âmbito escolar. Para isso, propunha uma mudança no processo de escolha dos dirigentes universitários, excluindo a participação dos seus próprios pares e centralizando o poder de decisão nas mãos do Presidente da República. Com isso seriam mantidos os princípios de fidelidade e de responsabilidade diretamente vinculados à autoridade máxima do país. Tratava-se de "quebrar" qualquer resquício de autonomia, transformando os reitores e diretores de unidades universitárias em meros "delegados" da "revolução". No afã de conter a mobilização, a Comissão procedeu, igualmente, a uma análise do movimento estudantil, identificando correntes políticas de esquerda (Partido Comunista de linha soviética, Partido comunista de linha chino-cubana, Ação Popular - AP), portanto contrárias ao Regime; como também correntes ditas "democráticas" (Grupo Desafio) favoráveis ao Regime. O Relatório sugeria explicitamente que o Governo deveria fortalecer os grupos de estudantes favoráveis ao Regime para enfrentar os grupos de estudantes opositoristas.

Essa mesma comissão defendia a privatização como forma de "expandir" o ensino e diminuir os gastos. A idéia seria a de quem pudesse pagar deveria pagar, abrindo espaço para os que não pudessem.

Em seminários organizados pelo IPES, "A educação que nos convém", Roberto Campos defendeu o planejamento de mercado aplicado na educação e no ensino privado. Defendia o ensino médio profissionalizante voltado para a prática e o mercado de trabalho (essas idéias acabaram incorporadas na Lei 5692/71), continuando com um ensino universitário elitista (GERMANO:1993).

Dadas às circunstâncias, o Governo autoritário acelerou o processo de Reforma Universitária, criando o GTRU - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária que, de julho a novembro de 1968, elaborou o projeto aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente General Costa e Silva em 28/11/1968.

Após a assinatura do AI-5 e do Decreto Lei 477 já mencionados, os consultores norte- americanos tiveram total liberdade para desenvolver seus projetos sobre educação.

Pelas Atas de Reuniões da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba pode-se observar que a Faculdade ia se enquadrando à nova realidade imposta pelo regime militar. O Professor da UNISO João Luís Gonzaga Peçanha comentou que pela estrutura montada na ditadura militar, todos tinham medo de fazer algum comentário sobre o que se passava no país e que informantes do regime estavam infiltrados por toda a parte.<sup>27</sup>

Esse medo já comentado e essa lei do silêncio se explicam graças à eficiência dos aparelhos de repressão criados pelo regime como, por exemplo, o SNI (Serviço Nacional de Informação), CIE (Centro de Informações do Exército), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), órgãos que não se intimidaram em utilizar-se das torturas e assassinatos para conseguir informações de "focos subversivos" que atentassem contra a Segurança Nacional (GERMANO, 1993:133-134).

Mas não bastava apenas o controle através da força bruta, o Regime também efetivou um trabalho visando a efetivação do controle ideológico da população, através da obrigatoriedade do ensino de EMC (Educação Moral e Cívica) no primeiro e segundo graus, nas universidades a disciplina de EPB (Estudos de Problemas Brasileiros), que tinham como conteúdo básico a ordem, a hierarquia, o amor à pátria, o discurso de Brasil potência inspirado por Deus, culto aos heróis da História e como não poderia deixar de ser, o combate ao comunismo e aos subversivos, os inimigos da pátria.

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida pelo professor João Luiz Gonzaga Peçanha ao autor desta dissertação em 09/12/1998.

O Estado autoritário foi além, criou projetos controlados por ele (um exemplo é o Projeto Rondon) e através desses projetos implementou uma prática paternalista de ajuda às camadas menos favorecidas, enquanto efetivava cada vez mais a internacionalização do País.

Mesmo com toda a interferência do Regime Militar para controlar as universidades brasileiras, com a falta de prioridade para com as pesquisas nas universidades, ainda assim existiam dentro da Reforma Universitária elementos de renovação, principalmente, na área de pós-graduação em ciências sociais, através de pesquisas que questionavam o próprio processo, conforme GERMANO (1993:150-151):

Assim, ao lado da censura e da repressão ao ensino, da vulgarização das Ciências Humanas e de uma produção acadêmica medíocre, empiricista e despojada da perspectiva histórica, surge uma prática acadêmica vigorosa e crítica de inegáveis repercussões políticas. Tanto é assim que foi notável a participação da universidade acadêmica na resistência à ditadura e nas lutas pela democratização da sociedade brasileira nos anos 70. Essa contradição resulta da reorganização e da conseqüente mudança na correlação de forças no âmbito da sociedade civil, no sentido de se opor à dominação política existente, e revela, ao mesmo tempo, a incapacidade do Estado, mesmo sob a forma de uma ditadura militar, de exercer o controle completo e total de certas esferas da vida social, como é o caso da produção intelectual, ainda que levada a cabo em instituições oficiais de ensino e pesquisa.

Por outro lado, o próprio Regime que destruiu o processo de renovação em curso na Universidade de Brasília permitiu o surgimento de uma "universidade crítica", como é o caso da Unicamp, fundada em 1966. Segundo Lima (1990:6), a Unicamp representou uma espécie de "trincheira democrática", que atraiu grande parte da intelectualidade brasileira, e possibilitou o surgimento de um "ambiente crítico e gerador de uma corrente de pensamento contrária ao regime militar".

Uma certa contrapartida ocorreu com a multiplicação dos estabelecimentos superiores privados, freqüentados pela classe média, enquanto que as universidades públicas elitizavam-se cada vez mais. Ou seja, a universidade pública que, em geral, tinha um ensino de melhor qualidade, foi se transformando em local de estudos das classes sociais mais abastadas, de acordo com GERMANO (1993:152):

A política e a legislação educacional se propunham a negar autorização de funcionamento a cursos que não fossem compatíveis com as exigências do mercado de trabalho. O que prevaleceu na prática, do ponto de vista das escolas particulares, foi a lógica empresarial de obtenção de lucros mediante a realização de baixos investimentos que proporcionassem, em contrapartida, retornos elevados. Neste caso, o que interessa à rede privada de ensino não é uma suposta preocupação com o destino social dos seus alunos, ou formar um contingente de profissionais que "corresponda às exigências do mercado de trabalho"; interessa-lhe a existência de um mercado consumidor para os produtos de sua lavra. Isso independe do mercado de trabalho, fato que comprova ao se observar maior preferência da rede privada pelos cursos mais baratos, no tocante aos investimentos: os da área das Ciências Humanas. Tais cursos são barateados por falta de bibliotecas respeitáveis, pela elevada jornada de trabalho dos professores, pela inexistência de equipamentos e laboratórios, pela simplificação da atividade docente ao mero emprego de quadro-negro, giz e saliva, pela ausência de pesquisa. Em 1982, por exemplo, a rede particular, apesar de matricular o maior contingente de alunos, contribuía unicamente com cerca de 2% da pesquisa e pós-graduação.

Embora o discurso do Estado fosse o de "justiça social", as medidas tomadas pelas elites dirigentes demonstravam que a prática era outra; os investimentos necessários para que se efetivasse essa "justiça social" foram sendo cortados ano a ano, sendo que o crescimento da rede pública de ensino não conseguia atender à demanda, justificando assim o crescimento do empresariado em educação que, como já se viu, preocupava-se com os lucros facilitados através de subsídios governamentais, isenções fiscais etc.

Nessas circunstâncias, não é de se estranhar que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, uma Instituição Privada, ligada à Igreja Católica, também não se aproveitasse das vantagens dadas pelo Estado, conforme CUNHA (1985:37):

Em todos os níveis de ensino, as escolas privadas têm sobrevivido graças aos subsídios governamentais, tão mais generosos quanto mais precária a qualidade do ensino ministrado. No 1º e no 2º graus, a cobertura insuficiente da rede de ensino público é uma justificativa para que bolsas de estudo sejam distribuídas aos alunos para freqüentarem

escolas privadas. Assim, recursos que poderiam ser utilizados na ampliação da rede pública de ensino são transferidos para o setor privado, reforçando a carência que justificou a primeira rodada de subsídios. No ensino superior, o principal subsídio é a verdadeira reserva de mercado resultante da insuficiente expansão das faculdades e universidades públicas. Mas, não bastasse isso, o governo federal instituiu o sistema de crédito educativo, destinado a financiar o pagamento das mensalidades cobradas pelas instituições privadas de ensino. No caso das universidades religiosas, chamadas "comunitárias", o governo federal cobre parcela importante de sua folha de pagamento. Além de todos esses mecanismos, os empréstimos a juros negativos bem como a doação de terrenos e a cessão de prédios têm sido outros meios pelos quais os subsídios chegam às mãos dos empresários que atuam em todos os níveis de ensino.

Embora o Estado se esforçasse para manter o ensino elitista, as próprias condições históricas (industrialização, urbanização, migração, crescimento demográfico etc.) fizeram com que a massa proletária lutasse pelo aumento na oferta de matrícula no ensino público primário e médio, mesmo sem estar consciente do processo, essa massa via no ensino público uma forma de ascensão social para seus filhos, independente do fato das escolas representarem a reprodução ideológica das classes hegemônicas, que a utilizam como forma de perpetuação do sistema, enquanto a classe média lutava pela ampliação do número de vagas no ensino universitário.

Dessa forma, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba também acabou por perpetuar esse processo em função da ideologia imposta pelas condições históricas.

Enquanto seu cotidiano era pautado basicamente por discussões financeiras como, por exemplo, o que foi exposto pelo Prof. Conselheiro Valério Gozzano referente aos professores faltosos que recebiam seus vencimentos integralmente e sem desconto, e que a Faculdade os obrigassem a cumprir 75% de freqüência

obrigatória por lei; o professor Augusto Humberto Vairo Titarelli, então presidente do Conselho Departamental da Faculdade, esclareceu que esse pagamento era efetuado dessa forma em função dos baixos salários e dos atrasos constantes no pagamento, sugerindo que se estudasse um aumento salarial e se efetuassem os descontos.

Em 1969, foi assinado um novo convênio entre a Secretaria da Educação do Estado e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, onde a Faculdade perceberia durante dois anos uma subvenção no valor de NCrs 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos); sendo a Faculdade obrigada a conceder 25 bolsas de estudos para alunos carentes, cabendo à Secretaria da Educação escolher alguns contemplados. Esse esquema de distribuição de bolsas de estudos acabava por criar as condições necessárias para o clientelismo, prática bastante comum no Brasil.

A partir de 1969, começou a funcionar o curso de Matemática com licenciatura plena, autorizado pelo Parecer do C.F.E. nº 329 de 08/05/69; Decreto 64.728 de 23/06/69 e obtendo o reconhecimento pelo Parecer do C.F.E. nº 1.270 de 08/01/72 e Decreto nº 71.607 de 26/12/72. Em março de 1977, o curso passou a ser com licenciatura em Ciências 1º grau e licenciatura plena em Matemática conforme Parecer nº 2.133 de 09/07/76; Reconhecido pelo Decreto nº 78.894 de 06/12/76.

Em agosto de 1975, iniciou-se o Curso de Ciências Contábeis, Bacharelato, conforme Parecer de autorização do C.F.E. nº 1.822 de 02/05/75, sendo reconhecido pelo Parecer nº 720 de 09/05/79 e Portaria Ministerial nº 848 de 30/08/79. Em março de 1988, começou a funcionar o curso de Bacharelato em Ciências Econômicas, autorizado conforme Parecer C.F.E. nº 861 de 08/10/87, do Decreto nº 95.314 de 01/12/87 e reconhecido pelo Parecer nº 141/93 e Portaria Ministerial nº 533 de 01/04/93 (NEVES:1998).

A partir de 1988, iniciou-se processo para a criação de uma Universidade de Sorocaba, o Professor Aldo Vannucchi, Coordenador Municipal do Ensino Superior e Assessor da Fundação Dom Aguirre elaborou o processo (NEVES:1998):

Em 10 de outubro de 1990, o Conselho Federal de Educação acolheu a Carta-Consulta da Fundação Dom Aguirre, solicitando a transformação de seus dez cursos superiores em Universidade de Sorocaba.

Pela Portaria nº 30 de 16/10/90, o Presidente do Conselho Federal de Educação designou a Comissão de Acompanhamento, integrado pela Prof<sup>a</sup>. Margarida Maria Rêgo Barros Pires Leal (Presidente) e pelos Professores Anna Bernardes da Silveira Rocha, Paulo Nathanael Pereira de Souza e Stela Cecília Duarte Serenrich (membros).

O Sr. Presidente da Fundação Dom Aguirre nomeou a Comissão Interlocutora: Prof. Aldo Vannucchi (coordenador), Sônia Chébel Mercado Sparti, Geraldo Maria Brocca Casagrande, Manoel Afonso Castro Monteiro e Benedicto Pagliato (membros).

No dia 1º de novembro de 1990 foi publicado no Diário Oficial da União a aceitação da Carta-Consulta da Universidade de Sorocaba (Processo nº 23.001.000001/90-24). O CFE fixou, assim, o prazo de acompanhamento por um período mínimo de dois anos, previsto na legislação vigente; alertou, porém, que era vedado o uso da expressão "Universidade", enquanto não se fizesse o devido reconhecimento pelo CFE.

Durante o processo de criação da Universidade de Sorocaba, a "Comissão de Acompanhamento" estudou a integração das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba tendo por objetivo a criação de um Regimento Unificado para a integração administrativa e pedagógica nesse processo de transição para a criação da Universidade de Sorocaba, lembra NEVES (1998).

A partir da Portaria nº 210 de 19/02/93 foi aprovado o Regimento Unificado das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, surgindo assim as Faculdades Integradas Dom Aguirre.

Após três anos de acompanhamento e visitas à Comissão de Acompanhamento nomeada pelo CFE, foi concluído o processo e através da Portaria nº 1364 de 13 de setembro de 1994, o Ministro da Educação reconhecia as Faculdades Integradas Dom Aguirre como Universidade de Sorocaba, tendo como mantenedora a Fundação Dom Aguirre. Conforme se transcreve abaixo<sup>28</sup>:

GABINETE DO MINISTRO

---

<sup>28</sup> Diário Oficial. – n. 177 – 15/SET 1994 – Seção I



PORTARIA n. 1364, de 13 DE SETEMBRO DE 1994.

O Ministro do Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n. 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação n. 488/94, conforme consta do Processo n. 23001.000001/90-24 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve

Art. 1º Reconhecer as Faculdades Integradas Dom Aguirre – FIDA, como Universidade de Sorocaba – UNISO, a ser mantida pela Fundação Dom Aguirre, com sede e administração na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, aprovando neste ato, seu Estatuto e Regimento Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURÍLO DE AVELLAR HINGEL

## CAPÍTULO 2

### UMA HISTÓRIA DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNISO

#### 2.1 - As Origens do Curso de História - 1954 a 1973

As primeiras referências ao curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba constam da Ata de Reunião do Conselho Técnico Administrativo (C.T.A.) do dia 11 de junho de 1954, e são sobre a criação do curso de Geografia e História que seria implantado a partir de 1955. Essa reunião foi presidida pelo Diretor Monsenhor Antônio P. Missiara.

Em 25 de setembro de 1954, foi lida em reunião do C.T.A, uma relação dos nomes de professores aprovados pelo M.E.C. como docentes e outra escolhida pelo diretor e outros professores da Instituição, essas relações só seriam aprovadas depois que o diretor conhecesse os professores pessoalmente.

O Professor Joseph J. Van Den Beneloon levantou a hipótese de que fosse incluído, no curso de Geografia e História, a cadeira de Introdução aos Estudos Históricos e Cartografia.

Mons. Antônio P. Missiara, então presidente do Conselho Técnico Administrativo, informou, na reunião do C.T.A., a relação dos professores do curso de Geografia e História em 15 de dezembro de 1954, como segue:

- Geografia Física - Prof. Antônio Rocha Penteado;
- Geografia Humana - Prof. Décio M. Nogueira;
- Antropologia, Etnografia e Etnologia - Prof. Eganshaden;
- Introdução aos Estudos Históricos - Prof. Joseph J. Van den Beneloon;

- História da Antigüidade e da Idade Média - Prof. Joseph J. Van den Beneloon;
- Geologia - Prof. Aziz Nacib ab Saber;
- Cartografia - Prof. João Sarikup;
- História Eclesiástica - Prof. Côn. Francisco A. de Almeida;
- História Moderna e Contemporânea - Prof. Emília da Costa Nogueira;
- História do Brasil - Prof. Arthur Fonseca;
- História da América - Prof. Hélio Antônio Cristóforo;
- Geografia do Brasil - Prof. Antônio Rocha Penteado;

Na 13<sup>o</sup> reunião do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, realizada no dia 12 de novembro de 1955, foi discutido o desmembramento do curso de Geografia e História em decorrência da Lei 2.594, de 08 de setembro de 1955, como se transcreve abaixo<sup>23</sup>:

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1<sup>o</sup> - O atual Curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia do país é desdobrado em dois cursos independentes, Curso de Geografia e Curso de História.

Art. 2<sup>o</sup> - O Currículo mínimo dos Cursos de Geografia e História das Faculdades de Filosofia constará, respectivamente, das disciplinas de Geografia e de História, indicados no artigo 14 do Decreto-Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939, e de conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei nº 9.092, de 26 de março de 1946.

Art. 3<sup>o</sup> - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 1955; 134<sup>o</sup> da Independência e 67<sup>o</sup> da República.

a) João Café Filho

a) Candido Motta Filho.

Em função da Lei acima citada, a 1<sup>a</sup> turma continuou como curso de Geografia e História, da mesma maneira foi proposto, em 12 de novembro de 1955, na reunião do Conselho Técnico Administrativo, as seguintes Cadeiras para o curso de História: Português; Cultura Filosófica e Religião; História Antiga; História da Idade Média; Introdução à História; Antropologia; Geografia Geral; História Ibérica; História Moderna; História da América; História do Brasil; Crítica Histórica; Etnografia

---

<sup>23</sup> Arquivo UNISO

Geral; História Contemporânea; História Eclesiástica; Etnografia do Brasil; Filosofia da História; Questões Históricas; Disciplinas Auxiliares da História.

No dia 10 de dezembro de 1955, durante a reunião do Conselho Técnico Administrativo, ocorreu a distribuição das Cadeiras de História: Cultura Religiosa; Cultura Filosófica; História da Antigüidade e Idade Média; Antropologia; Geografia Humana; História da América; História Moderna e Contemporânea; História do Brasil e História Eclesiástica.

Disciplinas:

- Metodologia da História, ligada à Cadeira de História da Antigüidade e Idade Média;
- Etnografia Geral, Etnografia do Brasil e Língua Tupi-Guarani, ligadas à cadeira de Antropologia;
- História Ibérica, ligada à cadeira de História da América;

Para lecionar na Cadeira de História do Brasil, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba contratou o Professor Sérgio Buarque de Hollanda, e para lecionar a Cadeira de História da Idade Média foi escolhido o Professor Padre Antônio de Oliveira Godinho. Coube ao Professor Sérgio Buarque de Hollanda ministrar a aula inaugural de 1957.

No dia 07 de fevereiro de 1957, o Professor Sérgio Buarque de Hollanda entrou com um pedido de licença da Cadeira de História do Brasil como titular, sendo contratada como Professora substituta Olga Pantaleão.

O Prof. Manoel Nunes Dias foi contratado para a Cadeira de História Moderna para substituir a Professora Emília da Costa Nogueira. Para lecionar História Eclesiástica foi contratado o Professor Pe. José Sebastião Saba.

O então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, Pe. Antônio de Oliveira Godinho, apresentou, em 25 de fevereiro de 1958, sugestão visando estender o ensino de História Econômica e Social para o curso de História,

além da fusão entre Introdução dos Estudos Históricos com Crítica Histórica. A Introdução de Estudos Históricos faria parte do currículo no primeiro ano do curso de História.

A cadeira de História Eclesiástica passou a ser denominada de História das Religiões. Os alunos do terceiro ano do curso de História estariam dispensados de assistir às aulas de Cultura Religiosa, porém seriam obrigados a assistirem às aulas de História das Religiões.

A Cadeira denominada de Cultura Religiosa passou a ser denominada de Iniciação Filosófica. Nessa mesma reunião, foi aprovado o currículo do Côn. Aldo Vannucchi contratado para lecionar História das Religiões.

As Cadeiras de História Antiga e História Medieval passaram a constar do Regimento Interno e conseqüentemente do currículo escolar da seguinte maneira: História Antiga, para o 1º ano do curso de História; História da Idade Média, para o 2º ano do curso de História; sendo que essa Cadeira só seria lecionada a partir do ano letivo de 1959.

A partir de 1959, a Cadeira de História Ibérica deixou de funcionar em função do pedido efetuado pelo Professor Arthur Fonseca, sendo que a mesma passou a ser ministrada, a partir de 1960, de maneira rotativa, não havendo nas Atas de Reuniões explicações para essa alteração.

Em 03 de abril de 1959, foram contratados os Professores: Rosa Rosemberg Krawsz para a Cadeira de Antropologia e Etnografia Geral e do Brasil; Maria da Conceição Martins Ribeiro, para as cadeiras de História do Brasil e Introdução aos Estudos Históricos e Vacury Ribeiro de Assis Bastos, para as Cadeiras de História Moderna e Contemporânea.

Durante a reunião, de 13 de março de 1960, foi apreciado o currículo da Professora Alda Mauro Tírico, História Moderna e História Contemporânea. A Cadeira de História da Arte foi vinculada ao currículo escolar das primeiras e segundas séries do curso de História, através de sugestão do Pe. Dr. Antônio de

Oliveira Godinho, então presidente do Conselho Técnico Administrativo. Essa sugestão foi aprovada durante a reunião de 11 de dezembro de 1960, para que a disciplina passasse a ser ministrada a partir de 1961.

A partir do dia 28 de junho de 1963, foi aberto o Livro de Registros de Atas do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, pois até essa data as decisões referentes ao curso de História eram tomadas pelo C.T.A.

Na seqüência, será feito um acompanhamento de atas que revelam parte das discussões e decisões relacionadas à estrutura do curso de História.

Os professores que participaram da primeira reunião do Departamento de História foram: Prof. João Tortello; Prof. Ruy Afonso da Costa Nunes e Prof. Valério Gozzano; representantes do corpo discente: Irany Carone, Maria José Antunes e Carmem Carolina Moretto, além do diretor da Faculdade, Prof. Côn. Aldo Vannucchi. A reunião foi secretariada pelo Prof. José Carlos de Araújo Neves; na mesma reunião, foram realizadas as apurações dos votos nas eleições para o coordenador do Departamento de História, e foi eleito o Professor Dr. Rosalvo Florentino de Souza como coordenador da área de História por um período de dois (02) anos.

Em reunião do Conselho Departamental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, presidida pelo Professor Côn. Aldo Vannucchi, no dia 01 de fevereiro de 1964, foi discutido o descontentamento dos alunos da 2ª série do curso de História, relativo ao Professor de História da América, José Domingos Tírico. Tal descontentamento ocorreu durante todo o ano letivo de 1963 que acabou culminando com a reprovação de cinco alunos em uma sala com um total de nove alunos matriculados.

O Professor Aldo Vannucchi expôs a insatisfação dos alunos em relação às aulas ministradas pelo professor em questão, pois eram efetuadas de maneira

rudimentar e o livro de texto utilizado pelo professor era de nível colegial, não possibilitando um maior aprofundamento na matéria por parte dos alunos.<sup>24</sup>

Durante as discussões dos Conselheiros, o Professor Ruy Afonso da Costa Nunes sugeriu que os professores do Departamento de História conversassem com o professor, sugerindo-lhe que criasse mecanismos para melhorar o nível de seu curso. Por outro lado, o professor Rosalvo Florentino de Souza observou que o problema era delicado o bastante para que o Departamento de História entrasse em entendimento com o professor.

O Professor Augusto Humberto Vairo Titarelli argumentou que o professor em questão era um especialista em Geografia e que o erro foi da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba em improvisá-lo como professor de História da América.

O Professor Rosalvo Florentino de Souza ressaltou que o Professor José Domingos Tírico era licenciado em Geografia e História, sendo inexato afirmar que o mesmo havia sido improvisado no cargo. A solução encontrada pelos Conselheiros foi a de que o Diretor da Faculdade entrasse em contato com o professor propondo-lhe uma Cadeira no curso de Geografia. Nessa mesma reunião, foi discutida a contratação de professores para as Cadeiras de Paleografia, História das Idéias Políticas e Sociais e Sociologia.

O Professor Côn. Aldo Vannucchi, titular da Cadeira de História das Religiões, propôs a extinção da mesma do currículo escolar da 2ª série do curso de História. Os motivos por ele apresentados são os seguintes<sup>25</sup>:

- 1) A Faculdade de Filosofia de Sorocaba mantém a Cadeira de Iniciação Teológica para as 1ª e 2ª séries de todos os cursos equiparadas às demais cadeiras mencionadas pela Legislação Federal quanto ao funcionamento e regime de promoção, dentro do qual poder-se á enquadrar aquela matéria;
- 2) Essa Faculdade é talvez a única do Brasil a ter em seu currículo escolar aquela matéria;

---

<sup>24</sup> O termo rudimentar não foi explicado na Ata do Conselho Departamental, conforme pode ser verificado na página 124 da referida Ata.

<sup>25</sup> Ata do Conselho Departamental. P. 140

### 3) Razões Econômicas.

Após analisarem os motivos apresentados pelo titular da Cadeira, os membros do Conselho Departamental aprovaram a extinção da Cadeira de História das Religiões.

Na reunião realizada pelo Departamento de História, em 17 de fevereiro de 1964, foi aprovado o desdobramento da Cadeira de História Antiga para História Antiga Oriental, devendo ser ministrada no 1º ano e História Antiga Clássica para o 2º ano. O professor aprovado para reger como assistente a Cadeira de História Antiga Oriental foi o Professor Ari Mateus.

O representante dos alunos, Jayme Pinski, levantou a possibilidade de que a Faculdade fizesse um curso complementar de Extensão Universitária, objetivando complementar os estudos dos alunos já licenciados e, também, para os próprios alunos, visando substituir em parte o não funcionamento do curso de Pós-Graduação.

Após debates ficou decidido que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba estudaria uma solução, desde que se adequasse às condições econômicas da Instituição.

Durante a reunião, realizada no dia 16 de junho de 1964, foi discutido o estudo dos programas organizados em forma de plano de ensino e o entrosamento das matérias afins, visando um maior rendimento escolar e melhor coordenação do ensino.

O Professor Rosalvo Florentino de Souza explicitou que um dos objetivos da reunião seria a possibilidade da elaboração de um programa geral, constando as partes de cada matéria, a fim de que globalmente os professores estivessem com os programas a serem trabalhados no curso, evitando, assim, que um professor entrasse na matéria específica do outro, excetuando-se as citações necessárias como referencial.



Marta Calil, representando os alunos, propôs que, em História Contemporânea, em vez de ser feito um curso sobre a Revolução Francesa, se fizesse um estudo dos séculos XIX e XX para que os alunos pudessem até relacionar com a História do Brasil Contemporânea. Tal propositura foi contra argumentada pelo Professor Rosalvo Florentino de Souza, dando ênfase às dificuldades decorrentes em se fazer o entrosamento de História Contemporânea com a História do Brasil, em função da falta de tempo necessário e a grande importância dentro de um curso de História o estudo da Revolução Francesa e que, com relação a um estudo da matéria geral, seria possível o aluno se atualizar com leitura de outros livros.

Quanto ao planejamento dos trabalhos escolares das diversas disciplinas que deveriam ser exigidas dos alunos, procurou-se estabelecer critérios gerais para que os professores cobrassem os trabalhos escolares para notas de aproveitamento. Pediu-se para que os professores mantivessem uma certa uniformidade, visto que a unidade nas avaliações seria muito difícil. Sugeriu-se uma nota referente a seminário e outra de aproveitamento de toda a matéria, e que depois se tirasse a média.

O professor José Augusto Vaz Valente afirmou que daria apenas uma única prova; o Professor Arthur Fonseca apenas uma prova e uma tese para as férias; o Professor Lauro Sanches, um trabalho e uma prova; o Professor Ari Mateus, um seminário e uma prova.

A aluna Marta Calil afirmou que a Cadeira de Didática Especial, ministrada pelo Professor Antônio Cristóforo, era composta apenas de uma bibliografia a respeito, que os temas dos seminários eram apenas referentes à História Contemporânea, e que ele não havia dado aula sobre o assunto.

O presidente do Departamento optou por conversar com o professor de Didática e com a direção da Faculdade. Durante a reunião, o Professor Ari Mateus explicou que os seminários dados em História Antiga Oriental obedeciam às normas estabelecidas pelo Concurso de Ingresso ao Magistério Secundário e Normal "com o

objetivo de treinar também os alunos para o concurso que, sem duvida, se submeteriam futuramente."<sup>26</sup>.

Com relação às aulas práticas, o Professor Arthur Fonseca deixou a Organização Sorocabana de Ensino (OSE) à disposição do Departamento. Tal atitude foi exaltada pelo presidente do Departamento, pois "para os alunos seria um excelente laboratório.".

Na reunião de Departamento, do dia 21 de novembro de 1964, o aluno Jayme Pinsky colocou em pauta que os programas deveriam ser reavaliados, pois alguns professores explicavam o mesmo assunto em disciplinas diferentes.

O Professor Arthur Fonseca colocou que os assuntos deveriam ser dados independentemente de já terem sido explicados em outras disciplinas por ângulos diferentes. O Professor Rosalvo Florentino de Souza esclareceu que cada professor fizesse seu programa e que, no período dos exames vestibulares, os professores deveriam reunir-se e entrar em um acordo, a fim de decidirem qual das disciplinas iria suprimir os assuntos que estivessem se repetindo.

Foi considerado que as Cadeiras básicas do curso de História eram: História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, e que deveriam dar uma boa visão de conjunto geral e básico para poderem continuar os cursos monográficos nas outras Cadeiras e, também, que cada professor estabelecesse um calendário constando provas e seminários para o 1º semestre.

O representante dos alunos, Jaime Pinsky, pediu para que todas as matérias adotassem a utilização de seminários, pedido que foi aprovado nessa reunião.

---

<sup>26</sup> Certamente a pior explicação da gênese e do desenvolvimento do conhecimento é a que está subjacente ao conceito de treinamento. No seu âmago, o treinamento implica, da forma mais acabada, a relação unidirecional do objeto para o sujeito epistêmico. Treinar significa o sujeito passar ao objeto (outro sujeito, psicologicamente falando) habilidades ou conhecimentos que supostamente este não têm. Elimina-se completamente qualquer interação.

O treinamento como conceito implica, portanto, de forma radical, a epistemologia empirista. A própria ação do sujeito da aprendizagem é reduzida ao valor de mero reforço da estimulação, que é o apanágio do treinamento. De criadora de relações, a ação do sujeito da aprendizagem é reduzida à condição de reprodutora de estímulos, cuja seleção e controle escapa-lhe das mãos, sendo exercido por sujeitos estranhos ao seu processo de conhecimento. (BECKER, Fernando, Epistemologia do Professor. O Cotidiano da Escola, SP, 1994, Vozes, p. 60.)

Quanto ao aproveitamento dos alunos, o presidente do Departamento sugeriu que se fizesse um fichário do aluno no Departamento, com dados sobre onde estudou, cursos que fez, nível de aproveitamento em cada matéria, observações dos professores sobre facilidades e dificuldades do aluno, tendências no estudo: mais para economia, religião, política etc. Tal sugestão foi prontamente aprovada pelo Departamento.

Nessa mesma reunião o Professor Ari Mateus demonstrou seu descontentamento com relação à situação estrutural do ensino de História no curso secundário, pelo fato do Conselho Estadual de Educação ter feito vários currículos que deveriam ser adaptados nas escolas de grau médio. Objetivamente seria a retirada de História da 3ª série ginasial, adotada na totalidade dos ginásios e colégios do Estado. Segundo seu raciocínio, em alguns anos, o aluno que prestasse vestibular na Faculdade não teria estudado em sua vida de curso médio a História Antiga, Medieval, Moderna ou a Contemporânea, pois com 03 aulas semanais seria impossível um professor analisar toda a matéria, acarretando uma queda no nível do ensino e na qualidade do aluno.

Em reunião do Departamento de História, ocorrido em 13 de março de 1965, dando prosseguimento às discussões, o Professor Ari Mateus propôs que o Departamento se comunicasse com as autoridades competentes para que se eliminasse esse problema.

O Professor Rosalvo Florentino de Souza propôs que a Faculdade se manifestasse junto ao Departamento de Educação, para que se solucionasse o problema, como também, enviasse ofícios às autoridades competentes a pedido do Departamento de História, Centro de Estudos Históricos da Faculdade e pela Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.

Foi discutida, na reunião do Departamento de História, no dia 22 de outubro de 1966, a Portaria Ministerial nº 159/65 que fixava nova orientação para a duração dos cursos superiores. Conforme a Portaria, os cursos de História apresentavam um déficit de 660 horas aulas, obrigando-os a aumentar o número de aulas em algumas Cadeiras e a criação de novas Cadeiras. Essa discussão tornou a entrar na pauta da

reunião do dia 05 de novembro de 1966, com a finalidade de se efetuar uma distribuição equilibrada das matérias, evitando-se sobrecarregar um ano em detrimento dos outros<sup>27</sup>.

Após estudos e debates, o quadro distributivo das aulas foi aprovado e enviado para o Conselho Departamental da Faculdade,<sup>28</sup> que em reunião realizada, no dia 26 de novembro de 1966, avaliou o quadro distributivo das aulas, conforme a Portaria Ministerial nº 159, de 14 de junho de 1965, e após debates e estudos aprovou os quadros para serem submetidos à aprovação da Congregação da Faculdade e do Conselho Federal de Educação como se transcreve abaixo<sup>29</sup>:

#### HISTÓRIA:

##### 1ª Série

- Introdução aos Estudos Históricos - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- História Antiga - 05 aulas semanais - 150 anuais;
- Paleografia - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- Antropologia Cultural - 03 aulas semanais - 90 anuais;
- Geografia Política - 02 aulas semanais - 60 anuais;
- Iniciação Teológica - 02 aulas semanais - 60 anuais;

##### 2ª Série

- História Medieval - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- História da América - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- História do Brasil - 03 aulas semanais - 120 anuais;
- Etnologia e Etnografia do Brasil - 03 aulas semanais - 90 anuais;
- Elementos da Administração Escolar - 02 aulas semanais - 60 anuais;
- Iniciação Filosófica - 02 aulas semanais - 60 anuais;
- Iniciação Teológica - 02 aulas semanais - 60 anuais;

##### 3ª Série

- História da América - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- História do Brasil - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- História Econômica - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- História das Idéias Políticas e Sociais - 03 aulas semanais - 90 anuais;
- História da Arte - 03 aulas semanais - 90 anuais;
- Psicologia da Educação - 03 aulas semanais - 90 anuais;

##### 4ª Série

- História Contemporânea - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- História do Brasil - 04 aulas semanais - 120 anuais;
- Prática de Ensino - 03 aulas semanais - 90 anuais;

<sup>27</sup> Conforme a Portaria Ministerial nº 159/65, o curso de História passaria a contar com um tempo útil de 2.700 horas; o Tempo total de integralização anual com limite mínimo de 338 horas, termo médio de 675 horas e limite máximo de 772 com enquadramento de 04 anos.

<sup>28</sup> Nesse período, o organograma da FAFI era composto por Diretoria, Congregação, Conselho Departamental, Departamentos e Órgãos de apoio.

<sup>29</sup> Ata do Conselho Departamental. P.158/ 159.

- História da Arte - 02 aulas semanais - 60 anuais;
- Filosofia da História - 03 aulas semanais - 90 anuais;
- Sociologia - 03 aulas semanais - 90 anuais.

Em 1º de abril de 1967, foi discutido, em reunião do Departamento de História, a distribuição dos trabalhos. O Professor Rosalvo Florentino de Souza propôs a realização de seminários coletivos, compostos de temas inter-relacionados; a proposta foi aceita por todos os membros presentes na reunião.

Nessa mesma reunião, o Professor Lauro Sanchez foi aceito pela maioria como o novo coordenador do Departamento de História, em substituição ao Professor Rosalvo Florentino de Souza.

Presidida pelo Professor Lauro Sanchez, a reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, efetuada em 08 de maio de 1967, discutiu a questão do vestibular para 1968.

O representante dos alunos, Gilberto Radicce, afirmou que no programa de vestibular existia falta de entrosamento dos assuntos que mostrassem a sucessão dos fatos históricos, o que seria de grande importância para um candidato que objetivava fazer um curso de História.

O Professor Lauro Sanchez explicou que essa reestruturação do programa do vestibular seria difícil por estar o ensino de História prejudicado no curso ginásial, além de pedir sugestões para os alunos da Faculdade, o professor Aldo Vannucchi sugeriu que essa reforma do programa de vestibular deveria incluir um encaminhamento vocacional constando o vestibular também de uma entrevista com os alunos.

Durante a reunião, o Professor Aldo Vannucchi expôs uma situação que acabou por gerar o pedido de demissão do Professor Rosalvo Florentino de Souza. Também foi pedido para que o aluno Gilberto Radicce esclarecesse a situação, pois segundo ele<sup>30</sup>: *“o problema já vinha sendo notado há 04 anos, e só agora explodiu*

---

<sup>30</sup> Livro Ata do Departamento de História - Uniso - p. 24

*com a turma do 4º ano para o qual o professor Rosalvo ministrava as aulas de História Contemporânea."*

Monsenhor Dom Missiara propôs que se fizesse entrevistas com os alunos pelo Diretor da Faculdade e Coordenadores do Departamento de História. Segundo o aluno Gilberto Radicce, não havia possibilidade de reconciliação entre o 4º ano e o professor Rosalvo Florentino de Souza. O Professor Lauro Sanches incumbiu o Professor Côn. Aldo Vannucchi de fazer a reconciliação entre as partes.

### **Após o encerramento da reunião, o professor Rosalvo F. de Souza pediu que se fizesse as seguintes ressalvas que acabou por elucidar melhor esse problema:**

Na última reunião deste Departamento, tivemos a oportunidade de ouvir a leitura da ata de reunião realizada no dia 08 de maio de 1967, por convocação extraordinária, sem a minha presença.

Pela leitura da referida ata, tal como está redigida, poder-se-á deduzir que eu, professor de História Contemporânea, criei um problema para os alunos da 4ª série, problema esse que não foi devidamente esclarecido.

Na última reunião, sem entrar no mérito do fato, propus apenas que se invertesse a ordem da questão: o problema não foi criado por mim, mas ao contrário, pelos alunos.

Refletindo melhor sobre o assunto, desejo hoje, fazer os seguintes esclarecimentos para que fiquem acrescentados, em forma de aditamento àquela ata.

1- Fala-se ali de um "problema" criado pelo professor. Repito: não foi eu quem criou o problema. Ao contrário, foram os alunos que recusando-se a participar de um seminário, previamente marcado, e sem apresentar nenhuma justificativa, julgaram "aponte sua" que poderiam substituir o professor da cadeira, e manifestaram a mim, sem rebuços, esta "resolução". Não se discutiu na oportunidade, o assunto seminário, mas a substituição do professor, "resolvida pelos alunos".

2- Ora, tendo em vista a agressiva e grosseira atitude dos estudantes, e os vários precedentes havidos nesta Faculdade, dirigi-me imediatamente, ao senhor diretor, a quem expus os fatos, deixando nas suas mãos a situação do "problema". Recebi então do sr. Diretor Côn. Aldo Vannucchi, de imediato, inteiro e decidido apoio e que muito me desvaneceu, e retornei ao exercício da cátedra. A

---

repercussão do fato chegou ao Departamento conforme consta da sua referida e aqui renovou-se o apoio da diretoria e dos demais componentes deste Departamento ao professor da cadeira de História Contemporânea, o que muito agradeço.

3- Estaria assim, finda a questão, mas há dois outros itens que precisam de ser retificados: a) insinua-se, malévola que o professor é "problema" na escola "há 04 anos". Protesto energicamente contra essa malévola afirmação. b) sugeriu o nosso Monsenhor Moschini que se ouvissem todos os alunos para a "apuração dos fatos". Compreenda-se a intenção do Mons. Moschini, mas ligando-se as expressões "apuração dos fatos", "há 04 anos", "problema criado pelo professor", chegaremos à conclusão inteiramente contrária à realidade dos fatos.

Há portanto, que retificar, também tais expressões, reduzindo-se assim, a extensão do entendimento que se quer dar ou do qual se deseja retirar citações falsas.

É o que eu desejo, que se registre em defesa do meu nome, da minha capacidade profissional e da minha idoneidade moral.

Rosalvo F. de Souza.

Em 10 de junho de 1967, discutiu-se a estruturação dos exames vestibulares para o ano letivo de 1968. O Professor Lauro Sanches observou a necessidade de efetuar uma entrevista de caráter geral para "verificar" o nível cultural do vestibulando, além de uma prova escrita que serviria para a "verificação" do português; e uma prova tipo teste de cultura geral para substituir o exame oral. Esse processo deveria ser acompanhado de uma ficha, que deveria fornecer os "dados culturais do aluno", a mesma deveria ser arquivada no Departamento de História com o objetivo de serem colocadas observações por parte dos professores referente à vida escolar do aluno.

O Professor Lauro Sanches observou ainda que essa ficha não seria utilizada como elemento de julgamento e sim, como avaliação pessoal do aluno.

O Professor José A. Vaz Valente sugeriu que o preenchimento da ficha fosse efetuado pelo professor durante a entrevista de "verificação" dos conhecimentos do candidato. Foi proposto pelo Professor Hélio Cristóforo que as provas fossem em forma de teste, com o sentido de que os testes substituiriam a prova oral.

O Professor Rosalvo F. de Souza explicitou a importância da manutenção do exame escrito, visto que seu objetivo era "*avaliar a capacidade de redação e o nível cultural do aluno*". Enquanto o Professor Lauro Sanches insistia na realização de

uma prova escrita, o aluno Gilberto Radicce sugeria que a prova escrita fosse composta de uma dissertação, argumentando que seria uma forma dos vestibulandos demonstrarem sua leitura.

O Professor José A. Valente aventou a possibilidade de que a prova escrita fosse dividida em dissertação e perguntas compostas de questões sobre História do Brasil e História Geral.

Também foi aprovada, na reunião, a obrigatoriedade de uma prova de Língua Estrangeira, que, nesse caso, seria o Inglês ou o Francês, e as provas seriam um texto mimeografado.

O aluno Gilberto Radicce pediu para que a bibliografia do curso fosse atualizada. O Professor José A. Vaz Valente sugeriu que os professores fizessem uma relação das matérias necessárias para o exame, acompanhada de uma bibliografia. Nessa mesma reunião, foi aprovado o nome da Professora Dinorá Vicente para a cadeira de História da América.

Novamente abordou-se os exames vestibulares, em reunião de 01/07/1967, onde ficou decidido que haveria apenas uma prova de português com temática histórica, visando avaliar a capacidade de redação do vestibulando.

Referente às bibliografias, o Professor Bordon Wijtenko afirmou a necessidade de que as mesmas não deveriam ser baseadas em historiógrafos, mas sim em historiadores. Por outro lado, o Professor Hélio Cristóforo foi contra a publicação de uma lista bibliográfica, argumentou que o programa de vestibular era matéria vista pelos alunos durante o curso colegial, tendo ele mesmo, o vestibulando, condições de se informar da bibliografia.

As questões referentes aos exames vestibulares só se decidiram na reunião de 21 de outubro de 1967, quando os professores estavam sujeitos a colaborar com a elaboração dos testes, cada um dentro de sua disciplina; os testes seriam divididos em 02 partes iguais: História Geral (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea)



e História do Brasil, sendo 50 questões de História do Brasil e 50 de História Geral, com 10 questões para cada divisão.

No transcorrer da reunião, o Professor Hélio Cristóforo sugeriu que se efetuasse um levantamento bibliográfico em conjunto, para que houvesse uma melhor integração dos novos alunos ao curso.

A Professora Maria Helena Silva, que ministrava a disciplina de História Econômica do Brasil, expôs que como sua disciplina só constava do currículo no 3º ano, os alunos não tinham nenhuma iniciação em anos anteriores. Ela sugeriu que o curso fosse integrado com o de História do Brasil. O Professor Hélio Cristóforo sugeriu que no 3º ano fosse ministrado História Econômica Geral, para que os alunos tivessem uma visão global do assunto.

Foi proposto pelo representante dos alunos a criação da disciplina de Geografia Histórica no 1º ano do curso de História, visando substituir a disciplina de Geografia Política, já que as aulas do 1º ano de História eram ministradas junto com o 3º ano de Geografia. O mesmo também propôs que a disciplina de Filosofia da História ministrada no 2º ano fosse remanejada para o 3º ou 4º ano, dada a dificuldade encontrada pelos alunos em acompanhar a matéria.

Em 21 de março de 1968, ocorreu, durante a reunião do Departamento de História, a aprovação dos nomes de novos professores para o curso de História<sup>31</sup>:

Prof<sup>a</sup>. Jana Dobes, para assistente da cadeira de História do Brasil; prof<sup>a</sup> Maria Helena G. Gimenes, para assistente da cadeira de História Antiga; prof<sup>a</sup> Maria José Elias, para assistente de Paleografia; prof<sup>a</sup> Genésia Corato, assistente de História Moderna; prof<sup>a</sup> Mary Eunice Ramalho Mendonça, para a cadeira de História das

---

<sup>31</sup> Livro Ata do Departamento de História - UNISO - P. 30

Idéias políticas e sociais e prof<sup>a</sup> Cleide Oliveira Orsi, para a cadeira de Didática Geral. Foi também aprovado o nome da prof<sup>a</sup> Lícia de Sabato Forzenigo, que até então ministrava as aulas de História Moderna, para a cadeira de História Medieval.

**Em**

**24 de outubro de 1968, foi discutida a reestruturação do curso de História, em função da Lei de Reforma do Ensino Universitário, porém, segundo o Professor Lauro Sanches, havia algumas matérias que deveriam necessariamente permanecer na grade curricular, visto que eram disciplinas que caracterizavam a Faculdade e explicitou o caso de Introdução Teológica e o caso de Introdução Filosófica.**

Foi sugerido, pelo mesmo Professor, que os alunos entrassem em entendimento com os professores das disciplinas acima citadas, para que os mesmos decidissem qual programa seria de maior interesse do aluno no curso. Introdução Teológica constaria em seu programa a História das Religiões no 2º ano e Introdução Filosófica estudaria no 2º ano a História da Filosofia.

Foi sugerido pelos alunos que a disciplina de História do Brasil fosse lecionada também no 1º ano, porém o Professor Lauro Sanches propôs que se aguardasse, pois estavam esperando mudanças na Lei de Diretrizes de Bases da Educação, que poderia trazer novidades nas perspectivas curriculares.

A pedido dos alunos, o Professor Lauro Sanches sugeriu que a disciplina de Paleografia fosse ministrada juntamente com Orientação à Pesquisa no 2º ano. Essa proposta foi aceita pela professora de Paleografia do 2º ano, a Professora Maria José Elias.

O próprio Professor Lauro Sanches sugeriu que a professora da disciplina de História Econômica, que fazia parte do currículo do 2º ano, entrasse em contato com os alunos a fim de que se estudasse um programa baseado na Economia Política e História do Pensamento Econômico.

Os alunos pediram para que a disciplina de Administração Escolar funcionasse em outros anos, menos no 3º ano. Essa sugestão ficou de ser estudada em outras reuniões. Ficou decidido que a disciplina de Filosofia da História só começaria a ser lecionada nos quartos anos a partir de 1970, posto que a turma do ano de 1969 já havia estudado essa disciplina durante o 2º ano.

Na reunião de 21 de março de 1969, a Professora Jana Mary Dobus levantou o problema relacionado à diminuição do número de aulas de História do Brasil de 04 para 03 aulas semanais no 4º ano do curso de História, considerando que com a diminuição do tempo seria difícil desenvolver-se um trabalho a contento.

O representante dos alunos, Wilson Machado, falou sobre a coincidência de assuntos desenvolvidos em mais de uma matéria. Decidiu-se que os professores deveriam fazer os acertos entre si, a fim de evitar essas repetições.

Com referência ao aproveitamento dos alunos, os professores deveriam atribuir notas semestrais, desde que baseados em mais de uma "*forma de verificação*"; através de prova, trabalho ou seminários.

**O**

**representante dos alunos, Wilson Machado,**

**levantou a questão da inconveniência dos seminários em grupo, e afirmou ser favorável a apresentação de seminários individuais. Essa questão não foi aceita pela Professora Ianna Mary, pois a mesma afirmou que os seminários em grupo eram mais proveitosos, desde que bem orientados.**

Discutiram-se os problemas relacionados aos exames vestibulares, o Professor Lauro Sanches chamou a atenção relativa à parte prática do assunto, argumentando que os concluintes do curso médio tinham "uma base muito fraca" em História. Sendo assim, os programas de vestibular deveriam ser adaptados conforme o curso médio e também deveriam ser orientados pelo cursinho dentro dos programas e bibliografias. Também foi apresentado e aprovado, nessa reunião, o currículo da Professora Mary Eunice Ramalho de Mendonça para História Contemporânea.

Na reunião do dia 05 de março de 1970, o Professor Lauro Sanches afirmou a necessidade de que os professores tomassem algumas medidas visando um melhor aproveitamento do curso por parte dos alunos. Explicitou a conveniência de que cada Cadeira deveria apresentar para os alunos uma bibliografia específica, livros básicos que servissem de respaldo para a estruturação do curso, e que havia a necessidade de se cuidar do "*método Histórico*" que cada educador deveria utilizar em sua área, além de técnicas de estudo visando "*atender aos objetivos atuais da educação*". Afirmou a necessidade da utilização de seminários, se os mesmos atendessem a uma dinamização da situação escolar.

Com relação ao aluno, colocou-se como fundamental a exigência de conhecer obras indispensáveis. No caso de "dependência", o professor é quem deveria criar critérios de acompanhamento do aluno, para obrigá-lo a não perder o contato com a disciplina, e que fosse aplicado o mesmo esquema para os cursos de "adaptação".

Conforme sugestão da Professora Genézia Cocato e a aprovação dos demais professores, seria utilizada uma entrevista ou avaliação referente a cada área com aplicação semestral ou anual, sendo que com uma avaliação correspondente a 7,5 (sete e meio) o aluno poderia ser dispensado do exame final.

O Professor Lauro Sanches explicitou a necessidade de que os professores ficassem atentos quanto ao uso de "cola" pelos alunos durante as provas, e que os professores deveriam se empenhar na preparação dos alunos para o Magistério, efetuando recomendações didáticas durante os seminários, e para a Pesquisa, sobretudo aos mais propensos para essa atividade.

Também foi pauta da reunião a parte administrativa - burocrática dos professores, referente aos diários de classe para estarem atualizados, o cumprimento integral dos programas, comprometer-se em assinar o livro-ponto para o controle de frequência e de horário escolar, além de colocar a documentação em dia para efeito de regulamentação. Qualquer alteração no programa ou no horário escolar deveria se fazer constar de acordo com a direção.

Os alunos expuseram algumas "questões de ordem pedagógica", durante a reunião do dia 13 de outubro de 1970, como a falta constante de professores causando o desinteresse por parte dos alunos e o prejuízo da matéria; a metodologia; falta de "entrosamento" entre as matérias e falta de unidade dentro da própria matéria.

**Em**

**resposta a essas exposições, o Professor Lauro Sanches afirmou que haveria uma apresentação das matérias formadoras do currículo e que poderiam ser entrosadas, que haveria uma reunião visando estabelecer um programa conjunto, objetivando**

**atender às necessidades de todos os anos do curso de História, implicando na participação dos alunos no planejamento do programa para que as necessidades dos alunos fossem atendidas, não se dispensando uma discussão entre os professores para avaliar a viabilidade do programa ou programas propostos. Haveria um estudo para melhorar a distribuição das Cadeiras para todos os anos, tendo como meta um melhor "entrosamento" entre as disciplinas.**

Quanto ao relacionamento, os alunos falaram da necessidade de que alguns professores reformulassem a sua atitude diante dos alunos, *"inclusive que muitos professores utilizavam-se de ameaças para garantir a disciplina"*. Segundo os alunos, esse problema ocorria porque a matéria não era exposta de forma a convencer ou orientar os alunos. Exemplificaram utilizando-se dos seminários que, segundo eles, nem sempre vinham acompanhados de críticas construtivas por parte dos docentes, além dos seminários serem utilizados em excesso.

O Professor João Luiz Gonzaga Peçanha falou que alguns professores deveriam se inteirar de um conceito mais efetivo de seminário e enxergá-lo como um debate de problemas e não apenas exposições passivas de um tema.

Também foi colocado pelos alunos a falta de preparação da matéria por alguns professores que utilizavam textos e exigiam trabalhos que não tinham nada a ver com o curso. Observaram ainda a falta de orientação bibliográfica mínima para o bom andamento do curso, além da falta de material didático que, segundo os alunos, contribuía para que ocorresse o desinteresse nas aulas, fato gerador de indisciplina e atitude passiva da classe em geral. O Professor Lauro Sanches afirmou que a

Faculdade estaria a disposição para efetuar a compra dos livros necessários para o bom andamento do curso.

Em reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 1971, foi discutido o problema relacionado à distribuição das Cadeiras no Ciclo Básico<sup>32</sup>, que teria como objetivo suprir as defasagens apresentadas no vestibular, orientar na escolha da carreira e preparar o aluno para os ciclos posteriores. Incluíram as Cadeiras de estudo de Antropologia, Sociologia, Psicologia, Fundamentos Filosóficos, Problemas Brasileiros, Iniciação Teológica, além das Cadeiras específicas ligadas aos conhecimentos de História. Foram consideradas Cadeiras optativas para o aluno do ciclo básico: Fundamentos da História do Brasil e Introdução aos Estudos Históricos.

Foi decidido, nessa reunião, que as aulas de Introdução aos Estudos Históricos seriam ministradas pela Professora Maria José Elias, encargo que ela aceitou desde que houvesse um horário e um número de aulas convenientes para seus interesses. Nessas circunstâncias, o Professor Lauro Sanches estabeleceu um numero de 03 aulas semanais. Quanto às aulas de Fundamentos da História do Brasil, ficou na pendência de uma resposta da Professora Mary Eunice Ramalho.

Com relação às outras disciplinas do ciclo básico, nada foi resolvido nessa reunião, salvo a Cadeira de Problemas Brasileiros<sup>33</sup> que nessa data ficou restrita ao ciclo básico e foi escolhido como coordenador da disciplina o Monsenhor Missiara.

---

<sup>32</sup> O decreto Lei nº 464 de 11 de fevereiro de 1969, em seu Artigo 5º explicita que: "Nas instituições de ensino superior que mantenham diversas modalidades de habilitação, os estudos profissionais de graduação serão precedidos de um primeiro ciclo, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins com as seguintes funções: a) recuperação de insuficiências evidenciadas pelo concurso vestibular na formação de alunos; b) orientação para escolha da carreira; c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores, teria uma natureza propedêutica, pré-profissional conforme Parecer 404/70 do Relator Dom Luciano Duarte, documenta 115/25". No ciclo profissional ocorre a opção pela licenciatura com obrigatoriedade de cursar disciplinas pedagógicas e estagiar no colégio de aplicação.

<sup>33</sup> A inclusão de E.M.C. como disciplina obrigatória ocorreu através do decreto Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que explicita em seu Artigo 3º: "A Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.

Parágrafo 1º. Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica deverá ser ministrado curso curricular de "Organização Social e Política Brasileira".

Parágrafo 2º. No sistema de ensino superior, inclusive pós- graduação, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de "Estudos de Problemas Brasileiros", sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo." Cabe observar que essa medida foi tomada como forma de fortalecer o controle ideológico dos militares nos meios estudantis.

A partir do momento que o ciclo básico começou a funcionar, o Departamento de História precisou, mesmo que temporariamente, atender os alunos no período da manhã. Também ficou de se verificar a possibilidade de Sociologia entrar para o 3º ano do curso de História, além de já estar sendo ministrado no 4º ano.

Essa medida solucionaria o problema do formando em História, pois caso fosse lecionar, ele poderia ministrar tanto aulas de História como aulas de Estudos Sociais, já que Etnografia e Etnologia não eram reconhecidas como Cadeiras de Antropologia.

Na reunião do dia 15 de junho de 1971, a Professora Jana Dobs propôs que a prova de História "o Brasil Republicano" que trata da evolução política, econômica, social e cultural do Brasil de 1945 a 1970, fosse efetuada até 1945, posto que a partir de 1945 a História estava sendo construída, gerando problemas por parte dos vestibulandos para estudarem. A mesma professora deu como sugestão que se inserisse os livros de Sérgio Buarque de Holanda à bibliografia.

Conforme sugestão do Professor Lauro Sanches, História e Geografia Geral deveriam ser incluídas na parte de Cultura Geral. Quanto à média de aprovação no vestibular, ficou estabelecido que a média mínima seria de 02 (dois) e o exame seria de caráter seletivo.

Na prova de Português, foi proposto que a parte de gramática fosse substituída por interpretação de texto, possibilitando assim avaliar a capacidade de leitura, síntese, interpretação e conhecimentos específicos da Língua Portuguesa. As provas de Francês e ou Inglês seriam compostas de um texto, donde os vestibulandos deveriam efetuar a tradução, sem a utilização de dicionário.

Nessa mesma reunião, foi sugerido que no Plano Curricular do Ciclo Profissional ocorresse a introdução de Sociologia no curso de Geografia. Entenda-se que o Ciclo Profissional teria como finalidade a habilitação específica, constando das matérias do currículo mínimo fixado pelo C.F.E., e de matérias complementares sugeridas pelo Departamento e aprovada pelo Conselho Departamental.



Em 04 de setembro de 1971, na reunião do Departamento de História, os professores concluíram que as aulas, no 1º semestre de 1971, ocorreram dentro da normalidade, também foi pedido para que os representantes dos alunos apresentassem sugestões em reuniões futuras, visando o "entrosamento" dos programas referentes às disciplinas do curso.

Discutiu-se a extinção de Cadeiras no primeiro ano do curso de História, na reunião de 13 de novembro de 1971, onde foi exposto pelo Professor João Luiz que História do Brasil e História da América estariam prejudicadas pela falta de conhecimento dos alunos em História Moderna.

A disciplina Antropologia Geral passou a ser denominada de Antropologia Cultural. Através de proposta do Professor Rosalvo Florentino, a palavra Geo-História foi substituída pela palavra Geo-Política.

Por sugestão do professor Lauro Sanches, a disciplina de Estrutura e Funcionamento do 2º passou para o 3º ano, Didática Geral foi incorporada ao currículo do 2º ano. Também foi decidido que o monitor e o assistente deveriam ser de iniciativa do professor da disciplina.

Em 27 de novembro de 1971, discutiu-se o currículo profissional que vigoraria a partir de 1972, o Professor Lauro Sanches apresentou as possíveis modificações, passando Estudos dos Problemas Brasileiros para uma das séries do Ciclo Profissional, e suas aulas para Estudos Filosóficos e Sociologia, que seriam aumentadas em uma aula cada, ministradas com 04 aulas semanais.

Foi aprovado o currículo do primeiro ano profissional, e só se fariam alterações no segundo e terceiro ano se houvesse necessidade no transcorrer do ano.

Também foi comentado o lançamento do livro "100 Textos de História Antiga" escrito por Jaime Pinsk, pelo fato de que ele havia sido aluno dessa faculdade, com mestrado na Faculdade de Filosofia de Assis e doutorado pela Faculdade de

Filosofia da USP, defendendo a tese "Os Judeus no Egito Helenístico". Esse fato foi registrado em reunião, pois segundo seus membros serviria de estímulo para os alunos, além de projetar a Faculdade.

Durante a reunião do dia 24 de novembro de 1973, o Professor Rosalvo Florentino de Souza explicou que o curso de Especialização em "História Contemporânea - Relações Internacionais", efetivado pela primeira vez na Faculdade, havia apresentado pontos positivos e negativos; sugeriu a realização de uma enquete para saber qual era a opinião dos alunos. Também esclareceu que a substituição do Professor João Luiz G. Peçanha do curso de especialização foi feita a pedido do mesmo e não pelo coordenador do curso.

A Professora Selma Maria Reze falou que deveria se fazer uma pesquisa entre as classes, com o objetivo de aumentar o rendimento dos alunos. O Professor Adilson César sugeria que fossem aceitos alunos ouvintes no último ano do Curso de Graduação.

O Professor Ari Matheus falou da possibilidade de que, em 1974, fosse dado um curso de especialização sobre a América Latina, analisando os problemas da independência dos vários países até a atualidade. Quanto aos professores que iriam ministrar o curso, o Professor Rosalvo Florentino de Souza ressaltou que deveriam ser aproveitados os professores contratados da Faculdade.

Novamente ocorreu o pedido para que os professores mantivessem seus diários de classe em dia. Também foi colocado pelo Professor Ari Matheus a falta de base dos alunos para seguirem o curso de graduação, trazendo dificuldades no desenvolvimento dos programas<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> O ano de 1973 foi o último ano pleno do curso de História antes de sua desativação e posterior reinício. Naquele ano as disciplinas das respectivas séries eram as seguintes: 1º ano: História Antiga, História Medieval, História Moderna, História da América, História do Brasil, Psicologia da Educação, Geografia Física, Geografia Regional, Geografia Humana; 2º ano: História Antiga, História Medieval, História Moderna, História da América, História do Brasil, Psicologia da Educação, Geografia Física, Geografia Regional, Geografia Humana; 3º ano: História Contemporânea, História da América, História do Brasil, História da Arte, História Econômica (geral e do Brasil), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau, Didática, Prática de Ensino (Estágio Supervisionado); 4º ano: História Contemporânea, História da América, História do Brasil, História da Arte, História Econômica (geral e do Brasil), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau, Didática, Prática de Ensino (Estágio Supervisionado).

## 2.2 O Curso de Estudos Sociais

Na reunião de 24 de novembro de 1973, também foi discutido que no vestibular de Estudos Sociais haveria o ingresso de pessoas sem condições de acompanhar regularmente o curso de graduação, pelo fato de que por orientação Federal, deveria haver a classificação dos candidatos.<sup>35</sup>

Foi entregue ao Departamento um comunicado da diretoria lido na reunião, conforme se transcreve abaixo<sup>36</sup>:

A Direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pede ao Sr. Coordenador que transmita aos professores do Departamento de História, o seguinte: 1º) início das aulas em 04 de fevereiro de 1974, para o cumprimento dos 180 dias letivos; 2º) as aulas dos cursos noturnos terão 50 minutos de duração, iniciando-se às 19 horas e terminando às 23 horas e 20 minutos, havendo também aulas aos sábados para os referidos cursos, no período da manhã ou tarde; 3º) a Secretaria já está recolhendo as pretensões de horários dos professores pedindo que as entregue em tempo hábil; 4º) Todos os professores que são assistentes deverão ser propostos ao C.F.E. para aprovação, devendo o Departamento encaminhar os professores que precisem ser indicados; 5º) O livro de

---

<sup>35</sup> Essa preocupação dos professores com relação ao ingresso de "pessoas sem condições" de acompanhar o curso de graduação se explica pelo Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971, em seu Artigo 2º: "O concurso vestibular far-se-á rigorosamente pelo processo classificatório, com o aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas fixadas no edital, excluindo-se o candidato com resultado nulo em qualquer das provas.

<sup>36</sup> Livro Ata do Departamento de História - UNISO - pp. 41, 42.

atas deve estar atualizado e rigorosamente em dia, devendo ser mantido guardado em lugar certo na Escola; 6º) As cadernetas dos professores devem ser encerradas no dia 30 de novembro, devendo ser feita uma revisão para ver se estão em ordem, não se abonando nem cancelando as faltas dos alunos; 7º) Os programas para 1974 deverão ser planejados por período ou semestre constando o número de aulas para cada assunto, sendo que o registro da matéria nos diários de classe deve ser o mesmo que consta no Programa; 8º) Cada professor deverá tomar conhecimento da biblioteca, dos recursos bibliográficos de sua matéria, fazendo no início do ano a indicação das compras; 9º) A Sala de Recursos Audiovisuais está em pleno funcionamento, devendo cada professor inteirar-se dos detalhes com a funcionária encarregada; 10º) O SAOPE está equipado para mimeografar provas e exames, devendo os originais serem entregues com antecedência ao Professor Eduardo; 11º) Os Cursos de Especialização deverão ser minuciosamente planejados e apresentados em relatório ao Conselho Departamental para aprovação, devendo merecer especial atenção a escolha dos professores e o planejamento para que fique em bom nível e bem documentado; 12º) A Diretoria e demais setores administrativos desta Escola estão à disposição dos Departamentos para maiores esclarecimentos.

Após discussões e esclarecimentos, o Professor Rosalvo explicitou a necessidade dos professores reverem os programas, objetivando aperfeiçoá-los, e aproveitando-se de uma sugestão do Professor João Luiz G. Peçanha, foi estabelecida a efetivação de uma reunião para se discutir o "entrosamento" dos programas dos professores; essa reunião deveria ocorrer em fevereiro de 1974.

Foi colocado, pela aluna Celina, o problema das aulas aos sábados, nos períodos da manhã ou tarde, para os alunos que trabalham nesses períodos e não podem assistir essas aulas. Tal problema ficou para ser resolvido posteriormente.

Em 16 de fevereiro de 1974, foi passado para os professores que os planos de ensino deveriam ser feitos por mês, levando-se em consideração os dias de aulas, discriminado-se as teorias e práticas. Deveria constar do plano a carga horária especificando-se seminários e a metodologia aplicada. Tais medidas foram tomadas para tentar padronizar os planos de ensino.

Nessa reunião, houve a participação do Senhor José Carlos Martins, que além de distribuir os calendários escolares, instruir sobre preenchimento dos diários de classe e dependências de alunos, falou sobre a extinção do primeiro ano do curso de Licenciatura em História e que a Faculdade estava aguardando a publicação no Diário Oficial do curso de Licenciatura em Estudos Sociais, posto que o curso já havia sido aprovado, faltando apenas a publicação do decreto de aprovação.

Esse decreto foi publicado no Diário Oficial do dia 08 de abril de 1974, sob nº 73.898, como se transcreve abaixo<sup>37</sup>:

DECRETO Nº 73.898 - de 5 de abril de 1974  
Autoriza o funcionamento do curso de Estudos Sociais (licenciatura de 1º grau) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, mantida pela Fundação Dom Aguirre, com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

---

<sup>37</sup> Pasta Arquivo Uniso - Modelo 03

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, de acordo com o artigo 47, da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 09 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 368-74, conforme consta dos Processos números 2.215-72 - CFE e 001.092 de 1974, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Art. 1º. Fica autorizado o funcionamento do curso de Estudos Sociais (licenciatura 1º grau) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, mantida pela Fundação Dom Aguirre, com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de abril de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

Com referência ao 1º curso de especialização de História Contemporânea - Relações Internacionais (1973), foi pedido para que os professores dessem sugestões a fim de sanar possíveis falhas. Foi observado, durante a reunião, que os cursos de especialização eram uma oportunidade de se realizar algo mais dentro do campo educacional, e que esse não deveria se transformar apenas em um documento que se distorcia pela concorrência profissional de outros cursos.

O Professor Rosalvo Florentino de Souza exigiu, que dentro desses parâmetros era urgente que os professores fossem cada vez mais exigentes. Seguiu salientando que já havia um plano para montar um curso de especialização em História Contemporânea da América Latina, composto de dois professores titulares e dois assistentes, sendo que o Professor Doutor Ricardo Ramon Blanco ministraria as aulas de América Espanhola, tendo como assistente o Professor Adilson Cesar.

O Professor Mestre Rosalvo Florentino de Souza iria ministrar as aulas de América Portuguesa, tendo como assistente o Professor Ari Matheus. Seria função

do professor assistente a orientação na confecção das monografias, bibliografias e demais trabalhos visando o bom desenvolvimento do curso.

O Diretor Lauro Sanches afirmou que, naquele momento, a Faculdade estava em condições de fornecer incentivos para os professores poderem participar de Congressos, cursos de pós-graduação e em nível de especialização. Novamente o Professor João Luiz lembrou a necessidade de se fazer o "entrosamento" entre as matérias, o que foi aprovado por todos os professores presentes.

No dia 15 de junho de 1.974, foi aberto o Livro de Registro de Atas do Departamento de Estudos Sociais.

Em reunião realizada no dia 04 de agosto de 1974, foram discutidas as finalidades do curso de Estudos Sociais, como também habilitação em Estudos de Problemas Brasileiros (Educação Moral e Cívica). Foi abordado pelo Professor Lauro Sanches a importância da integração de História, Geografia, Economia, Sociologia, Filosofia e Religião.

A Professora Maria Paula Pasquini falou que demonstrara aos seus alunos que o homem é um ser "bio-psico-social", sendo apoiada pela Professora Sônia Chebel M. Sparti, que procurou mostrar aos alunos as diferenças existentes em cada ciência.

Na reunião de 27 de setembro de 1974, o Professor Anízio Baptista Perêncio lembrou do "aspecto do entrosamento e da integração" entre as disciplinas afins, e que a maneira de fazê-la não deveria se limitar às formas rígidas e, sim, em função das oportunidades surgidas dentro do desenvolvimento dos assuntos.

A aluna Vera Regina Molinari colocou que havia um "desnível" entre os alunos já licenciados em outras áreas com os alunos não licenciados, e que os conteúdos eram iguais. Em resposta, o Professor Edson Segamarchi e demais professores explicaram se tratar de uma situação que deveria se ajustar com o transcorrer do ano.

Foi feito por parte do aluno Celso Fernando Oliveira Ramos um pedido para que o curso de Estudos Sociais se tornasse de licenciatura plena, tendo como resposta, por parte da chefia do Departamento, que o Professor Lauro Sanches já estava encaminhando o assunto.

Foi retificado, durante a reunião do dia 14 de dezembro de 1974, a expressão "extinção do curso de História", havia ocorrido na reunião do dia 16 de fevereiro de 1974, para que se soubesse que o curso não tinha sido extinto; o fato era que o 1º ano não tinha funcionado pela falta de alunos matriculados.

O Professor Jaime Pinsky (doutor pela USP) externou seu desejo de ministrar um curso de especialização sobre Sorocaba, chegando a apresentar um programa ao Professor Lauro Sanches. Ele traria professores da USP, sendo ele o coordenador do curso, trazendo seus assistentes para ministrá-lo.

A decisão do Departamento foi negativa, pois, segundo seus membros, o problema desse projeto era a regionalização do tema<sup>38</sup>.

Ficou decidido que seriam 03 cursos de especialização; sendo que cada curso contaria com 60 vagas num total de 180 alunos. Os cursos seriam conforme se transcreve abaixo<sup>39 40</sup>:

---

<sup>38</sup> Cabe ressaltar que a pesquisa historiográfica no Brasil não foge ao contexto latino-americano; o número de historiadores profissionais é pequeno e disperso, o acesso à bibliotecas de boa qualidade é muito difícil, além da falta de subsídios para a pesquisa. Existe a necessidade que se criem mecanismos para uma maior participação e frequência de pesquisas locais e nacionais, criando-se condições de se romper o isolamento imposto pela própria estrutura do sistema, que limita a divulgação e debates sobre os trabalhos, fazendo com que os mesmos fiquem restritos nos meios acadêmicos; por outro lado a pesquisa historiográfica tanto Latino-Americana como a Brasileira ainda carrega o ranso eurocêntrico em seu bojo, realidade difícil de se superar graças ao estado de subdesenvolvimento do Continente Latino-Americano, onde os investimentos em Ciências Humanas é precário e que o mesmo provoca um mascaramento de problemas relevantes.

Por outro lado, quando se fala em pesquisa historiográfica, precisa-se valorizar as fontes primárias na coleta de dados, possibilitando dessa forma a contextualização da realidade brasileira, objetivando o conhecimento da documentação em estudo, e analisando essa documentação em função da estrutura e problemática da sociedade.

Também se esbarra no hermetismo das pesquisas que invariavelmente ficam fechadas no meio acadêmico, em uma linguagem acessível apenas a uma minoria da população, outros pesquisadores, professores e estudantes de História. Não se desmerece sua qualidade enquanto elemento de reflexão e crítica social.

Essa não valorização da História Regional é reflexo do ensino empiricista que valoriza o macro, descartando-se que através de um estudo do micro a partir de uma base sólida pode-se atingir a generalização, pois o estudo do micro está diretamente ligado ao estudo do macro e vice-versa. (CARDOSO, C. F. A Historiografia Latino Americana Recente: Desenvolvimento Metodológico. História Ensino & Pesquisa ano 2 - nº 03, 1986. Ed. Mercado Aberto. Associação dos profissionais de História do R.G.S. p. 65 a 75.)

<sup>39</sup> Na redação da Ata do Departamento de História consta OSPB da América Espanhola e OSPB da América Inglesa; como é uma transcrição, o autor deste trabalho optou por não efetuar a correção, já que o correto seria: Organização Social Política da América Espanhola e Organização Social Política da América Inglesa.



I) Organização Social e Política Brasileira; II) Organização Social e Política da América Espanhola e III) Organização Social e Política da América Inglesa. Como disciplinas obrigatórias teríamos Teoria Geral do Estado (ministrada pelo prof. Rosalvo e pelo prof. Roque para duas aulas). Problemas Brasileiros (pelo prof. Ari Matheus). Dependendo do curso será uma das seguintes: I) O.S.P.B para o prof. João Luiz; II) O.S.P.B. da América Espanhola para o prof. Ramon Blanco e III) O.S.P.B. da América Inglesa para a prof<sup>a</sup> Genésia. A orientação para monografia será feita pelo profs. Assistentes : O.S.P.B (prof. Ari), O.S.P.B. Espanhola e O.S.P.B Inglesa (prof. Adilson).

Em 14 de Fevereiro de 1975, o Professor Anísio Baptista Pereira voltou a explicitar a necessidade do embasamento, dentro do possível, das disciplinas em que os conteúdos programáticos pudessem dar aos alunos uma "visão global".

Dado o falecimento do Professor Lauro Sanches, que tinha assumido a chefia do Departamento de Estudos Sociais, a mesma passou a ser ocupada pela Professora Maria Paula Pasquini.

No dia 05 de Abril de 1975, foi examinado o Parecer 106/66 da Portaria Ministerial 117/66 do Parecer 554/72, resolução 8/72, que regulamentava o curso de Estudos Sociais.

---

<sup>40</sup> Livro Ata do Departamento de História - UNISO p.45

Durante a reunião de 28 de maio de 1975, a Professora Ivette Teruz expôs a importância da disciplina de Prática de Ensino, posto que essa disciplina deveria abranger Prática de Ensino de Estudos Sociais, também as áreas de História e Geografia, visto que os licenciados em Estudos Sociais deveriam demonstrar conhecimento nessas áreas.

Também se discutiu o pedido da direção para que os professores observassem o cumprimento do horário de início e término das aulas. Essa solicitação por parte da Direção surgiu em função de observações feitas nas salas de aulas por "elementos credenciados pela Direção", e ficou evidenciado que parte dos professores ultrapassavam 15 minutos ao sinal de entrada, como também saídas antecipadas na quinta aula. Como a relação apresentada à Direção demonstrava reincidência de nomes, ouve por bem que a Direção solicitasse aos professores uma maior atenção com relação aos horários de entrada e saída das aulas.

A Professora Ivette Teruz pediu para que se registrasse sua revolta, pois, segundo ela, essa postura estava dentro de um espírito de uma "escola primária", não sendo condizente com as funções dos professores, e que tais observações deveriam ser efetuadas diretamente com o professor e não por pessoas incapazes de entender o porquê de um professor começar sua aula com atraso ou antecipar o seu final.

Em 09 de junho de 1975, a Professora Maria Paula explicou a necessidade de se conseguir um melhor planejamento referente ao entrosamento adequado entre as matérias, visando fornecer para os alunos uma visão global do conteúdo programático. Sendo assim, as disciplinas deveriam abordar adaptações ao curso de Estudos Sociais e não serem apresentadas como disciplinas isoladas.

O Professor Celso Andrade perguntou qual era o significado de Estudos Sociais, destacando que, até aquele momento, inexistia uma definição do termo, impossibilitando oferecer sentido único a esse. A Professora Ivette Teruz falou da dificuldade em se formar um professor "polivalente", pois com vários anos de estudos o "professor tornava-se especializado em uma disciplina", sendo assim,

como esperar que ele conseguisse uma formação "diversificada". Também foi exposto pelos professores que um entrosamento entre as disciplinas seria difícil, ainda mais, se levassem em consideração o "baixo nível intelectual dos alunos".

Também foi sugerido pela Professora Ana Edna Gesuele que se desse um tema comum para o seminário, sendo abordado conforme o ponto de vista de cada disciplina. Essa idéia foi apoiada pelo professor Waldyr de Magalhães, afirmando que a repetição poderia levar o aluno à aprendizagem.

Concluiu-se que deveria ser estipulado um tema comum na medida do possível, onde os temas seriam abordados em duas ou três disciplinas, favorecendo o aluno dentro das observações específicas e "globalizadas".

Na reunião seguinte, que ocorreu em 31 de julho de 1975, o Professor João Luiz e o Professor Ari Matheus externaram a dificuldade existente em "entrosar" os programas, em função da diversidade de disciplinas. Quanto à integração ao nível temático, o Professor João Luiz lembrou que isso ocorreria apenas em algumas disciplinas.

Em 27 de Março de 1976, foi discutida a transformação do curso de Estudos Sociais, licenciatura de 1<sup>o</sup> grau, em licenciatura plena, com habilitação em Educação Moral e Cívica.

Na reunião do dia 16 de junho de 1977, foi comentado pelo chefe do Departamento (prof. João Luiz Gonzaga Peçanha) que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo anunciava que História e Geografia voltariam como disciplina nas sétimas e oitavas séries do 1<sup>o</sup> grau, interrompendo a gradativa substituição por Estudos Sociais. Sendo consenso dos professores que deveria haver uma maior divulgação dos cursos de História e Geografia.

Durante a reunião do dia 03 de novembro de 1977, a Professora Ivette Teruz expôs que seria interessante acrescentar a disciplina de Antropologia no currículo, que, segundo ela, passaria os conceitos básicos no aprendizado de outras disciplinas.

Essa exposição foi esclarecida pelo Professor João Luiz, explicando que Antropologia era uma disciplina integrante dos currículos para licenciatura plena, e que na licenciatura curta o básico era ministrado em Introdução às Ciências Sociais. Foi observado pelo Professor Adilson César que o "*problema de falta de conhecimento básico era geral, talvez por falta de maior empenho dos alunos nos estudos*".

O Professor João Luiz passou para os professores, na reunião de 24 de fevereiro de 1978, que a Direção da Faculdade iria encaminhar ao Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre uma sugestão para que os cursos mantidos pelo Departamento da Faculdade organizassem horários especiais para aulas de reforço, a fim de atender os alunos que sentissem necessidades. Em função da baixa procura, a direção da Fundação Dom Aguirre extinguiu o curso de Estudos Sociais (NEVES, 19?? : 120)

### **2.3 A Reativação do Curso de História - 1979 a 1995**

Discutiu-se, em 17 de novembro de 1978, a extinção do curso de Estudos Sociais e sua substituição pelos cursos de História e Geografia, em função das alterações curriculares nos cursos de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus, em que essas duas disciplinas entrariam de forma isolada em algumas séries, divulgado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e optou-se por incentivar os alunos a escolherem a licenciatura em Geografia ou História.

Observou-se, naquele momento, que os cursos para provimento de cargos de professores na rede pública de ensino só seria possível para os portadores de licenciatura plena, ficando a licenciatura curta apenas com o valor documental. Dessa forma, o curso de História reiniciou na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba a partir de 1979<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Na reativação do curso de História em 1979 as disciplinas das respectivas séries eram as seguintes: 1<sup>o</sup> ano; Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1<sup>o</sup> grau (1<sup>o</sup> semestre), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2<sup>o</sup> grau (2<sup>o</sup> semestre), História do Brasil, História Antiga, Geografia Humana, Geografia do Brasil, Didática, Educação Física. 2<sup>o</sup> ano: História do Brasil, História Moderna, História

Os membros do Departamento expuseram as dificuldades apresentadas no aspecto didático em suas turmas, pelo fato de que os alunos se caracterizavam por serem pessoas que trabalhavam o dia todo, chegando cansados e desmotivados à escola.

Em 08 de outubro de 1980, a Professora Vera Ravagnani Job expôs que os exames vestibulares de 1981 deveriam ser elaborados com 50 questões, distribuídas em: 10 questões de História do Brasil, 10 questões de Histórias Geral, 10 questões de Geografia do Brasil, 10 de Geografia Geral e 10 questões de OSPB, sendo que 20% das questões deveriam ser dissertativas. Lembrou que, por recomendação do Conselho Federal, deveria dar-se ênfase à História e Geografia Regional com questões formuladas em nível de 2<sup>o</sup> grau.

Em uma avaliação do ano letivo de 1980, efetuada em 17 de dezembro de 1980, os professores observaram que os objetivos propostos foram em sua maioria atingidos.

Também foi exposto, pelo chefe do Departamento, que os alunos do 1<sup>o</sup> ano básico sentiam a ausência de disciplinas mais específicas do curso de História, fato que foi apoiado pelos professores, visto que para eles seria didaticamente interessante começar já no 1<sup>o</sup> ano preparar os alunos com disciplinas como: Introdução aos Estudos Sociais, História, História Econômica e outros.

Foi feita uma avaliação do trabalho realizado no 1<sup>o</sup> semestre em 29 de junho de 1981, e o Professor João Luiz Gonzaga Peçanha falou que devido a heterogeneidade da sala no 2<sup>o</sup> ano do curso de História, por alguns alunos terem sido de cursos supletivos, ele gostaria de avaliá-los apenas no 2<sup>o</sup> semestre.

A Professora Selma R. Bernardi reclamou das constantes faltas de alguns alunos, dificultando uma avaliação precisa do trabalho professor - aluno, sendo que ela teria que atender à média da classe, cujo nível já havia sido abordado pelo

Professor João Luiz Gonzaga Peçanha, porém de maneira geral, tinha sido bom. A Professora Vera Ravagnani Job ficou satisfeita com o relacionamento que teve com o 3º ano do curso de História.

O aluno Nivaldo Roberto Moretto, falando em nome de um grupo de alunos do 2º ano de História, elogiou o trabalho desenvolvido pelo Professor João Luiz G. Peçanha, composto de questões pesquisadas em classe e debatidas em grupo, porém pediu maior rigidez por parte do Professor com a disciplina dos grupos. Como resposta o Professor João Luiz G. Peçanha argumentou que seria desagradável ter que chamar a atenção de alunos que "deveriam ter a responsabilidade suficiente pela idade que tinham."

Com relação às aulas da Professora Selma R. Bernardi, ela falou que o grupo não ficou motivado em suas aulas de História Antiga, por se tratar de aulas expositivas. A resposta da Professora ao grupo de alunos do 2º ano de História foi conforme se transcreve abaixo<sup>42</sup>:

Método de pesquisa em grupo com exposição e debate em classe, utilizado no início do ano letivo, foi rejeitado pela maioria da classe que não conseguia acompanhá-lo, devido a dificuldade em entender os textos, a falta de tempo e de livros para todos os grupos, outro problema seria o atraso na entrada em classe de alguns alunos prejudicando o andamento do trabalho de grupo, atrasando assim o conteúdo programático elaborado pela professora.

Durante a reunião, do dia 17 de outubro de 1981, houve discussão referente à reformulação curricular do curso de História; e que as dificuldades sentidas pelos professores estavam sendo observadas e discutidas pelos alunos, também

---

<sup>42</sup> Ata Departamento de Ciências Sociais - UNISO - p.35

argumentou-se que no 1º ano básico havia a exclusão das disciplinas históricas e, após várias discussões, foi proposto o seguinte currículo com sua respectiva carga horária, conforme transcreve-se abaixo<sup>43</sup>:

**1º Ano:** História Antiga com quatro aulas semanais, Língua portuguesa, três aulas; Antropologia duas aulas; Geografia Humana, duas aulas; Introdução aos Estudos Históricos, quatro aulas; História Medieval, quatro aulas; Teologia, uma aula, Iniciação à Filosofia, duas aulas; Educação Física duas aulas; no **2º Ano:** Sociologia, três aulas, semanais; História Econômica, três aulas; História do Brasil, quatro aulas, História Moderna, três aulas, História da América, três aulas; Antropologia, duas aulas, Estrutura de 1º e 2º grau, duas aulas; Psicologia, duas aulas, Educação Física, duas aulas; **3º Ano:** História Contemporânea, cinco aulas; História do Brasil, quatro aulas; História da América, duas aulas; História das Idéias Políticas e Sociais, duas aulas; Estrutura de 1º e 2º grau, duas aulas; Prática de Ensino, quatro aulas; Didática, duas aulas; E. Problemas Brasileiros, duas aulas; História da Arte, duas aulas; Educação Física, duas aulas.

Quanto à relação Professor / Aluno foi sugerido que os alunos se reunissem com os seus respectivos professores para que debatessem as dúvidas e desacordos de ambos. Que a matéria da E P B fosse dada na forma de palestra com assuntos pertinentes à realidade brasileira. Um maior "entrosamento" entre os professores do curso, no sentido de conteúdos e métodos adotados.

**Na reunião de 25 de fevereiro de 1982, a Professora Vera Job falou da necessidade de se organizar o Departamento de Geografia e História, tendo como conseqüência a extinção do Departamento de Ciências Sociais, criado em função do curso de Estudos Sociais.**

Em 12 de março de 1982, a Professora Vera Job falou sobre as reivindicações dos alunos para que fosse introduzida uma matéria específica no 1º

<sup>43</sup> Ata Departamento Ciências Sociais - UNISO - p. 36

ano. Também comentou que os alunos reclamavam de alguns Professores que estavam abordando, em suas aulas, assunto fora do programa de interesse do curso. Foi solicitado nessa reunião a presença do secretário da faculdade, o Professor José Carlos de Araújo Neves, que informou ter consultado o Conselho Jurídico do MEC a respeito da carga horária que, conforme ele, fez a seguinte proposição que está transcrito abaixo<sup>44</sup>:

Conforme proposição daquele órgão, no Curso Noturno recomendava-se um máximo de três aulas por noite, devendo ser prolongado por mais um ano. Informou, também, que a reformulação do currículo deverá ocorrer por homologação do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura. A inclusão de 220 dias no curso noturno se deve à uma exigência do Relator.

A carga horária, mesmo no período diurno, deveria ser superior a 180 dias. O total de 2.200 horas destina-se às matérias do Currículo Mínimo e mais as pedagógicas.

Após essa exposição, a Professora Vera R. Job perguntou sobre as tendências da faculdade, que prontamente foi respondida pelo Professor José Carlos de Araújo Neves: "Básico exigido por lei, mais o ciclo profissional".

O Professor João Luiz Gonzaga Peçanha perguntou se haveria a possibilidade de se criar um Departamento de Ciências Sociais e outro de Ciências Humanas. Teve uma resposta positiva. O Professor João Luiz afirmou que seria preferível criar-se um Departamento de Humanidade.

Com relação à Iniciação Teológica, o Professor José Carlos de Araújo Neves falou que a Fundação Dom Aguirre não abria mão, e que ela não entraria na carga horária.

Na reunião do dia 19 de agosto de 1982, foi sugerido pelo representante dos alunos que o 1º ano básico fosse substituído por disciplinas específicas, sendo que o Professor João Luiz G. Peçanha explicou que, naquele ano, era uma imposição da Lei 5.540 para o ciclo básico de Ciências Sociais, não podendo ser substituído.

---

<sup>44</sup> Ata Departamento Ciências Sociais - UNISO - p. 39



Após essa discussão, foi apresentada a proposta de um novo currículo de História que se transcreve abaixo<sup>45</sup>:

**1º Ano básico de Ciências Sociais** o seguinte: Língua Portuguesa com 3 aulas semanais; Introdução aos Estudos Históricos com 3 aulas semanais; Introdução aos Estudos Geográficos com 3 aulas semanais; Iniciação Teológica com 2 aulas semanais; Filosofia com 2 aulas semanais; Antropologia Cultural com 3 aulas semanais; Sociologia com 2 aulas semanais; Estudos de Problemas Brasileiros com 2 aulas semanais; Fundamentos Filosóficos das Ciências Humanas com 02 aulas semanais e Educação Física com 2 aulas semanais. O **2º ano de História** corresponderia: História Antiga com 4 aulas semanais; História Medieval com 4 aulas semanais; História Econômica com 2 aulas semanais; História do Brasil com 4 aulas semanais; Geografia do Brasil com 3 aulas semanais; História da América com 3 aulas semanais; História das Idéias Políticas e Sociais com 2 aulas semanais; Estrutura e Funcionamento do 1º e 2º graus 2 aulas semanais e Educação Física com 2 aulas semanais. **3º Ano** compreenderia: História Contemporânea com 4 aulas semanais; História Moderna com 3 aulas semanais; História da América com 3 aulas semanais; História do Brasil com 4 aulas semanais; História da Arte com 2 aulas semanais; Prática de Ensino com 4 aulas semanais; Didática com 2 aulas semanais; Psicologia com 2 aulas semanais; Educação Física com 2 aulas semanais.

A Professora Selma Maria Reze propôs que se colocassem História Antiga no 2º ano e História Medieval no 3º ano, dada à dificuldade encontrada pelos alunos que, segundo ela, não acompanhavam no mesmo ano as seqüências das duas disciplinas.

Também foi apresentado como parte do novo currículo, um quarto ano de História como Complementação de Estudo, e seria opcional, pois no 3º ano os alunos já haveriam conseguido a licenciatura; seria composto das disciplinas que está transcrito abaixo<sup>46</sup>:

**4º ano** compreenderia: História da Cultura Brasileira com 4 aulas semanais; Geohistória com 4 aulas semanais; Filosofia da História com 4 aulas semanais; Introdução às Relações Internacionais com 4 aulas semanais; Paleografia com 4 aulas semanais; Problemas do mundo contemporâneo com 4 aulas semanais.

---

<sup>45</sup> Ata Departamento Ciências Sociais - UNISO - p.42

<sup>46</sup> Ata Departamento Ciências Sociais - UNISO - pp. 42, 43.

Na reunião do dia 10 de dezembro de 1982, o Professor José Henrique Zanella e os outros professores falaram de suas preocupações quanto ao fato de que alguns alunos criticavam o curso como sendo muito fraco. Segundo o Professor João Luiz G. Peçanha, os alunos chegam para as segundas séries bastante despreparados e que se a proposta era preparar professores de 1º e 2º graus, dois anos eram muito pouco para formar um bom profissional, e que para se valorizar o curso deveria se exigir mais dos alunos. Foi consenso em se definir um procedimento corrente, ou seja, uma maior exigência por parte de todos os professores com relação à participação dos alunos.

Em 28 de março de 1983, a reunião começou pautada na avaliação do curso de História, e a Professora Ivette Teruz argumentou que os cursos deveriam estar programados visando atender à realidade da clientela, ou seja, havia a necessidade de procurar suprir as lacunas trazidas pelos alunos em termos de conhecimento, devendo-se atender às deficiências básicas, em vez de trabalhar temas que os alunos nem podiam entender.

Foi exposto pelo Professor José Henrique Zanella uma série de pontos a serem esclarecidos, possibilitando a adequação dos programas às classes, conforme se transcreve abaixo<sup>47</sup>:

Objetivos do curso, grau de aspiração do alunado, papel da faculdade, dinâmica do processo e técnicas de ensino, utilização dos recursos didáticos e reciclagem do corpo docente; perfil da situação (atual e o desejável) e adequação do programa a esse perfil.

Após discussão, os Professores Adilson César, Anísio B. Pereira e José Henrique Zanella afirmaram que apesar da distância entre o nível atual e o desejável da clientela, não seria apropriado o desenvolvimento das aulas objetivando apenas

---

<sup>47</sup> Ata Departamento Ciências Sociais- UNISO - p. 49

preencher falhas no conhecimento já adquirido. Mesmo tendo concordado com essa afirmação, a Professora Ivette J. Teruz lembrou que o objetivo do curso era a formação de professores do 1º e 2º graus, e que seria desejável passar para esses alunos um instrumental teórico mínimo para qualificá-los.

Uma das posições era a de que deveria se intercalar aulas de nível universitário com outras, visando suprir as falhas no conhecimento pré-existente dos alunos. Concordou-se que deveriam ser adotadas normas gerais quanto ao tratamento a ser dado às classes, tais como: rigor no controle de frequência, mais exigência na qualidade do trabalho e obrigatoriedade de mais de um instrumento de avaliação por semestre.

Foi exposto pelo Professor Zanella que ele utilizava uma "folha de acompanhamento" dos alunos, afirmou a Professora Vera R. Job que também utilizava um controle para avaliar os alunos, tais como: participação em classe, frequências e trabalhos efetuados.

Segundo o representante dos alunos, Paulo César Gazzi, os próprios alunos questionavam a falta de rigor no controle da presença, "enquanto uns se esforçavam para não perder as aulas, outros faltavam habitualmente e parecia não haver punição". Com essa colocação, reforçou-se a necessidade de maior controle da frequência às aulas.

A Professora Ivette Teruz falou da necessidade em mudar o comportamento dos alunos, objetivando não só manter a frequência nas aulas, como prioritariamente pelas possibilidades que os conhecimentos dos professores trariam para a vida do aluno.

Foi pedido pelo representante dos alunos que as aulas de E.P.B. tratassem de temas do interesse das classes. Foi proposto pelos professores que a Professora Cordenadora Guiosmeire Martins utilizasse temas diversos e ligados à outras disciplinas, e de temas coletados entre os alunos.

A Professora Guiosmeire Martins, ao participar da reunião do dia 17 de maio de 1983, concordou com as sugestões e apresentou as dificuldades em se programar palestrantes para todas as aulas da semana. Sua sugestão foi a de que as palestras deveriam ocorrer de 15 em 15 dias, ou uma vez por mês, e que nas demais aulas fosse desenvolvido um programa com os alunos.

Com relação à análise dos cursos, os professores afirmaram que o "problema entre o nível atual e o desejável da clientela continuava", e que os professores procuravam diminuir a defasagem na medida do possível.

No dia 16 de fevereiro de 1984, o Professor Abramo Rubens Cuter afirmou: "já formamos alunos analfabetos", e que aquilo não poderia ocorrer novamente, posto que não eram casos isolados, sendo necessário uma seleção, visando um comportamento homogêneo.

Foi exposto pela Professora Francisca L. R. C. Barreto que alguns alunos provenientes do 2º grau supletivo julgavam-se uns "coitados" e que deveriam ser tratados com complacência.

O Professor João Luiz Gonzaga Peçanha disse que nas primeiras aulas procurara fazer consultas com os alunos do que gostariam de estudar, oferecendo subsídios sobre os conteúdos específicos e amplos para cada série. Foi decidido que os professores deveriam trabalhar noções, para depois desenvolver a parte específica, e em História e Geografia, enfatizando que cada professor desenvolvesse a parte conceitual e método lógico.

Na reunião de 29 de junho de 1984, o representante dos alunos, Tomas T. Massa, pediu para que o Ciclo Básico fosse direcionado para o curso escolhido, pois para lecionar na rede oficial de ensino, esse aluno se sentiria despreparado. A Professora Guiosmeire Martins sugeriu uma mobilização dos estudantes visando a supressão do Ciclo Básico, momento em que o Professor João Luiz ponderou ser o mesmo uma exigência legal do MEC.

A Professora Francisca L. R. C. Barreto sugeriu que as aulas de Iniciação Teológica fossem dadas como "Tardes de Reflexão", permitindo a inclusão de uma disciplina mais específica no 1º ano do Ciclo Básico.

Como forma de melhor informar a necessidade legal do Ciclo Básico, o Secretário da Faculdade José Carlos de A. Neves foi solicitado. Ele comunicou que o Decreto Lei 464 regulamentou a Lei 5.540, e em seu artigo 5º estabeleceu esse ciclo. Sobre Iniciação Teológica, explicou a necessidade de um motivo para que a mesma fosse transferida, transformada ou suprimida do Ciclo Básico. Também sugeriu que o Departamento solicitasse a suspensão do curso de Estudos Sociais por 03 anos, posto que não havia clientela interessada.

Na reunião do dia 03 de setembro de 1984, foram analisadas as reivindicações dos alunos referentes à melhoria no nível de ensino em termos absolutos, conforme argumento do representante dos alunos Tomas Tadeu Massa<sup>48</sup>:

(...) é a de que de modo geral, os alunos se sentem frustrados de iniciar um curso, pelo qual fizeram opção, e durante um ano inteiro - o ciclo básico - não terem nenhuma matéria ligada ao curso e que em alguns casos, há por parte dos professores um certo descaso com suas aulas, seja por faltas constantes ou pela apresentação de suas aulas de forma a atender somente os alunos de nível de segundo grau, enquanto que os mais interessados se sentem desestimulados. Reafirmou ainda o representante dos alunos, sua posição já apresentada na reunião anterior do Departamento, de que um aluno da Faculdade tem chance de ministrar aulas na rede oficial de ensino desde o primeiro

---

<sup>48</sup> Ata Departamento Ciências Sociais - UNISO - p. 68

ano - ciclo básico - incorretamente denominado de primeiro ano de Geografia ou primeiro ano de História, sendo que é absolutamente igual para os dois cursos e sem nenhuma matéria específica e, o aluno-docente não se sente seguro para trabalhar, mas o faz por razões econômicas. Lembrou ainda que muitos dos nossos alunos vêm do curso supletivo; que os alunos acham que não estão sendo preparados para serem professores, já desde o início do curso.

**O Professor Anísio B. Pereira disse que na sua opinião a Delegacia de Ensino não deveria admitir professores que estivessem cursando o Ciclo Básico, enquanto que o Professor João Luiz G. Peçanha lembrou que a Delegacia de Ensino admitia alunos na falta de professores qualificados. A sugestão do Professor Anísio B. Pereira era de que os alunos freqüentassem mais a biblioteca a fim de complementar as aulas.**

Em 07 de maio de 1985, foi apresentado pelo Professor João Luiz G. Peçanha novo currículo que fora elaborado durante as reuniões e que procurou atender às solicitações dos alunos dentro da legislação<sup>49</sup>:

**1ª série - Disciplinas Optativas do Currículo Mínimo:** Antropologia Cultural - 04 aulas e Sociologia - 03 aulas. **Disciplinas Complementares:** Língua Portuguesa - 03 aulas, Introdução aos

---

<sup>49</sup> Ata Departamento Ciências Sociais - UNISO - pp.76, 77.

Estudos Históricos - 03 aulas, Introdução aos Estudos Geográficos - 03 aulas, Filosofia - 03 aulas, Metodologia do Trabalho Científico - 02 aulas, Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo - 02 aulas. Disciplinas de Legislação Específica: Estudo de Problemas Brasileiros - 02 aulas, Educação Física - 02 aulas. **2ª série** - Disciplinas do Currículo Mínimo: História Antiga - 05 aulas, História Medieval - 05 aulas, História da América - 05 aulas, História do Brasil - 05 aulas. Disciplina Complementar: História Econômica - 03 aulas. Disciplina de Legislação Específica: Educação Física - 02 aulas. Disciplinas Pedagógicas: Psicologia da Educação - 03 aulas, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau - 02 aulas. **3ª série** - Disciplinas do Currículo Mínimo: História Moderna - 05 aulas, História Contemporânea - 05 aulas, História da América - 05 aulas e História do Brasil - 05 aulas. Disciplina Complementar: História das Idéias Políticas e Sociais - 02 aulas. Disciplina de Legislação Específica: Educação Física - 02 aulas. Disciplinas Pedagógicas: Didática - 02 aulas, Prática de Ensino - 04 e Estágio Supervisionado, com 110 horas de 1º Grau e 110 horas de 2º Grau. **4ª série** (optativa) - Disciplinas - História da Cultura Brasileira - 03 aulas, História Regional - 02 aulas, Geo-História - 03 aulas, Pré-História - 04 aulas, História da África - 04 aulas, História da Ásia - 04 aulas, Paleografia - 02 aulas, Estágio Supervisionado de Pesquisa em História - 02 aulas. Observação - Além do cumprimento das disciplinas obrigatórias será exigida na 4ª série, a apresentação de uma monografia pela disciplina Estágio Supervisionado de Pesquisa, como condição para a obtenção do diploma de Bacharel.

Durante a reunião do dia 27 de junho de 1985, os alunos do curso de História e Geografia propuseram que se fizesse uma avaliação periódica de professores e alunos para levantar os reais problemas desses cursos.

Foi passado pelo Professor João Luiz G. Peçanha, no dia 03 de fevereiro de 1986, que o currículo de História com 04 anos poderia causar evasão escolar, posto que as Faculdades vizinhas continuariam a manter seus cursos com 03 anos; também explicou que com 04 anos poderia haver uma elitização do ensino via poder econômico, pois seria inviável manter turmas de 30 alunos.

As Professoras Vera Ravagnani Job e Marilda S. Costa argumentaram que em 04 anos o ensino seria mais eficiente, e segundo a Professora Marilda S. Costa a elite, no sentido intelectual, não estava propriamente em Faculdades pagas, que a elitização do ensino não passaria necessariamente pelo econômico e que deveria se organizar uma campanha pela gratuidade do ensino, uma união para conseguir verbas para melhorar o ensino, e isso afastaria o "fantasma" da evasão escolar por

falta de poder aquisitivo, concomitantemente com a "triagem" do alunado, que seria no sentido de estudarem os que tivessem maior capacidade.

Em 18 de fevereiro de 1986, foi exposto pelo Professor João Luiz G. Peçanha a necessidade de se adequar o currículo a uma carga horária de 04 aulas diárias, por força de decisão e deliberação da Congregação da Faculdade, ficando os currículos configurados conforme se transcreve abaixo<sup>50</sup>:

**2º ano:** História do Brasil (05 aulas); História Antiga (05 aulas); História da América (04 aulas); História Econômica (03 aulas); Geografia Humana (02 aulas); **3º ano:** História Medieval (04 aulas); História Moderna (04 aulas); História do Brasil (04 aulas); História da América (03 aulas); História Contemporânea (04 aulas); História da Arte (02 aulas); Geografia Regional (02 aulas); Estrutura e Funcionamento (02 aulas); **4º ano:** História do Brasil (05 aulas); História da América (02 aulas); História Contemporânea (05 aulas); História das Idéias Políticas e Sociais (02 aulas); História da África Contemporânea (02 aulas); História da Ásia Contemporânea (02 aulas); Didática (02 aulas); Prática de Ensino (04 aulas).

Na reunião do dia 24 de março de 1986, o Professor João Luiz convocou a aluna Regina Célia da Silva, representante dos alunos do 3º ano de História, e a aluna Ana Maria Ledo Antunes, também representante dos alunos, em razão de um problema docente. Todo o problema foi criado com a indicação do Professor Og Natal Menon, como substituto do Professor João Luiz no 3º ano de História.

Foi alegado pela aluna Ana Maria que o Professor Og Natal Menon não tinha se relacionado bem com a turma, além de ter demonstrado insegurança, a mesma apresentou um abaixo - assinado contendo 33 assinaturas do 3º ano de História - "Reclamando da atuação ineficiente do professor substituto" e pedindo ao Departamento que o mesmo fosse substituído imediatamente. Mesmo com tentativas conciliatórias a aluna Ana Maria Ledo Antunes manteve-se irredutível quanto ao pedido de substituição desse professor.

Ficou decidido, por sugestão do Professor João Luiz, que os alunos procurassem outros "nomes" para substituir o Professor Og Natal Menon e que o

---

<sup>50</sup> Ata Departamento Ciências Sociais - UNISO - p.84



Departamento também poderia indicar. O professor contratado para substituir o Professor Og Natal Menon foi o professor Ubirajara de Campos.

Na reunião do dia 04 de abril de 1986, o Professor Celso M. de Andrade expôs o problema do excesso de alunos em cada classe, além do acúmulo de disciplinas lecionadas por um mesmo professor, e que não era apenas problema no Departamento de Ciências Sociais.

Essa afirmação foi dada pelo fato de que o representante dos alunos havia afirmado, em reunião da Congregação, que um professor para mais de uma disciplina passava a transmissão "unilateral do ensino", e que um número elevado de alunos na mesma classe afetava o aproveitamento das aulas em seu aspecto pedagógico.

Foi apresentado o currículo de História para uma revisão, em função do novo modelo pedagógico adotado pela Fundação Dom Aguirre, que previa cursos de 4 anos, empenhado numa carga horária de, no máximo, 04 aulas por período.

As modificações que ocorreram no ciclo profissional transcrevem-se abaixo:

História Moderna passa de quatro para três aulas semanais, no curso de História; a disciplina História Contemporânea passa de 4 (quatro) para 3 (três) aulas semanais. Ambas as mudanças são pertinentes ao 3º ano de História.

Na 2ª série, também do curso de História, a disciplina História Econômica passa de 3 (três) para 2 (duas) aulas semanais.

As disciplinas Geografia Humana e Geografia Regional foram substituídas por Geo-política, com duas (2) aulas semanais. As disciplinas História da África Contemporânea e História da Ásia Contemporânea foram substituídas por uma disciplina denominada História da África e da Ásia Contemporânea, a serem lecionadas no quarto ano do Curso de História, com duas aulas semanais.

Na reunião realizada em 10 de dezembro de 1986, foi feita a avaliação do ano letivo de 1986; concluiu-se que foi baixo o rendimento do curso, particularmente o noturno, levando-se em consideração as condições que envolviam os alunos. Foi

considerado também como fator do baixo-rendimento o nível heterogêneo dos alunos, dificultando o trabalho em sala de aula.

Decidiu-se, nessa reunião, que o chefe do Departamento levaria uma proposta de reformulação do vestibular, pois a "heterogeneidade poderia também ser resultado do tipo de vestibular", além de que se exigisse maior rigor na aprovação dos alunos do 1º ano para as séries posteriores.

O Departamento manifestou-se contrário à aula comum para turmas de cursos diferentes, fechando questão pela limitação de alunos na formação das classes para que, segundo os professores, se evitasse a "massificação do ensino".

A partir do dia 10.12.88 até 02.03.93 não foram encontradas Atas do curso de História e nem do Departamento de Estudos Sociais, pois as mesmas se encontravam extraviadas.<sup>51</sup>

No dia 02 de março de 1993, foi aberto o Livro Ata de Ciências Sociais e Jurídicas das Faculdades Integradas Dom Aguirre, e em reunião realizada pelo Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas da Faculdade, no dia 22 de abril de 1993, foi solicitado pelo chefe do Departamento que se desenvolvesse o melhor aproveitamento do aluno, e que os professores dessem o melhor de si para que os alunos aproveitassem o curso e tivessem maior participação nas aulas pessoalmente, divulgando assim o bom nome da Faculdade. Foi solicitado, também, que os planos de aulas fossem entregues e tirado cópias para serem anexados nos diários de classe .

Na reunião do dia 06 de dezembro de 1993, a Professora Guiosmeire Martins falou do relatório da CONSEP que ela deveria entregar, referente "à avaliação do ano letivo de 1993", e que somente os cursos de História e Geografia haviam feito essa avaliação, e por estarem em período de provas, os outros cursos não tinham feito . Ficou decidido que as avaliações seriam efetuadas no mês de agosto, sendo

---

<sup>51</sup> As Atas foram procuradas pelos funcionários da secretaria da UNISO e pelo autor deste trabalho. Observou-se que existe a necessidade de reorganizar todo o arquivo da UNISO ou, com certeza, outras fontes primárias acabarão por se perder.

um período mais apropriado. Foi passado pelo chefe de Departamento que a não observância no preenchimento do diário de classe teria como resultado a advertência por escrito a partir de 1994.

Os critérios para a atribuição de aulas no ano de 1994 foram deliberados como segue abaixo<sup>52</sup>:

A) nenhum professor poderá ultrapassar quarenta horas semanais na instituição. B) o professor com tempo integral assumirá vinte e quatro aulas e dezesseis em outras atividades. C) o professor com tempo parcial poderá dar até 30 horas semanais no máximo. D) as aulas excedentes mais de trinta serão atribuídas pelo Departamento aos professores da casa; na impossibilidade serão contratados outros mestres e doutores, que entram na classe de auxiliar de ensino. E) ao professor suplementar serão atribuídas aulas depois dos que estiverem no plano. F) a atribuição será em fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro no máximo até o dia vinte. As grades curriculares serão as mesmas para mil novecentos e noventa e quatro e em fins de fevereiro, provavelmente, a universidade começará a funcionar.

A Ata do Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas foi utilizada até o dia 15 de dezembro de 1994, parando seus registros na página 05, paralelamente, em 17 de outubro de 1994, foi aberto o Livro Ata de Registros das Reuniões do Departamento de Geografia e História da Universidade de Sorocaba (UNISO).

---

<sup>52</sup> Ata Departamento de Ciências Sociais e jurídicas - UNISO - p. 04

Quadro 2.1 - Quadro de Coordenadores do Departamento de História

Prof. Dr. Rosalvo Florentino de Souza	1963	1967
Prof. Lauro Sanches	1967	1971
Prof. Dr. Rosalvo Florentino de Souza	1971	1974
Prof. Edson Segamarchi (Est. Soc.)	1974	1976
Prof. João Luiz Gonzaga Peçanha (Est. Soc.)	1976	1980
Prof <sup>a</sup> Vera Ravagnani Job (Est. Soc.)	1980	1984
Prof. João Luiz Gonzaga Peçanha	1984	1988
Prof. Oswaldo Bazzo	1988	1994
Prof. Oswaldo Bazzo	1994	1998

Ao abordar o curso de História da UNISO optou-se por fazer um acompanhamento das Atas de Reuniões do curso utilizando-se da "descrição densa", da narrativa como forma de se fazer o resgate do processo que estruturou o curso. Nesse caso, a descrição é enquadrada como um ponto de partida do estudo, através de uma visão micro para uma visão macro (HOBBSAWM, 1998:201-206).

Desde sua formação, pode-se observar que o curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba foi estruturado obedecendo a um ensino de História positivista e tradicional<sup>53</sup>.

Observou-se que o curso de História foi se adequando à realidade política do momento, e tornou-se patente a reclamação dos professores que atribuíam o baixo-rendimento do curso de História à falta de embasamento dos alunos. Por outro lado, os alunos faziam pressões constantes exigindo melhores condições de ensino.

Quando ocorreu a criação do curso de Estudos Sociais, pôde-se verificar que a estrutura educacional brasileira foi organizada de cima para baixo, como forma de tirar da História o espaço de reflexão, atendendo aos interesses impostos pela

<sup>53</sup> A história positivista, apesar de defender o método a posteriori (Ribeiro Jr., 1988), é uma história essencialmente teórica, elaborada de leis gerais do funcionamento da sociedade, ou melhor, auxiliar da sociologia na realização deste mister. A história tradicional, pelo contrário, é essencialmente empírica, factual, sem uma profunda preocupação teórica que possa perturbar o seu objetivo ideológico, preocupação que não se centra em dissimular sob o manto protetor da razão e da ciência, como acontece com o positivismo. Na história tradicional, há a prevalência da informação, do "dado" escolhido pelo historiador sobre a teoria, enquanto no positivismo há a prevalência da teoria, da generalização, sobre os dados ordinários e principalmente os extraordinários. Sua base epistemológica é o conhecimento sensorial, sensíveis, resgatável a partir dos documentos históricos escritos, e aí se esgota (Carvalho, 1985: 82)." CERRI, Luís Fernando; As Concepções de História e os Cursos de Licenciatura, Revista de História Regional - UEPG, 1997, pp. 143, 144.

Ditadura Militar, mesmo os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba não sabiam ao certo como trabalhar esse curso, dada à dificuldade em se "compactar" as disciplinas de Geografia e História, além do tempo do curso ser considerado diminuto. Da mesma forma, ao ser extinto o curso de Estudos Sociais e reativado o curso de História verifica-se que o mesmo foi reflexo do processo de redemocratização pelo qual passava a sociedade brasileira.

Através dos aspectos citados acima, observa-se que o ensino de História, no contexto da realidade brasileira, persiste com caráter positivista, onde professores e alunos não se constituem como sujeitos da história. O professor e os livros detêm o poder de escolher os objetos de estudos; ao aluno cabe reproduzir as informações passadas pelo professor, conforme CABRINI (1986 : 21):

Geralmente, o que é apresentado aos alunos são conteúdos já cristalizados no ensino de história e que parecem muito distantes da realidade imediata por eles vivida. Talvez já há décadas ouvem-se reclamações em todos os graus de ensino, de "não se passar da Segunda Guerra Mundial" ou "da Revolução de 30"... Em outras palavras, os alunos reclamam uma história que, para eles, tenha a ver com seu presente, com a realidade que conhecem um pouco mais de perto. No entanto é uma história acabada, "verdadeira", cujo conteúdo parece distante no tempo, que é apresentada aos alunos. Não parece necessitar que eles a repensem: é aceitá-la em consumi-la, quem sabe para que?...

Esse é o ensino da história que prevalece hoje nas escolas de 1º e 2º graus, e que nós, professores de universidade, muito freqüentemente, acabamos por reforçar, ao desenvolver no 3º grau um ensino semelhante.

Verifica-se que o ensino de História continua factual, mantendo e reproduzindo valores da sociedade burguesa; sabendo-se que a educação brasileira é o reflexo da sociedade autoritária, conseqüentemente as escolas também são autoritárias, utilizando um ensino bancário<sup>54</sup>, excluindo a individualidade e fazendo com que sua própria historicidade seja excluída.

Acrescente-se que a ideologia imposta pelas classes hegemônicas via ensino religioso ou Estudos de Problemas Brasileiros, evidência algumas das formas de manutenção da estrutura de poder. O curso de História da UNISO refletia o contexto histórico brasileiro (já tratado no capítulo anterior), levando-se em consideração a ideologia imposta no período de estudo desta pesquisa.

O discurso observado nas Atas de Reuniões do Departamento de História demonstram que o curso se adequava às necessidades impostas pelas classes hegemônicas, sabendo-se que essa postura implicou na sobrevivência do curso, principalmente durante o período da Ditadura Militar.

---

<sup>54</sup> A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em "vasilhas", em recipientes a serem "enchidos" pelo educador. Quanto mais vá "enchendo" os recipientes com seus "depósitos", tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente "encher", tanto melhores educandos serão.

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*; p.66)

## CONCLUSÃO

Ao abordar o período de origem da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba até a sua transformação em Universidade, pode-se observar que o Brasil estava alinhado com os EUA em função da Guerra Fria, essa aproximação com os norte-americanos refletiu na importação de tecnologia e de pacotes para a Educação. Verifica-se a falta de interesse em organizar o ensino brasileiro visando atender à realidade do País, fato que pode ser explicitado através da afirmação do Embaixador brasileiro em Washington, Juracy Magalhães, afirmando que "o que era bom para os EUA era bom para o Brasil". Essa afirmação demonstra a política entreguista imposta pelas classes hegemônicas brasileiras preocupadas exclusivamente com seus lucros.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba não fugiu dos padrões apresentados pelas Instituições Privadas, ou seja, recorreu a empréstimos e subsídios governamentais, capital público que deveria ser utilizado na ampliação e melhoria da rede pública de ensino, mas que acabou por sustentar e ampliar as escolas privadas, seja pela concessão de subsídios financeiros, bolsas de estudos, isenções fiscais etc. Em contrapartida verifica-se que durante o período estudado ocorreu o desmonte do ensino público, que foi se desqualificando cada vez mais.

Observa-se que em sua origem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba era Municipal, e gradativamente foi passando para as mãos da Igreja Católica, que não deixa de fazer parte da iniciativa privada; mesmo quando ocorreu o processo de estadualização na Assembléia Legislativa, a mobilização por parte da cúpula da Igreja transformou a estadualização em liberação de subsídios financeiros.

A própria criação da Fundação Dom Aguirre como entidade mantenedora garantiria maior liberação de verbas para a Instituição. Levando-se em consideração

que a criação da Fundação Dom Aguirre atendia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (4024/61), lei que não deixava de atender aos interesses dos empresários de educação.

Foi nesse período que as pressões por reformas de base aumentavam e o poder dos setores conservadores ficou evidente, os militares (apoiados pela burguesia, classe média e a Igreja Católica; e respaldados pelos norte americanos) assumiram o poder através do Golpe Militar de 1964. Apesar da mobilização dos estudantes e operários, a repressão foi violenta, cassações de políticos, prisões, torturas, toda uma máquina foi montada para silenciar qualquer tipo de resistência contra o regime instalado. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba não escapou dessa rigorosa fiscalização por parte da ditadura.

Por outro lado, os militares faziam cada vez mais empréstimos no exterior, aumentando nossa dívida externa, enquanto achatava os salários do proletariado e multiplicava a riqueza das classes hegemônicas nacionais e internacionais.

A partir do momento que os militares eliminaram qualquer possibilidade de resistência ao regime, iniciou-se uma abertura gradual rumo a redemocratização, o regime estava desgastado, portanto deveria ser devolvido à sociedade civil, porém com o cuidado de não alterar a estrutura oligárquica do poder.

O Ensino Brasileiro adequou-se cada vez mais aos interesses norte-americanos, através dos acordos MEC-USAID, e aos interesses dos empresários da educação, liderados pela Igreja Católica.

O processo de privatização do ensino também pode ser observado na Constituição de 1988, articulado por forças privatistas, compostas por partidos conservadores reunidos que foram denominados "Centrão".

Falar em interesses privatistas implica em observar que o desinteresse em qualificar a escola pública, respalda o discurso privatista, que usa como argumento a incompetência do governo em administrá-la. Ou seja, ao desqualificar a escola



pública pode-se utilizar a lei da oferta e da procura, para comprar o produto (nesse caso as Universidades Públicas) por um valor atraente para o investidor.

Juntando esse processo de desqualificação do ensino público com a política neo-liberal de Estado Mínimo implementada no Brasil pelas classes hegemônicas, não é de se estranhar a força e o poder dos empresários da educação no país.

É lamentável que regiões com a estrutura de poder como a de Sorocaba, tendam a permanecerem sem uma Universidade Pública e gratuita graças ao poder representado pelas forças que defendem o Ensino Privado propriamente dito, ou através de Fundações, Instituições Confessionais ou Comunitárias.

Essa defesa do Ensino Privado tem o respaldo da Constituição Federal promulgada em 1988, que garante o recebimento de recursos públicos ao setor privado (art. 61 das disposições transitórias) , fato que se confirmou com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9393/96 que em seu artigo 77 confirmou os dispositivos constitucionais de 1988.

Espera-se que essa pesquisa tenha demonstrado através do estudo de uma Instituição nesse caso, a Universidade de Sorocaba (UNISO), um exemplo de privatização do ensino universitário brasileiro, além de ter demonstrado o poder da Igreja Católica que não deixa de ser uma das maiores redes de escolas privadas do país.

Quanto ao curso de História, pode-se observar através das atas de reuniões, que o mesmo desde sua origem até o momento em que findou essa pesquisa, não deixou de ser um ensino calcado na transmissão-recepção, ou seja, seguindo as concepções da escola metódica, fato que pode ser observado através da utilização de termos como: "treinar os alunos para o concurso que, sem dúvida, se submeterão futuramente" ou "a repetição pode levar o aluno à aprendizagem".

Também se observa que, na organização do curso de Estudos Sociais, os próprios professores demonstraram que não sabiam ao certo o que realmente era o curso de Estudos Sociais. Mais uma confirmação de que no Brasil se faz reformas

na Educação, mas não há preocupação em qualificar o professor para essas reformas.

Por outro lado, pode-se verificar a estrutura verticalizada de poder na Instituição estudada, posto que as decisões finais sempre dependiam exclusivamente do beneplácito do Bispo Diocesano.

Há outros pontos que devem ser ressaltados, como, por exemplo, o veto do Departamento na realização do curso de especialização proposto pelo Professor Doutor Jaime Pinsk, tendo como tema a cidade de Sorocaba. Esse veto demonstrou que, naquele momento, não havia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba a valorização da micro-história como uma das formas de se compreender a nossa realidade em um contexto global.

O Departamento optou por cursos de especialização enfocando a Organização Social e Política Brasileira, da América Espanhola e da América Inglesa. Embora essa decisão possa ter ocorrido em razão do próprio momento histórico que se vivia ou, talvez, apenas o reflexo da concepção histórica do corpo docente. Vale reafirmar que essa visão de não valorização de nossas fontes primárias, faz com que uma boa parcela de material para pesquisa acabe por se perder, ou se deteriorar.

Ao se referir ao resgate de fontes primárias, observa-se que se não for adotada uma política de seleção, catalogação e preservação dos arquivos, o processo de deteriorização e extravios da documentação provavelmente ocorrerá.

Outro fato relevante observado foi a questão da culpabilidade imposta aos alunos pela má qualidade do ensino, tendo como pano de fundo a sua má formação no ensino básico e médio, da heterogeneidade da clientela ou o "baixo nível intelectual dos alunos". Do outro lado, os alunos exigindo melhor qualidade de ensino, e questionando a falta de entrosamento entre as matérias; observando-se que o termo entrosamento era apenas um termo empregado para que os professores das diversas disciplinas não ficassem ministrando aulas com o mesmo conteúdo entre si.

Verifica-se que no correr de 40 anos, os professores jogaram a culpa do baixo rendimento nos alunos enquanto que os alunos, cobravam (e ainda cobram) uma melhor qualidade de ensino, sendo que, na realidade, o que ocorre com o ensino brasileiro é um problema da própria estrutura de privilégios, montada e arraigada na sociedade brasileira.

Sabe-se que esse embate está longe de terminar, pois há necessidade de que no ensino de História no Brasil ocorra a perda de sua característica eurocêntrica, etnocêntrica e metódica.

Este estudo não se finda, ele deve continuar através da pesquisa de novas fontes. Aqui foi utilizado um caminho de desbravamento de fontes que necessitam de pesquisas analisando-as com maior profundidade.

Há muito por ser feito no estudo ainda da legislação referente a educação, no estudo dos registros da imprensa local, no levantamento da vida institucional da UNISO, na elaboração de entrevistas com pessoas ligadas a instituição e nos arquivos privados, dentre inúmeras outras possibilidades. Está foi a História da Universidade de Sorocaba e uma História do seu curso de História.